Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

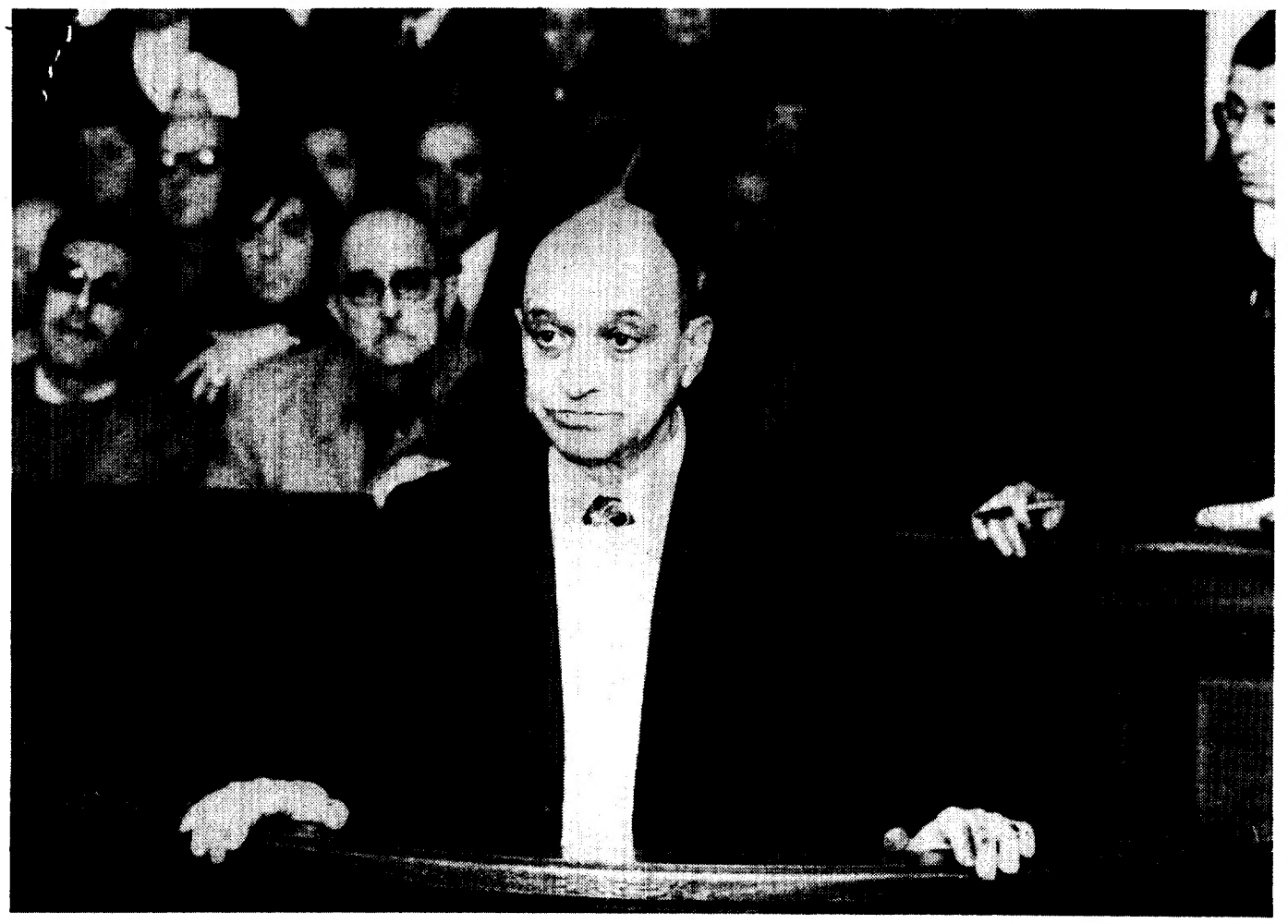
ANO 55.º/18 982 4$00

QUINTA-FEIRA 19 FEVEREIRO 1976

VALADÃO caucionado

Ramiro Valadão presidente do Conselho de Administração da RTP até 25 de Abril de 74, voltou a sentar-se, ontem, no banco dos réus, para ouvir uma sentença que o condenou em quatro anos de prisão maior. Um recurso interposto pela defesa e aceite pelo tribunal permitiu-lhe sair da Boa-Hora a caminho de casa, apoiado num depósito-caução de 200 contos.

(Ler Pág. 7)



Ramiro Valadão, ex-presidente da RTP, foi ontem condenado na Boa Hora mas imediatamente posto em liberdade depois de depositar 200 contos de caução. Promete não se ausentar do País

Pinto de Magalhães prepara o regresso

Afonso Pinto de Magalhães quando estava à testa do B. P. M.

Afonso Pinto de Magalhães, ex-banqueiro, apresta-se para regressar ao nosso país, reocupando, se possível, o lugar que detinha na banca antes do 11 de Março.

O ex-presidente da Direcção do Futebol Club do Porto, segundo fontes dignas de todo o crédito, abandonou já o Brasil, tendo vendido a sua posição num banco daquele país, e vive presentemente num apartamento em Vigo, onde tem tido frequentes reuniões com colaboradores de confiança. É possível, segundo as mesmas fontes que Pinto de Magalhães venha a abrir uma agência de viagens em Madrid.

O regresso de Pinto Magalhães pode verificar-se brevemente a pretexto, por exemplo, de que deve reocupar o cargo de dirigente do F. C. Porto, para o que existe um movimento de apoio com certa amplitude. Por outro lado, existem movimentos no interior do próprio B. P. M. destinados a reabilitar o ex-banqueiro e os seus colaboradores de confiança e a denegrir elementos da Comissão Administrativa daquele banco

Continua na pág. 20

ANGOLA: SÓ FALTARIAM DATA E PROCESSO

"LUZ VERDE" AO RECONHECIMENTO

O Conselho da Revolução reunido ontem em nova sessão extraordinária, logrou consenso quanto ao reconhecer da República Popular de Angola, faltando agora estabelecer a data e o «modus, faciendi».

Observadores políticos muito próximos do C. R. admitiram hoje que o reconhecimento possa ser imediato, logo que confirmadas as garantias dos interesses que Portugal pretende salvaguardar, o que nos remete para o trabalho que o almirante Rosa Coutinho estará a desenvolver em Angola, a despeito de, nas suas afirmações, o ex-conselheiro da Revolução frisar que se encontra em simples viagem de turismo de reencontro de amigos.

A verdade é que o almirante Rosa Coutinho, é, sem dúvida, um dos melhores interlocutores com o M. P. L. A., e, além do problema formal do reconhecimento político existir um contencioso económico e financeiro entre Portugal e Angola que exige que se encetem negociações úteis com o Poder de Estado constituído na R. P. A..

Logo após o termo da reunião de ontem, o Presidente da República chamou a Belém os secretários-gerais do P. S. e P. P. D., partidos cujas posições até aqui assumidas desempenham papel principal no isolamento em que Portugal se encontra hoje face ao seu próprio «espaço geográfico» — a Europa — onde doze nações ocidentais anunciaram a aprovação diplomática da República Popular de Angola.

O general Costa Gomes, sobre quem se concentram todas as iniciativas, terá exposto, a Mário Soares e Sá Carneiro, em termos categóricos e objectivos, os inconvenientes que se acumulam com o prolongamento do actual impasse quanto ao reconhecimento. Observadores salientam que, durante a entrevista, ter-se-ia constatado uma certa maleabilidade por parte dos dois líderes políticos, aliás na sequência das posições dos respectivos partidos, tornados públicos ontem.

Reuniões das direcções do P. S. e P. P. D. para exame

Continua na pág. 20

PINHEIRO DE AZEVEDO ESTA NOITE NO FUNCHAL

Em visita oficial de quatro dias segue esta tarde para a Madeira, o almirante Pinheiro de Azevedo. Ainda hoje o Primeiro-Ministro reunir-se-á no Funchal com representantes dos órgãos da Comunicação Social.

O principal ponto da agenda do Chefe do Governo, nesta deslocação ao arquipélago madeirense, consiste na cerimónia de tomada de posse dos membros que integram a Junta Governativa.

Entretanto, estão previstas várias manifestações de apoio à Junta, ao Governo e a Pinheiro de Azevedo, promovidas pelo Partido Socialista, e a que se associam várias organizações com exclusão do Partido Popular Democrático que declarou já não participar, tão pouco, em qualquer cerimónia de boas-vindas.

Como se sabe, a posição do P. P. D. explica-se na contestação que move à Junta Governativa, cuja constituição não serve os seus interesses de partido.

Entretanto, a ilha do Porto Santo que não constava inicialmente do roteiro da visita do Primeiro-Ministro, será igualmente visitada por Pinheiro de Azevedo. O Chefe do VI Governo Provisório deverá ainda, sobrevoar várias regiões do arquipélago.

P. C. P. DEBATE SITUAÇÃO NAS ILHAS

A situação política e social nas ilhas foi ontem abordada por dois representantes da Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes (DORIA) do Partido Comunista Português, num encontro que tiveram com o ministro da Administração Interna.

Almeida Costa e os representantes do P. C. P. Luís dos Santos e Leonel Mendes, trocaram impressões sobre a actualidade político-social dos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Neste último arquipélago, o P. C. P. cessou praticamente toda a sua actividade política, em consequência das acções terroristas e da pressão psicológica levadas a efeito por forças de direita.

20 PÁGINAS

DIZ O "ARRIBA"

Juan Carlos em Portugal no próximo mês

MADRID, 19 — (ANOP, FP e R) — O jornal madrileno «Arriba», citando «círculos políticos dignos de crédito», anuncia hoje que D. Juan, conde de Barcelona, abdicará a favor de seu filho, o rei Juan Carlos, em meados do próximo mês de Março.

Segundo o jornal, o rei de Espanha deve ir ao Estoril, em Portugal, à residência de seu pai, chefe da casa real de Espanha, em 13 de Março. O acto de abdicação decorrerá nessa ocasião, num «quadro estritamente familiar» — acrescenta o jornal, órgão do Movimento, que dá a notícia na primeira página.

O diário madrileno, que muitas vezes criticou D. Juan pelas suas ideias liberais e pela sua oposição ao franquismo, presta agora homenagem «ao patriotismo de D. Juan de Borbon, que nunca foi posto em causa».

Entretanto o rei Juan Carlos visita hoje a agitada região da Catalunha, após mobilizar para as Forças Armadas a Polícia e os bombeiros de Barcelona, a fim de acabar com a sua greve em apoio de aumento de salários.

A medida, decidida presumivelmente pelo Governo e aprovada pelo soberano, deveria provocar ressentimento entre os catalães contra Governo directo de Madrid, que vigora desde que a guerra civil terminou, em 1939.

Cerca de 7.000 dos 11.000 empregados do município de Barcelonaachavam-seemgreve, há vários dias.

Nacional

Política de A a Z

DEMOCRACIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Na sua visita à Escola Militar de Electromecânica, em Paço de Arcos, o brigadeiro Vasco Lourenço proferiu, como vem sendo regra, um discurso político do qual nos permitimos destacar as seguintes afirmações: «As eleições terão de ser livres, pelo menos tão livres como as eleições do ano passado para a Assembleia Constituinte, pois só assim continuaremos a construir uma autêntica sociedade democrática, a caminho de uma maior justiça social. E isso só será possível se a todos os partidos e a todas as entidades estiver assegurado o direito de reunião e de livre expressão em todo o território nacional. Só assim as eleições serão verdadeiramente livres e representativas».

Ao fazer esta afirmação numa unidade das Forças Armadas, o brigadeiro Vasco Lourenço não deixou de reconhecer: «Existem por vezes, outros condicionalismos que podem limitar a liberdade de uma campanha eleitoral mas que é quase impossível eliminar por serem, as mais das vezes, intrínseca à natureza humana. Mas liberdade mínima de cada um, dar a sua opinião e dizer o que pensa, sem insultar os outros, tem de ser garantida e nós temos aí, mais uma vez, papel fundamental».

Registam-se as palavras do brigadeiro Vasco Lourenço. Elas representam um compromisso político. As Forças Armadas têm, «mais uma vez, papel fundamental» para assegurar, em todo o território nacional não esquecendo os Açores e a Madeira — a garantia de uma «liberdade mínima».

UM DESAFIO A PIRES VELOSO

Se abstrairmos da situação particular da Madeira e dos Açores, as palavras do brigadeiro Vasco Lourenço, proferidas durante a visita ao quartel a Paço de Arcos, poderão ser interpretadas como um desafio ao brigadeiro Pires Veloso. De resto, o comandante da Região Militar do Norte, antes de ter vindo a Lisboa para participar no estágio do I.A.E.M., convocou reuniões de comandos militares que tiveram lugar em Lamego e no Porto. Nessas reuniões não foram debatidos só problemas militares. As questões políticas, as perspectivas eleitorais e o problema da segurança durante a campanha eleitoral, constituiram temas de discussão que reflectem as preocupações dos responsáveis da Região Militar do Norte. A situação política regional exigirá às Forças Armadas uma atitude firme para garantir, durante a campanha eleitoral, aquela «liberdade mínima» de que falou Vasco Lourenço.

«QUEM NOS MANDOU LUTAR CONTRA O REGIME FASCISTA?»

Esta pergunta, com toda a carga política que legitimamente contém, encontra-se numa carta dirigida pelo professor Manuel Rodrigues Lapa ao dr. Raul Rego. Os Governos Provisórios têm-se monstrado indiferentes à situação de muitas centenas de vítimas do regime fascista, o que é, pelo menos, uma atitude lamentável. Quando os perseguidos e demitidos são da craveira de um Manuel Rodrigues Lapa, a falta adquire aspecto de ingratidão nacional. Além da situação individual que cumpre reparar, há uma justiça nacional que importa prestar. Do crime praticado contra a Universidade e contra a cultura pelos governantes que subscreveram a decisão de expulsar da cátedra o professor Rodrigues Lapa e outros homens de valor como Abel Salazar e Aurélio Quintanilha, Bento de Jesus Caraça e Pulido Valente, a história julgará e ditará a inapalpável sentença.

ALIANÇA LIMITADA

A Aliança Operária-Camponesa, AOC, não mudou de nome Limitou-se a acrescentar à sua decifração: «Frente Democrática Nacional» e a definir-se como uma frente a qual não cabe «lutar pelo socialismo», mas «pela democracia, no sentido mais amplo da palavra, e pela independência nacional, ameaçada sobretudo pelo social-imperialismo russo». Adoptando, emblematicamente, «uma representação estilizada do Castelo de Guimarães» encimada por uma estrela de cinco pontas, a AOC quis vincar que se bate, sobretudo, pela independência nacional. E como da análise política a AOC resulta que o PPD é um «partido da burguesia liberal», sem ter decidido estabelecer com o partido de Sá Carneiro uma aliança eleitoral, a «AOC-Frente Democrática Nacional» recomendará o voto no PPD aos seus militantes, nos círculos onde não concorrer com listas próprias.

Desiludida do PS, a AOC define, em relação ao PPD, uma aliança limitada.

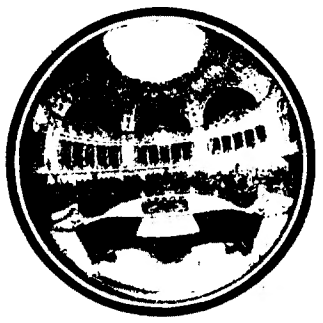
UMA RUPTURA REGIONAL

Na Madeira o PPD proclamou-se autónomo e rompeu com o almirante Pinheiro de Azevedo. Estamos perante uma situação política inédita: um partido que em Portugal Continental tem uma cara, e usa máscaras, ou adquiriu expressões diferentes no Portugal insular.

O Primeiro-Ministro que é apoiado pelo PPD continental, é votado ao ostracismo político pelo PPD insular. O peso da reacção insular é, na realidade, mau conselheiro.

Noronha da Costa na Quadrum

Na Galeria Quadrum, à Rua Alberto de Oliveira, 52 (Alvalade), é inaugurada esta noite uma exposição de pintura do artista Luís Noronha da Costa



ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

P.S. DENUNCIA AVANÇO DA DIREITA

. O P. S. através do seu deputado Carlos Lage aproveitou a sessão de ontem da Assembleia Constituinte para mais um ataque ao P. P. D. e às forças de direita em geral, anunciando que se vai empenhar no desmascaramento dessas forças. Este facto leva a concluir que a tónica da campanha eleitoral do P. S. será o desmascaramento da direita, acusando-a «daquilo que ela é», mesmo quando se finge democrata ou social-democrata.

Na sua intervenção, Carlos Lage salientou que a ofensiva da direita se reveste de múltiplas formas, tentando sobretudo «conseguir instrumentos repressivos (dentro do seio das próprias Forças Armadas procura fazer vingar as suas posições) e procurar que os jornais e a Imprensa deste País, cada vez mais, sejam o veículo de uma ideologia de direita».

Referindo depois os diversos campos de actuação escolhidos pela direita, aquele deputado do P. S. citou o anti-socialismo, classificando como «marcadamente neofascista» o recente comício do P. P. D. no Porto, onde se utilizaram «slogans» reaccionários em nome «de um pseudo e falso ideal social-democrata».

Prosseguindo na sua análise Carlos Lage abordou o problema da recuperação do regime fascista e dos seus personagens (encarados «como vítimas, como mártires, como pobres diabos»), tentada por alguns partidos portugueses com o apoio de órgãos de Informação.

Mas as forças de direita atacam ainda em outros campos, como a Reforma Agrária, o teor da Constituição Política, a descolonização e a crise económica, esquecendo-se quanto a esta última que ela estava «em vias de deflagrar antes do 25 de Abril». E a este propósito, Carlos Lage afirmou: «Claro que se verificou uma ausência de política económica global e eficiente, mas a direita não tem autoridade moral nem soluções económicas. Ainda não apresentou nenhuma. Cada vez que se pronuncia é para especular com os problemas do povo, com as dificuldades do desemprego, com a subida do custo de vida. Soluções novas não as apresenta. As suas soluções estão na recuperação do capitalismo, na repressão futura e de que temos indícios através do regresso do patronato deste País com o aplauso da direita.»

OS ALIADOS DA DIREITA

A finalisar, o deputado do P. S. afirmou que a direita tem «muitos aliados neste País e alguns desses aliados disfarçam-se até de grupos de extrema-esquerda. Esta é outra história, muito complexa, que não vale a pena estar aqui a desenvolver porque já não tenho tempo».

Mas Carlos Lage haveria de voltar ao tema para responder a Vital Moreira, do P. C. P., que pretendia saber qual o significado que o orador atribuia ao facto «de um partido nacional-fascista, como a A. O. C., ter transferido o seu apoio do P. S. para o P.P.D.» O deputado do P. S. fugiu ao concreto da questão e limitou-se a afirmar genericamente que «há grupelhos da extrema-esquerda cujo comportamento está ao serviço da direita reaccionária».

O orador foi ainda interpelado por diversos deputados do P. P. D., que já se haviam manifestado com apupos durante a sua intervenção. Assim, refira-se que Pedro Roseta pretendeu que Carlos Lage lhe indicasse «algum regime socialista que tenha respeitado a democracia política e os direitos e liberdades fundamentais, ao que este respondeu: «Isso é uma posição reaccionária, disfarçada de esperteza saloia».

ÂNGOLA E AÇORES

Ainda antes da ordem do dia, usaram da palavra Rogério Paulo (P.C.P.) e Marques Pinto (M. D. P.), falando o primeiro sobre o reconhecimento da República Popular de Angola e o segundo sobre a situação nos Açores, da qual traçou um quadro «sombrio, mas real».

Rogério Paulo rebateu todos os argumentos até agora utilizados para o não reconhecimento da R. P. A., afirmando logo de início: «Acreditavamos que o bom senso acabaria por triunfar a que pelo menos o realismo político prevalecesse sobre a nítida má vontade de determinados sectores em relação ao M. P. L. A.». Mais adiante aquele deputado, oriundo de Angola, lavrou o mais veemente protesto contra «uma atitude que se opõe ao que de mais importante deve ser salvaguardado: a amizade e compreensão entre os dois povos».

Os trabalhos da Assembleia Constituinte prosseguem na próxima quarta-feira, esperando-se que nessa altura já esteja assinado o Pacto M. F. A.-Partidos.

RECTIFICAÇÃO

Recebemos de alguns deputados do P. S. pedidos de rectificação da legenda de uma foto da penúltima sessão da Constituinte. Dizia-se aí que a foto ilustrava os protestos de deputados do P. P. D. ante a intervenção polémica de Emídio Guerreiro. Afinal, tratava-se de um aspecto da bancada do P. S. Aqui fica a rectificação.

Seria bem aceite, mas disse «não»

SEGUNDO VASCO LOURENÇO

Tudo indica que Eanes não se candidatará

No final da visita que ontem efectuou à Escola Militar de Electromecânica, o brigadeiro Vasco Lourenço, comandante da Região Militar de Lisboa, fez algumas declarações aos representantes dos órgãos de Comunicação Social presentes.

Falando sobre as eleições para a Presidência da República Vasco Lourenço disse tratar-se de pura especulação o prazo adiantado por um matutino e que «será o Governo, de acordo com o Conselho da Revolução, que terá de marcar a data. Mas, por enquanto, nada está ainda resolvido».

Quanto a uma possível candidatura do general Ramalho Eanes à Presidência d da República, o comandante da Região Militar de Lisboa afirmou que «semelhante assunto não foi ainda discutido, quer em relação ao general Ramalho Eanes quer a qualquer outro militar ou mesmo civil, embora não tenha dúvidas de que a candidatura do general Ramalho Eanes seria bem aceite pelo Exército», mas que o assunto parece estar fora de questão, pois tudo indica que o chefe do Estado-Maior do Exército não se candidatará», como ele próprio já afirmou várias vezes.

M.R.P.P. concorre em todos os círculos

O M. R. P. P. vai concorrer às eleições para a Assembleia Legislativa e apresentará candidaturas por todos os círculos eleitorais — anunciou ontem o secretário-geral da organização, Arnaldo de Matos, no decurso de uma conferência dada para expor as posições do movimento perante os vários problemas que se levantam na situação política actual e perante as eleições que se aproximam.

A decisão de concorrer remonta a 8 do corrente e foi tomada em plenário pelo Comité Central. Trata-se de «uma candidatura operária com o objectivo de combater no próprio terreno das eleições, da campanha eleitoral e da Assembleia Legislativa, as manobras da classe dominante e dos seus programas» — explicou Arnaldo de Matos. Para isso, o M. R. P. P. apresentará, «para contrapor ao programa antipopular e antinacional de burguesia, um programa político dos operários e dos camponeses».

O secretário-geral do M. R. P.P. analisou um por um os diversos partidos concorrentes, que criticou. No período de perguntas e respostas falou das intenções e das possibilidades de cada um.

«O C. D. S., partido fascista — disse — procurará ganhar o apoio dos grandes latifundiários e grandes agrários, uma parte, não todos, e dos interesses ligados ao imperialismo estrangeiro, particularmente o americano.»

«O P. P. D. procurará disputar parte desse sector, defender os interesses do capital liberal, capital inteligente, monopolista inteligente na forma de explorar os operários e os interesses ligados ao imperialismo europeu.»

. Quanto ao P. S. — «o partido dito socialista — disse Arnaldo de Matos — procurará assegurar-se de um eleitorado pequeno-burguês e de uma parte da burguesia nacional.»

. Referindo-se ao P. C. P., o secretário-geral do M. R. P. P. declarou: «O partido revisionista procurará ludibriar operários e uma parte dos camponeses, assegurando-se de uma clientela». Falou ainda dos «outros partidos que disse ligados ao P. C. C.» — «portanto a F. U. R., etc.» — e disse que eles «procurarão lançar a confusão entre os operários para que, nos últimos dias, se aliem ao partido do pai, ou partido mãe, se quiserem e lhe dêem o conforto moral e eleitoral que lhe vai fazer bastante falta.»

Todavia, para Arnaldo de Matos, parece de antemão assegurado que o P. P. D. vai ser o partido com mais votos. O problema de saber quem será o vencedor das eleições «está cientificamente resolvido — disse, numa tirada de humor — é o P. P. D. que terá o maior número de votos e ficou decidido com o primeiro congresso nacional da A. O. C. Explicou: «A densidade específica e o peso bruto do castelo de Guimarães inverteram decisivamente os pratos da balança a favor do P. P. D.» Parafraseou Heine para perguntar a Sá Carneiro: «Que pretendeis mais, se além de diamantes e de pérolas tendes também o Castelo de Guimarães?»

post scriptum

Colonos: nem bons, nem maus

Desde há uns tempos a esta parte, têm-se intensificado, numa certa e identificada Imprensa diária e semanária, um ataque que diria cerrado à República Popular de Moçambique. Creio que é necessário enquadrar esta campanha numa forma saudosista e neocolonialista de certos grupos desesperados que procuram atirar o odioso e o «meua culpa» para a R. P. de Moçambique jogando naquilo que é, por demais conhecido, como «tácticas de projecção» tão ao jeito das campanhas psicológicas das guerras coloniais.

Assim constata-se que o significado da Independência de Moçambique, na data histórica de 25 de Junho de 1975, não foi entendido, por muito boa gente; era, evidente, que os colonos que optassem por manter as suas residências e vidas em Moçambique teriam de rever todas as formas de mentalidade colonialista e racista, consciente ou inconscientemente adquiridas. A tarefa não seria fácil e, em muitos casos, nem sequer exequível, só por via, duma intensa vontade de mudar de mentalidade e de procurar ficar; a reforma mental, a estrutura nova, seria interior, teria de vir em continuidade, e não fruto de um súbita guinada, de toda uma adquirida maneira de estar e pensar de uma pessoa. Não é de um dia para o outro que um colono se transforma e se compenetra que é um estrangeiro, num país africano independente.

Um país, como o nosso, com uma das piores histórias coloniais de toda a civilização ocidental e cristã, em múltiplos aspectos muito pior que a dos belgas, em que o mito do mulato e da vocação tropical, tão ao jeito do brasileiro Gilberto Freire, bem comoa tão apregoada sociedade multirracial, foram autênticas atoardas e mitos, arroga-se presentemente pelo menos certo sector, conforme pude ler num jornal diário de 16 de Janeiro de 1976, de dizer o seguinte que transcrevo:

«A perseguição ao homem branco — particularmente aos portugueses — a vingança e a represália, o racismo e o ódio são os princípios que regem, neste momento, o quotidiano da vida moçambicana.»

O colonialismo que existiu, nas nossas ex-colónias, nunca teve colonialistas. Esta é uma das muitas contradições dos portugueses. Toda a gente aqui em Portugal sentiu o fascismo destes 48 anos, toda a gente sabe que existiu um criminoso Acto Colonial, toda a gente sabe que houve massacres, genocídios, pilhagens e crimes horrendos mas, por via duma insinceridade generalizada, constata-se o seguinte: ninguém, individualmente, foi (ou é) colonialista ou racista. Como é possível tal? Mistério.

Assiste-se hoje, tal como na «belle époque» de Salazar-Caetano ao «travesti» da fantasiosa teoria de projectar nos outros os defeitos que temos em nós próprios.

Onde existem povos mais generosos que os africanos? Quem tão facilmente esqueceu e perdoou crimes que relembrá-los até põe os cabelos em pé? Mas quando um país, no seu pleno direito de independência expulsa os indesejáveis ou nacionaliza os bens que lhe pertence legitimamente, logo um coro de vozes horrorizadas se levanta, em alta grita, como se, até, tivessem razão.

Ah! Se do outro lado (Moçambique) fizessem o mesmo, acerca de certas queixas passadas e presentes, o que seria?... Sendo assim, como podem certos indivíduos apelidar de racismo, o desejo firme da República Popular de Moçambique de não deixar criar estruturas neocolonialistas ou permitir o trabalho de sapa da reacção imperialista? Digo, até mais, muito mal andaria Moçambique, se desse ouvidos a estas belas sereias que só procuram diminuir ou adormecer a vigilância, para lhe ferrar o golpe mortal da traição e do neocolonialismo.

A R.P. de Moçambique não quer perder a sua independência que ganhou na luta e tão bem sintetizada no «Brado Africano» de 27 de Fevereiro de 1932:

«Não ambicionamos uma vida dominada pela ideia de explorar o próprio irmão... Preferimos o nosso 'estado selvagem' que contudo, vos enche as bocas e as algibeiras... Repetimos que não queremos fome, nem sede, nem miséria, nem uma lei de discriminação racial.»

Tenham, pois, juízo certos cavalheiros (de indústria) e deixem de bater na mesma tecla, que só pode iludir os incautos e tresanda ao fedor da triste época colonial. A República Popular de Moçambique é um país soberano que de forma alguma está interessado nas relações sociais inerentes a um estado de exploração capitalista.

E... a terminar só mais esta lei:

«Não há bons ou maus colonos, há colonos.»

Ferreira da Silva — Faro

Injustiças para com a terceira idade

A Rádio interessou-se, há pouco, pelo movimento reivindicativo dos professores aposentados segundo a antiga reforma do ensino, os quais auferem pensões de miséria.

Mas o que acontece com o professorado primário acontece com outros ramos do funcionalismo, nomeadamente o dos CTT, atingidos pela contradança das Letras ou das novas designações de categorias. Um antigo 1.º oficial dos CTT, por exemplo, tem, como aposentado, a pensão de 3500$00; o mesmo 1.º oficial dos CTT, agora com a designação de Técnico de..., ganha cerca de 11 contos no activo e perceberá esta mesma importância se se aposentar nas condições habituais. Isto, sem falar em outras regalias, e não são poucas, que a aposentação anual. Todavia, nem houve mudança de funções nem exigência de maiores habilitações ou aptidões.

Em resumo, que ilações a tirar? — Primeira: que, no nosso País, Geriatria e Gerontologia são vocábulos vazios de conteúdo humano e social. Segunda: que existe uma verdadeira discriminação entre os funcionários

Continua na pág. 4

O voto quase sempre não compensa

CÉSAR OLIVEIRA

1. Fala-se em ofensiva das forças reaccionárias. Agita-se de novo, ameaçadoramente, o espectro sinistro da violência organizada ao serviço do grande capital. Denuncia-se. Ataca-se. Lançam-se (com prática habitual em Portugal) rastejantes palavras de calúnia que sempre frutificam num país desabituado à discussão e onde se enraizaram continuadas incoerências. A um sectarismo exercendo-se burocratigadamente por permanentes medidas administrativas, e que se substituía ao debate político de massas, ao confronto de opiniões conflituais, gerador de um maniqueísmo corrosivo de uma prática política libertadora (suporte essencial do socialismo), sucedeu um outro tipo de sectarismo mais elegante, «democraticamente» assumido por aqueles que ontem clamavam pelo direito à expressão.

Dizem estar em perigo a democracia; dizem poderem ser destruídas as conquistas fundamentais da revolução. Cada partido, todavia, quer-se só, «orgulhosamente só», sem alianças. Como se a democracia, as conquistas da revolução, o socialismo e a própria liberdade fossem prémios de corrida recebidos por quem chegar primeiro. Todos os partidos querem a «justiça social», a liberdade, a democracia, a «regeneração» da vida económica, a protecção dos pequenos e médios proprietários, a luta contra os excessos e os desmandos selvagens da «aventura». Orgulhosamente sós. Como De Gaulle em 68 e Marcelo em 69: **ou nós ou o caos.** E isto, além do mais, corrompe. Corrompe, não os agentes típicos do sistema que forma as suas clientelas à base do «bacalhau a patace», da protecção à iniciativa privada, da luta abstractizante pela «justiça social». Corrompe a perseverança e a esperança forjada com os dentes cerrados daqueles para quem a democracia não é «boutade» heróica de S. Bento, arrebatamento «comovido» de comício eleitoralista, conferência de Imprensa aparatosa e grave. Corrompe aqueles que não leram Marx, nem conhecem os regimentos parlamentares e não sabem os «truques» jurídicos e sorrateiros das negociações de alto gabarito onde pontificam os «sábios da democracia»; corrompe os que sentem que a democracia é a possibilidade de optar e concretizar a consciência das necessidades próprias, a participação directa na resolução dos próprios problemas, o permanente controlo dos que detêm o poder e das vanguardas, **revolucionárias ou parlamentares,** que, falando em nome do povo, sobretudo o utilizam e manipulam.

E diz-se que é preciso defender as instituições democráticas; e que, se a direita ganhar as eleições e puser tudo às avessas do que está hoje, nada mais natural... pois é assim mesmo... são as regras do jogo democrático, as que decorrem da alternância no poder. E se Champallimaud vier, chamado por uma maioria parlamentar, desnacionalizar este mundo e o outro, descer os salários, fazer negociatas à vontade, comprar um matutino, um vespertino, um semanário e três estações de Rádio, pois que se há-de fazer se é assim a «democracia».

2. As pessoas parecem, propositadamente, esquecer-se do que foi e do que representava o regime que o MFA derrubou em 25 de Abril. Entendendo agora a democracia, as instituições democráticas, as liberdades como realidades «desligadas» e abstractas sem inserção numa dada sociedade, teimam em impedir o «processo ao fascismo» porque assim se veria o abstracto das suas posições (1).

O salazar-caetanismo era um regime autoritário, repressivo, hierarquizado e centralizado, e com abundantes traços fascistas, porque correspondia **ao modo de dominação** do capital na sociedade portuguesa. E o modo como o capital exercia o seu domínio na sociedade portuguesa correspondeu ao processo de implantação e desenvolvimento do capitalismo em Portugal, que sempre comportou três condições para garantir a possibilidade da sua própria sobrevivência: exploração colonial, sobrexploração e repressão interna sobre as massas populares (e não só as classes trabalhadores), e ligações aos capitais estrangeiros.

O salazar-caetanismo foi essencialmente **uma necessidade estrural** decorrente do modo como estava organizada a actividade produtiva da sociedade portuguesa e, face ao **tipo** de dominação capitalista existente, nada tinha de «aberrativo», de «maldade diabólica» inventada pelo «jesuíta de Santa Comba». O processo do «fascismo» português é o processo típico de dominação de uma burguesia que se sabe subalterna e dependente e que, feita a experiência da República Democrática entre 1910 a 1926, logo soube encontrar-se, liberta dos entraves que impediam a sua hegemonia no plano superestrutural, jurídico e institucional, **fora dos quadros tradicionais das democracias parlamentares.**

Por isso, quando agora se admite como natural, lógico e consequente com as regras do «jogo democrático» que as forças políticas que têm baseado a sua propaganda eleitoral no ataque aos processos que destruíram o capital monopolista e desarticularam o sistema capitalista (reforma agrária, nacionalizações, controlo operário, democracia de base) fazendo, simultaneamente, a defesa da iniciativa privada e da propriedade, venham a ocupar, **por alternância democrática no poder,** os postos de comando da vida da sociedade portuguesa, parte-se do princípio de que assim se defende a democracia e de que tais forças serão a tal ponto incoerentes com os interesses sociais e económicos que defendem e respeitarão sempre as regras de uma democracia que esses interesses não tiveram nunca capacidade económica, social, política e ideológica para suportar. A democracia política que permite a alternância democrática no poder a forças políticas que só podem dominar fora dos quadros da democracia política acabará por reconhecer o seu auto-suicídio quando já for demasiadamente tarde.

Expliquemo-nos: se o CDS, PDC e PPD vierem a ocupar o poder político, como é natural e como decorre das regras do tal «jogo democrático», poderá acontecer ou o enraizamento autoritário, repressivo e fascistizante dessas forças num poder eleitoralmente conquistado (Hitler subiu ao poder por eleições livres) ou abrir-se-á um período de crises governamentais permanentes, de conflitos sociais de toda a ordem que criarão de novo condições, tal como criaram na primeira metade dos anos vinte que, pelo próprio desprestígio dos partidos e das «instituições democráticas», conduzirão, no mínimo dos mínimos, a uma ditadura militar de direita inicialmente benevolente. E uma ou outra destas alternativas não sucederá por simples vontade do PDC, do CDS ou do PPD ou por má fé ou diabólicas intenções dos dirigentes. A lógica implacável das condições estruturais da sociedade portuguesa, cimentando fundamente as consequências que decorrem inexorável e logicamente dos interesses que estas forças **agora defendem,** conduzirá a uma daquelas duas soluções.

3. A democracia consolida-se e defende-se na exacta medida em que, nas condições concretas da sociedade portuguesa, mais se avançar na destruição dos poderes económicos, ideológicos e políticos que poderão permitir o regresso a soluções autoritárias. Essa destruição não poderá, sob pena de não encontrar apoio num largo consenso das massas populares, ser suficiente para consolidar a democracia política e evitar o regresso do fascismo se não combinar a reconstrução nacional dentro de uma lógica socialista alicerçada na democracia de base com o pluralismo democrático dentro do campo das forças progressistas e socialistas. Mas pluralismo democrático nascido de um contrato programático onse não possam mais caber práticas sectárias ou inquietações de toda a ordem originadas no «golpismo permanente» e na manipulação burocrática. Ou seja, a democracia defende-se caminhando para o socialismo e este consolida-se na medida em que souber responder positivamente aos anseios das massas populares e institucionalizar, no seu interior, a democracia política. Outras soluções — ainda que rendosas do ponto de vista puramente eleitoral — abrirão sempre caminho ao autoritarismo necessariamente brutal e repressivo, seja perante as condições estruturais do próprio País, seja pela necessidade de **derrubar** uma Constituição demasiado **à esquerda** e que correspondeu à distância percorrida desde as três horas da manhã de 25 de Abril de 74.

4. E não se iludam todos aqueles que, «orgulhosamente sós», querem agora deixar de falar em socialismo para poderem tirar trunfos eleitorais que lhes permitam, depois, **um novo recomeçar.** Por maiores vantagens que possa ter esta posição no plano estritamente imediato (e tem), os compromissos implicados pelas renúncias, as excessivas moderações que decorrem do cumprimento das regras de um parlamentarismo estreito são de tal monta e «amarram» tanto que tornam impossível o **próprio recomeçar.** Tudo, inclusive as renúncias, os compromissos e o eleitoralismo, tem a sua própria lógica, e esta é quase sempre implacável. Como diria Heraclito: «ninguém pode banhar-se duas vezes na mesma água do mesmo rio».

(1) E curioso notar que, após Artur Portela Filho (continuando alvitres por outros já formulados) ter lançado a ideia de um processo ao fascismo, foi dias depois demitido do «Jornal Novo» por aqueles para quem a plena liberdade de expressão era, meses atrás, um valor absoluto.

Poder Popular é lei em Angola

LUANDA, 19 — (por Hugo Rius da Prensa Latina, exclusivo da ANOP em Portugal) — O Conselho da Revolução angolano publicou a lei sobre o Poder Popular, aprovada por ocasião do 15.º aniversário do início da luta armada para a libertação, e assinada pelo presidente da República, Agostinho Neto.

O documento expressa, na sua parte introdutória, que quando «a burguesia perde o monopólio do exercício do poder político, durante uma guerra popular de larga duração, existem condições para o aparecimento do Poder Popular».

A lei estabelece como órgãos representativos, por ordem ascendente, as assembleias e comissões comunais, de bairros, municipais e provinciais, com especificidades para as áreas rurais e urbanas.

Uma das funções fundamentais dos organismos de base consiste na mobilização e organização de massas para a discussão e solução dos seus problemas prementes e para as tarefas de resistência e de controlo da democracia popular.

O articulado da lei enumera a elevação da consciência política das massas, o combate ao obscurantismo, ao tribalismo, ao regionalismo, ao alcoolismo, ao racismo, à prostituição e outros vícios. Especifica-se que se devem pronunciar sobre as formas de organização da produção e a distribuição de produtos, combatendo a especulação, o açambarcamento, o contrabando e a sabotagem económica, em colaboração com os serviços estatais competentes. Pronunciar-se-ão também sobre a solução de todos os problemas sociais e culturais, sobre as formas de participação popular na vigilância e defesa das respectivas áreas, sob a orientação das estruturas das F.A.P.L.A.

As obrigações são idênticas para os órgãos comunais, municipais e provinciais, mas estes terão ainda que dinamizar e apoiar as formas colectivas de produção e consolidar a aliança operário-camponesa e vigiar e controlar a acção das empresas públicas.

Os delegados e membros de cada comissão serão eleitos, nos respectivos níveis, por voto directo e público, com o total dos direitos, excepto para aqueles que colaboraram com os aparelhos repressivos colo-

Continua na pág. 4

Nacional

Suspensos e detidos da Informação

"É possível uma sentença sem culpa formada?"

Os trabalhadores suspensos e despedidos da Imprensa, Rádio e Televisão, não satisfeitos com a actuação do ministro da Comunicação Social na resolução do seu problema, afirmam, através de um comunicado, que o titular daquela pasta sempre se tem referido ao mesmo «em termos muito vagos, não assumindo a responsabilidade das suspensões e transferindo para as Comissões de Inquérito o esclarecimento das razões que estão na sua origem».

Acentuam os suspensos que não compreendem que o ministro «faça como a avestruz, metendo a cabeça na areia e ignorando o que se passa à sua volta». E perguntam: «É possível uma sentença sem culpa formada?»

Adiantam ainda que «não é admissível que, alegando ignorância, sacuda responsabilidades que lhe cabem por ingerência da função. Com isto, não estamos a exigir que interfira no inquérito. Exigimos, sim, que se informe: *a)* sobre os critérios a que obedeceram as suspensões e despedimentos (critérios certamente bastante diferenciados para abrangerem motoristas, técnicos de diferentes especialidades, jornalistas, músicos, etc.): *b)* sobre as circunstâncias em que tais suspensões foram decididas e que fazem suspeitar da existência de *listas negras* previamente elaboradas; **c)** sobre o perigo efectivo de, com o procedimento adoptado, se incorrer no odioso da inversão do ónus da prova, que obriga o acusado, logo de início considerado culpado, a provar a sua inocência, em vez de exigir dos acusadores que fundamentam primeiro a acusação (como jurista que é, Almeida Santos conhece bem os antecedentes históricos em que viria a filiar-se qualquer tentativa de reedição no Portugal pós-25 de Abril dos métodos de investigação inquisitoriais...)».

Sublinham também os suspensos e despedidos que «ao afirmar que nisto de revolução há que pesar os riscos: ou se ganha e fica-se herói, ou se perde e fica-se réu, o dr. Almeida Santos defende publicamente a lei do mais forte — a lei da selva — atentatória da legalidade democrática».

Finalmente (e depois da pormenorização de outras questões) afirmam os suspensos e despedidos que «o ministro dá como provado» que «aderiram a um projecto contra-revolucionário». (...) «Tal afirmação baseia-se na ignorância das conclusões a que chegou a própria Comissão Nacional de Inquérito, a qual não só ainda não ouviu a totalidade dos suspensos, por considerar desnecessário, como não apurou nada de concreto que lhe permitisse concluir pela sua culpabilidade. Ao fim de quase três meses de suspensão preventiva, e continuando a não haver culpa formada contra os visados pela suspensão, achará o sr. ministro que é procedimento democrático (...) manter os suspensos e falar como se já tivesse a sentença no bolso?»

Libertação dos antifascistas e revolucionários presos

Amanhã em Lisboa

C.L.A.R.P. vem à rua exigir libertações

«Liberdade para Otelo e todos os revolucionários presos». «Morte ao E. L. P. e a quem o apoiar», «Fim, já, ao terror fascista», e «Contra a repressão, contra o fascismo, defender as conquistas populares», são algumas das palavras de ordem que serão repetidas na manifestação que está a ser convocada pelo C.L.A.R.P. — Comité para a Libertação dos Antifascistas Revolucionários presos, e que amanhã vai percorrer as ruas de Lisboa.

A realização desta manifestação, cujo objectivo é protestar contra a permanência de militares antifascistas na prisão, e exigir a sua libertação, foi decidida numa reunião entre representantes do C. L. A. R. P. e de comissões de moradores, trabalhadores e órgãos populares, efectuada no passado dia 6. A preparação definitiva da manifestação será feita numa segunda reunião, onde participarão o C. L. A. R. P. e todas as estruturas empenhadas na libertação destes militares, a realizar-se no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, na Avenida do Brasil, na próxima quinta-feira, dia 12, pelas 21 horas.

O C. L. A. R. P., a cujo manifesto já aderiram, entre outras organizações, a A. E. P. P. A., o Movimento Cristãos pelo Socialismo, os trabalhadores expulsos da Rádio Renascença de Lisboa, a pró-F. A. P. I. R., sindicatos e antifascistas de várias tendências, considera que «a luta pela libertação dos presos do 25 de Novembro é apenas uma parcela da luta geral do povo português contra a repressão e o fascismo». O C. L. A. R. P. insiste que «lutar pela libertação dos antifascistas e revolucionários presos é levantar as massas populares contra a repressão, é lutar contra o fascismo que nos ameaça cada vez mais. Nesta luta é, afinal, o destino do povo português que está em causa. Se vacilarmos, seremos esmagados e, por isso, nela não há lugar para forma nenhuma de conciliação ou hesitação, que só tem aberto o caminho ao inimigo».

O C. L. A. R. P. apela a todos os trabalhadores e moradores para que façam aprovar moções exigindo esta libertação, que actuem dentro dos seus sindicatos e comissões para que estes organismos apoiem activamente a manifestação de amanhã e «para que façam desta manifestação uma importante vitória do Povo sobre a repressão e o fascismo».

A concentração está marcada para as 19 horas no Terreiro do Paço, de onde os manifestantes sairão, meia hora depois rumo a São Bento.

ADIADO O COMÍCIO DA FIL

Para resolver o problema criado pela convocação de uma concentração-comício de trabalhadores na FIL, marcada para o mesmo dia e hora da manifestação pela libertação dos revolucionários presos, uma delegação do executivo do CLARP reuniu-se ontem de manhã com o Comité de Luta dos Sindicatos, promotores daquele acto. O CLARP manifestou a sua surpresa pela coincidência, tanto mais que a sua convocação para o Terreiro do Paço havia sido feita há duas semanas. Foram examinadas as consequências graves ao nível de unidade da classe trabalhadora, que tal coincidência poderia acarretar. Durante a reunião foi recebida uma proposta do Secretariado Provisório do Conselho de Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa, uma das entidades promotoras da concentração-comício da FIL, sugerindo ao Comité de Luta dos Sindicatos que convidasse os trabalhadores a se integrarem na manifestação do CLARP, proposta que foi recebida com uma certa reserva, mas que terá uma resposta definitiva até ao fim da tarde de hoje.

Na noite de ontem, o executivo do CLARP foi contactado pelo Comité de Luta dos Sindicatos, oportunidades em que foi oficialmente comunicado o adiamento da concentração-comício programada para a FIL.

CARTA A PÉ?

Uma carta a desejar as Boas-Festas para 1974 acaba de ser entregue à destinatária, D. Antónia C. D., no Dafundo. Os 426 dias decorridos entre 18 de Dezembro daquele ano e ontem foram gastos para percorrer pouco mais de 100 km, concretamente desde Evora.

D. Antónia não sabe que mais admirar: se a teimosia dos correios em trazer-lhe as Boas-Festas, se o meio de transporte usado. Quanto a este último problema, e porque a mala-posta foi abolida no século passado, inclina-se para uma hipótese arrepiante — a carta terá vindo a pé.

Poder Popular é lei em Angola

Continuação da pág. 3

niais e com os grupos fantoches que serviram a intervenção estrangeira. Carecem igualmente de direitos de selecção os que explorem a força de trabalho dos outros, tenham estado comprovadamente envolvidos em actos de corrupção e sabotagem económica, pratiquem o racismo, o tribalismo, o regionalismo e os ociosos.

Segundo se assinala no texto que acaba de ser tornado publico, a Lei do Poder Popular, promulgada sob a assinatura do presidente Agostinho Neto no passado dia 5, entrou já em vigor.

post scriptum

Continuação da pág. 3

do activo e os que, por motivo da sua idade ou doença, caem na situação de aposentados. Terceira: que se impoẽ, desde já, que numa sociedade que se afirma democrática, que se diz virada para o socialismo, se tomem as medidas necessárias para o desaparecimento destas situações de flagante e repugnante injustiça, porquanto lembram ainda, a bestialidade dos tempos ou dos estágios sociais em que os velhos eram arrumados para a berma da vida, como trambolhos, senão simplesmente eliminados. Quarta: que não seja, pois, preciso que essas centenas de velhos servidores do Estado venham a público exibir o espectáculo confragedor dos seus cabelos brancos desalinhados, das suas faces encovadas, das suas vozes roufenhas e respiração arquejante, dos seus fatos coçados pelo uso, o que representa um estranho contraste com os que reforçam as suas atitudes reivindicativas com gritantes ameaças de toda a ordem.

Francisco Nunes Moura Júnior — Lisboa

PUB

EPAL

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

ADMITE:

DIRECTOR

para o seu

SECTOR DE RECURSOS HUMANOS

O referido Sector engloba Serviços de Gestão de Pessoal, Formação, Sociais (com Refeitórios, Cantina e Serviços Médicos), Segurança no Trabalho.

PEDE-SE:

— Experiência de Chefia da função.
— Capacidade de organização e de Chefia em trabalho de equipa.
— Curso superior ou formação equivalente, como condição de preferência.

OFERECE-SE:

Actividade de muito interesse profissional em cargo directamente dependente da administração.

Resposta, com indicação de «curriculum vitae» (onde se refira expressamente a experiência anterior no desempenho da função) e de vencimento pretendido, a enviar ao Serviço de Pesoal da Empresa (Av. da Liberdade, 22, Lisboa-2) até 26 de Fevereiro.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

SECRETARIA-GERAL

SERVIÇOS DE APROVISIONAMENTO

Av. Miguel Bombarda, 6 - 4.º

INSCRIÇÃO DE FORNECEDORES

Estando a proceder-se à organização centralizada de um ficheiro de fornecedores no que respeita a materiais e produtos interessando os estabelecimentos e serviços de saúde (equipamentos, produtos farmacêuticos, material de consumo clínico, artigos de laboratório, etc.) convidam-se as entidades interessadas a:

— efectuarem a sua inscrição nestes serviços e preencherem a ficha respectiva.

— remeterem listagens completas dos materiais e artigos que estão em condições de fornecer.

Lisboa, 27 de Janeiro de 1976.

O Director dos Serviços de Aprovisionamento,

António Eugénio de Menezes Duarte

VENTO E FRIO — INVERNO Proteja-se sempre a pele com «MAGISTRALE» ou «PLEIN VENT» e adopte-se uma base de Guerlain, fluída e de tom suave. Assim, ser-se-á jovem até tarde...

Em ALBUFEIRA, o DIÁRIO DE LISBOA encontra-se à venda no Largo Eng.º Duarte Pacheco (António Santos Labisa)

Nacional

O ministro está optimista: podemos importar até 25 milhões de contos de produtos alimentares

Campinos garante haver meios para continuar as importações

Num almoço promovido pelo American Club num hotel lisboeta, o dr. Jorge Campinos, ministro do Comércio Externo e Turismo, participante na qualidade de convidado de honra, declarou que «temos meios suficientes para importar produtos alimentares até ao valor de 25 milhões de contos, número atingido em 1975».

Acrescentou o ministro que «é preciso abandonar os discursos filosóficos, as grandes questões relativas à independência nacional, à exploração e a outros termos genéricos de mais, para tentar a prazo muito curto responder a perguntas concretas exigidas pelo próprio Povo».

Dirigindo-se a cerca de duas centenas de participantes no almoço, empresários e quadros de empresas portuguesas e estrangeiras na sua maioria, o dr. Campinos referiu-se à política económica do VI Governo declarando: «Não há intenção de limitar as importações, havendo, por outro lado, o firme propósito de exportar, sobretudo, exportar e cada vez mais, praticando uma política financeira que seja capaz de suportar o facto de que muitos dos nossos produtos não são competitivos a nível internacional».

Referindo-se ao carácter indispensável da solidariedade internacional, o ministro aludiu às relações económicas entre Portugal, os Estados Unidos, os países do Ocidente, «mundo ideológico ao qual Portugal pertence».

António Barreto amanhã no Porto

O secretário de Estado do Comércio Externo, dr. António Barreto, a convite da Câmara de Comércio Luso-Britânica, desloca-se amanhã ao Porto, onde participará num encontro de sócios da Câmara e de outras entidades ligadas à vida económica e financeira do Norte do País.

Para essa reunião, que decorrerá num restaurante da cidade, foram também convidados os secretários de Estado do Tesouro, da Indústria Pesada e da Indústria Ligeira, que farão uma comunicação seguida de diálogo.

A convite da Spgrape, António Barreto visitará da parte da tarde as instalações daquela companhia em Vila Nova de Gaia. A Sograpé é uma das principais empresas exportadoras do nosso país. Na parte da manhã, apresentará cumprimentos ao governador civil e almoçará no Instituto do Vinho do Porto.

ENCONTRO COM INDUSTRIAIS

O secretário de Estado do Comércio Externo, acompanhado de quadros do seu Ministério, recebeu alguns dirigentes da Confederação da Indústria Portuguesa e da Associação de Industriais Exportadores, aos quais expôs a actual orientação do Ministério relativamente à reestruturação dos serviços, coordenação das actividades de importação e de exportação, papel preponderante do sector privado no comércio externo, reformas dos sistemas de crédito, seguro de crédito, contratos de desenvolvimento e outras formas de apoio à exportação política de controlo e melhoria da qualidade de produtos a exportar. Foram debatidos vários pontos, tendo-se registado coincidência de pareceres em relação a muitos deles, designadamente no que se refere à defesa da qualidade, apoio às pequenas e médias empresas com dinamismo na exportação e participação de representantes qualificados dos exportadores nas negociações técnicas com delegações de novos mercados.

TRC

técnica de revestimentos e comércio SARL

RUA DO SALITRE, 82-C-2.º, DT.º — TELEF. 574615 — LISBOA

CONVOCATÓRIA

Convoco a Assembleia Geral ordinária desta Sociedade para se reunir no dia 19 de Março próximo pelas 15 horas, na sede social, a fim de:

— Discutir, aprovar ou modificar o relatório, balanço e contas do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1975.

— Tratar de outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Lisboa, 2 de Fevereiro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia
Lourenço Manuel Galinha

CUNHAL NA JUGOSLÁVIA

Encontro com Tito revela concordância de visão política

. Álvaro Cunhal, de visita à Jugoslávia, debateu com o presidente Tito assuntos internacionais e a colaboração entre os partidos comunistas dos dois países, depois de ter conferenciado em Belgrado com altos funcionários do Partido logo após ter chegado à capital jugoslava.

O secretário-geral do P. C. P. foi recebido pelo marecha Tito, de 83 anos, em Kupari, na Costa do Adriático. Tito, presidente da República Jugoslava e da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, salientou no decorrer do encontro que a unidade de todas as forças progressistas de Portugal é a condição essencial para a salvaguarda das conquistas da Revolução face às manobras da reacção.

Segundo a agência Tanjug, os dois dirigentes políticos concordaram em que convém explorar todas as possibilidades que se oferecem ao desenvolvimento das relações entre ambos os partidos. Stane Dolanc. o segundo homem da Liga, e Aleksander Grlickov, secretário do Comité Executivo, assistiram também à entrevista, que se desenrolou numa atmosfera de cordialidade e camaradagem.

Álvaro Cunhal chegou à capital jugoslava procedente de Prega, onde numa conferência de Imprensa havia salientado o agravamento da situação política em Portugal, consequência dos múltiplos esforços da reacção interior e exterior para eliminar as conquistas da jovem revolução portuguesa. O secretário-geral do P.C.P. frisou que o povo português aspira a um regime democrático e que o seu partido, como defensor consequente do progresso social, se compromete na unidade de acção de todas as forças antifascistas e democráticas, única garantia que assegura o desenvolvimento na via da revolução. Revelou também que o P.C.P. prepara as próximas eleições sob a palavra de ordem da «unidade de acção».

Walter Rosa recebe conclusões do E.N.P.E.

Uma comissão representativa dos promotores do I Encontro Nacional sobre Política Energética esteve ontem à tarde no gabinete do ministro da Indústria e Energia, Walter Rosa, para fazer a entrega das conclusões emanadas deste Encontro, realizado no passado mês de Novembro no Porto.

Pelo ENPE, estiveram presentes os engenheiros Lajinha Serafim, Adolfo Gonçalves, Álvaro Campos Carvalho, Fernando Sérgio, Fonseca e José Gaspar Teixeira e o físico Frederico Carvalho.

Na conversa entre a comissão e o ministro foi mencionado que os recursos hídricos de Portugal, apesar de estar longe o seu esgotamento, não são suficientes para a geração e o fornecimento de energia que o País necessita. Entretanto, ficou claro que essa afirmação não significa que os empreendimentos hidroeléctricos projectados ou em execução não avancem, pois existe um consenso em torno da necessidade de aproveitamento ao máximo dos recursos naturais.

O II Encontro já está marcado para o próximo mês de Abril provavelmente, antes das eleições.

Dirigentes do C.D.S. contactam direita europeia

Partiu hoje para Paris o vice-presidente da Comissão Política do C.D.S., Adelino Amaro da Costa, que vai à capital francesa participar numa reunião da Comissão para a Política Internacional da União Europeia das Democracias Cristãs.

A reunião tem, na agenda, um ponto dominante, segundo informação do C.D.S.: a estratégia e a táctica dos partidos comunistas na Europa Ocidental.

Entretanto outro dirigente do C.D.S. deve deslocar-se a Paris no início da próxima semana para contactos com dirigentes de partidos franceses de direita: Diogo Freitas do Amaral, recentemente chegado de Londres, aonde foi com idênticos objectivos.

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

PLENÁRIO

Professores do CPES e ES

Assunto : Concurso de efectivos

Convocam-se os professores sindicalizados do CPES e ES dos distritos de Santarém, Lisboa e Setúbal, para um plenário a realizar na Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa, na sexta-feira, dia 20 de Fevereiro, às 21.30 horas.

ORDEM DE TRABALHOS :

Ponto único — Posição face ao concurso de efectivos.

Notas: Foram enviadas a todos os N.S.B. do CPES e ES circulares com propostas para debate nas escolas, como preparação para este plenário.

É imprescindível para entrar neste plenário a apresentação do **cartão de sindicalizado.**

A COMISSÃO DIRECTIVA

Roupa usada da Suécia para retornados

Retornados de África vão receber, por intermédio do P.P.D., 700 toneladas de roupa usada proveniente da Suécia. As ofertas são nos distritos do Norte do País: Viana, Braga, Porto, Vial Real, Bragança e Viseu.

As roupas em distribuição chegaram ao P.P.D. por intermédio da Organização I.M. — Individuell Maniskohjalp (Associação Internacional de Apoio aos Refugiados). É a segunda vez que esta organização se associa à iniciativa «S.A.R.A.» (Serviço de Apoio aos Retornados de África») do P.P.D.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAL DE SANTA MARIA

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA

Conc. Público n.º 21/75-IE

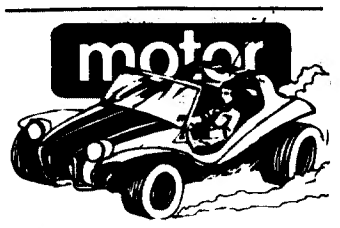
As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas, excepto aos Sábados das 9 às 12,30 horas, na Secretaria do Serviço de Aprovisionamento.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados no Caderno de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 16 de Fevereiro de 1976

Pel'A COMISSÃO INSTALADORA

J. Sereno d/Almeida Ribeiro



Nacional

Construção de material de transporte

INDÚSTRIA EM CRISE

(com uma esperança parcial)

A indústria de construção de material de transporte, em que pesa sobremaneira a construção naval, continuou a atravessar um clima de acentuada crise entre Abril e Setembro do ano passado, conforme indicam as fortes tendências para a contracção da produção e bem assim o nivel, francamente abaixo do normal, registado na intensidade da procura.

Sendo a procura prioritariamente condicionada pelas decisões de clientes estrangeiros, deve fazer-se notar que estes se comportaram de modo claramente negativo em 1975. Aliás, em todos os inquiridos houve uma tendência generalizada de decréscimo dos valores de exportação — afirma um relatório sobre a conjuntura do sector publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, a que aqui nos reportamos.

O sector em epígrafe, que abrange as indústrias de construção e reparação naval, construção e reparação de veículos a motor, fabrico, de peças e acessórios para veículos a motor e construção de motociclos e bicicletas, apresenta, em geral, tendência de diminuição a três níveis — produção, procura de produtos e exportação.

No passado mês de Setembro 81 por cento das indústrias de construção e reparação naval, por exemplo, informavam possuir capacidade disponível para efectuar aumentos nos seus níveis de produção.

Durante o semestre Março-Setembro, a que se refere o relatório do I.N.E., avolumaram-se bastante as dificuldades de acesso aos mercados de matérias-primas, pois 73 por cento das empresas revelam que tiveram problemas com abastecimentos. Em relação ao semestre seguinte (Outubro de 1975 a Março de 1976) antevê-se que a procura externa venha a denunciar um acentuado interesse pela construção e reparação naval nacionais, prevendo-se que se venham a observar acréscimos nos níveis de produção, como resultado de novos contratos fimados ou a firmar pelos nossos estaleiros, nomeadamente com os países de Leste.

Todavia, informações recentes da Agência France-Press anunciam uma crise da construção naval no mundo. As estatísticas da «Lloyds Register Ship Building» indicam que o volume das encomendas se situava, em fins de Dezembro último, no seu mais baixo nivel desde Dezembro de 1972.

A diminuição foi sobretudo sensível no terceiro e quarto trimestres de 1975. O Japão, primeiro construtor mundial, viu as suas encomendas diminuirem em 6,4 milhões de toneladas durante o último trimestre. O número de navios de mais de 100.000 toneladas teve uma redução de metade e os petroleiros continuam a representar a maior parte da produção (56,3 por cento do total), fixando-se os porta-contentores em 23,7 por cento,.

Entre os restantes ramos da indústria de construção de material de transporte destaca-se a construção de motociclos e bicicletas, em que continua a procesar-se um aumento de produção, exportação e procura interna.

Sempre segundo o relatório do I.N.E., na presente conuntura favorável desta última indústria existem, porém, alguns pontos negativos, incluindo as graves dificuldades em obter os materiais necessários para a laboração e que afectam gravemente 54 por cento das indústrias inquiridas, impedindo-as de aumentar os seus níveis de produção. A expansão da produtividae está igualmente dificultada pela saturação dos equipamentos produtivos e pela carência de pessoal qualificado. Destes factores conjuntos resulta que apenas 46 por cento do ramo se encontrava em 1975 com possibilidades de expandir a produção.

Alunos do 4.º ano da Escola Preparatória de S. António da Parede (secção a funcionar no Colégio dos Maristas, em Carcavelos) visitaram o «Diário de Lisboa». Acompanhados pela prof. D. Gabriela Gonçalves, percorreram as instalações do nosso jornal, detendo-se em especial na secção de fotografia onde o nosso camarada José Manuel Teixeira deu uma pequena aula sobre a matéria

Arqueologia das Caldas

A inauguração de uma exposição particular de arqueologia nas Caldas da Rainha, no passado dia 15, foi motivo para que se tornasse pública a premência em apoiar a iniciativa de um museu local de História, Cerâmica e Arqueologia.

A mostra de uma colecção do arqueólogo amador Francisco Furriel, rica em peças paleontológicas e pré-históricas, foi pretexto para a reunião nas Caldas de alguns nomes conhecidos neste campo, dos quais se destacaram o eng.º Octávio da Veiga Ferreira e o prof. Zbyzwesky. Inscrições e vestígios de ocupação de outras eras, na região, foi motivo para que os curiosos da arqueologia se reunissem em conferência, com apresentação de diapositivos de raridades pouco divulgadas mesmo entre os estudiosos da arqueologia nacional. Os cientistas insistiram na necessidade de recolecção atenta das riquezas paleontológicas e pré-históricas conhecidas na área.

SUBSÍDIO ÀS CALDAS DE MONCHIQUE

Foi concedido um subsídio extraordinário de 2 666 380$00 ao estabelecimento termal das Caldas de Monchique, através do Ministério das Finanças.

O decreto-lei que autoriza a concessão do subsídio foi já publicado no «Diário do Governo».

Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Setúbal / A. M. S.

Av. General Daniel de Sousa — Prolongamento — Prédio Fiat — Telefs. 28041/5 — **SETÚBAL**

ADMISSÃO DE PESSOAL ADMINISTRATIVO AUXILIAR

AUXILIARES DE ARQUIVO CLÍNICO — HABILITAÇÕES MÍNIMAS 1.º CICLO

Informa-se que está aberto concurso documental, no período de 16 a 27 de Fevereiro de 1976, para provimento de vagas existentes nesta Instituição.

Os interessados deverão dirigir-se à Sede desta Caixa de Previdência, Av.ª General Daniel de Sousa — Prolongamento — Prédio Fiat, 7.º andar, Secção de Pessoal, onde lhes serão prestados todos os esclarecimentos necessários, todos os dias úteis, excepto ao Sábado, das 9.30 às 11 h., e das 14.30 às 16.30.

Avisam-se os candidatos que requereram a sua admissão anteriormente à data da publicação deste anúncio que foram considerados sem qualquer efeito os requerimentos oportunamente entregues, pelo que no caso de continuarem interessados no provimento dos lugares a concurso, deverão contactar os serviços atrás mencionados.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA A.M.S.

BOA COLOCAÇÃO COM BOM VENCIMENTO

Obterá se frequentar os Cursos que se iniciam DEPOIS DE AMANHÃ, de:

* Desenhador da Construção Civil
* Programacão de Computadores
* Medidor Orçamentista Const. Civil
* Secretaria * Contabilidade
* Gestão e Administração de Empresas
* Marketing e Técnica de Vendas
* Relações Públicas
* Perfuração-Verificação (IBM) (individual)
* Decoração de Interiores

A ÚNICA EMPRESA QUE ASSEGURA ESTÁGIO

Os nossos alunos beneficiam, em vários países, de BOLSAS DE ESTUDO e reconhecimento oficial dos seus cursos.

INSTITUTO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO ACELERADO

Rua Nova do Almada, 81, 3.º—LISBOA—Tel. 32 55 77
No PORTO — Rua Passos Manuel, 44 — Tel. 25007

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais
TINTURARIA GUANABARA
DEPART. DE CONFECÇÕES
Av. João XXI, 6-D — R. Infantaria 16, 55-C — LISBOA

Nacional

JULGAMENTO DE RAMIRO VALADÃO

"Bode expiatório" sai em liberdade

Encontra-se em liberdade condicional e caucionada, o dr. Ramiro Machado Valadão, antigo presidente do Conselho de Administração da RTP, ontem julgado no Tribunal da Boa Hora. O público que enchia a pequena sala de audiências do 1.º Juízo Criminal não protestou. O conhecimento de que outros, mais responsáveis em tempos de fascismo, nem sequer foram julgados, permitindo-se-lhes alcançar o Brasil, levou muita gente a considerar que o réu não passava, afinal, de um «bode expiatório».

Ramiro Valadão foi condenado em quatro anos de prisão maior, 500 contos de multa e 700 contos de indemnização à RTP e em 10 contos de imposto de justiça. Todavia, a pena de prisão viria a ser reduzida para metade, por força do Decreto 259/74 (amnistia).

Pela leitura do acordão, ficou a saber-se que o Tribunal considerou não provados alguns dos crimes imputados ao réu, tendo sido provados outros. Os bons serviços públicos prestados pelo réu, com louvores do Governo, etc., pesaram como atenuantes.

A interposição de um recurso da defesa, viria a permitir a Ramiro Valadão o gozo de liberdade condicional, mediante um depósito-caução de 200 contos. Ficou ainda assente que o réu não poderá ausentar-se do País.

FUGIRÁ, NÃO FUGIRÁ?

Para o advogado de acusação particular, porém, os autos davam «indícios seguros de que existe comprovado receio de fuga do réu» se fosse posto em liberdade, e daí que deveria manter-se a captura, nos termos do art.º 291 do Código do Processo Penal.

Sem fazer concessões no que vinha expondo o mesmo advogado acrescentou que, se ainda assim, o Tribunal entendesse o contrário, arbitrando caução ao réu, esta não deveria ser inferior a um milhão e 570 mil escudos, a fim de ficar assegurado o pagamento da multa, indemnização e impostos em que o réu fora condenado.

Todavia, o Tribunal entendeu que o réu poderia aguardar em liberdade provisória os ulteriores termos do processo, desde que prestasse uma caução carcerária de 200 contos «visto ter sido condenado por crimes que admitem aquela situação e não se verificar qualquer das hipóteses previstas no parágrafo 3.º do art.º 291 do C. P. P.».

O Tribunal consideraria ainda que «não se vê necessidade de atribuir caução económica por já terem sido tomadas medidas idóneas que asseguram o pagamento das quantias de que o réu é responsável».

VALADÃO E AS ROSAS

O advogado de acusação voltaria a pedir a palavra, informado com a sentença final, mas o juíz lembrou-lhe que o art.º 657 do C. P. P. não conferia ao assistente legitimidade para interpor recurso da decisão sobre as medidas de liberdade provisória, pelo que o recurso não era admitido.

De entre os crimes que o Tribunal considerou não provados, constam, por exemplo, refeições em restaurantes e hóteis de luxo e aquisição de flores, por Ramiro Valadão, de 1969 a 1974, cujas facturas foram pagas pela RTP. Assim, não foi possível provar que as flores tivessem sido adquiridas em proveito do réu ou em benefício da Televisão...

Ramiro Machado Valadão foi restituído à liberdade (provisória). No dizer de muitas pessoas que lotavam a sala de audiências, ele foi apenas e durante vinte meses, o «bode expiatório» encontrado.

O réu quando ouvia a leitura da sentença

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA PESSOA

NO PORTO, ÀS ESCANCARAS

"Frente Nacionalista" manda pegar em armas

PORTO, 19 — Voltaram a ser atirados de carro para as ruas do Porto comunicados assinados por uma «Frente Nacionalista» em que se apela para a juventude de Portugal nestes termos: «Sem demora trazei as vossas armas e juntai-vos a nós.»

O comunicado agora espalhado, com o n.º 2, afirma a dado passo: «A democracia é o sistema político que permite a Mário Soares, Álvaro Cunhal, Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Pereira de Moura e tantos outros afirmarem que a entrega do Ultramar nos tornaria a todos mais ricos. A democracia é o sistema político que permite igualmente a essa mesma gente explicar, sem a menor hesitação, por que é que depois da entrega, em vez de mais ricos, ficados, sim muito mais pobres».

O panfleto policopiado, depois de se referir ao «Programa do Movimento das Forças Armadas de tristíssima memória», programa esse que «apenas existiu no papel», conforme diz, ataca todos os partidos, nomeadamente o P. C. P., o P. S., o P. P. D. e o M. D. P., para afirmar mais adiante: «Todos sabem que nunca houve fascismo em Portugal» e que, se as esferas políticas do actual Poder «ignoram esta verdade (...), então fascismo será patriotismo, lutar pela defesa da Pátria, trabalhar para o seu engrandecimento e do seu povo».

Mais adiante acrescenta: «As duas únicas intenções do 25 de Abril são hoje bem claras: entrega do Ultramar português ao comunismo internacional e formação dos Estados comunistas da Península Ibérica». Depois de dizer que «a salvaguarda da independência ainda só de nós depende», o panfleto conclui afirmando que «neste velho Portugal existem ainda muitos portugueses em cujo peito honrado há suficiente ânimo para lutar (...), para conduzirem de novo a nossa Pátria na senda das glórias passadas de que tanto nos orgulhamos».

Quadrilha chefiada por um comerciante

PORTO, 19 — A Polícia Judiciária remeteu ao tribunal de Paços de Ferreira um volumoso processo relativo a uma quadrilha que actuava em vários estabelecimentos de mobílias e que era chefiada por um comerciante.

O referido comerciante, José Maria Ferreira, é proprietário de quatro estabelecimentos de venda de mobílias na cidade do Porto e vendia, nos seus próprios estabelecimentos, os artigos furtados. Os furtos foram praticados na zona de Paços de Ferreira.

C.D.S. vence no Liceu Garcia de Orta

PORTO, 19 — Uma das oito listas concorrentes aos corpos gerentes da Associação de Estudantes do Liceu Garcia de Orta, que estudantes progressistas daquele estabelecimento têm denunciado como o centro da reacção fascista nos liceus do Porto, saiu vencedora no primeiro escrutínio das eleições efectuadas ontem. Trata-se da lista «A» que nos informaram ser afecta ao C.D.S. Recorde-se que este Liceu tem sido palco de violências tendo estado encerrado já alguns dias no decurso deste ano lectivo. Alunos afectos a movimentos da extrema-direita (E.L.P.-M.D.L.P.) usam na lapela os seus emblemas e impedem a propaganda dos estudantes progressistas agredindo-os e rasgando os seus cartazes.

Suspensão de "O Diabo"

Por decisão do Conselho da Revolução, o semanário «O Diabo», dirigido por Vera Lagoa, foi suspenso, até que os tribunais «julguem os crimes cometidos contra a Lei de Imprensa por esse semanário e pelas pessoas que nele escrevem». O capitão Sousa e Castro esclareceu, a propósito, que o Conselho da Revolução «não aceita que os órgãos de soberania, neste caso o Presidente da República, o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, as Forças Armadas e a própria Revolução de 25 de Abril sejam enxovalhados como foram naquele semanário».

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. República, 27-29 — Telef. 574073

LISBOA

COMUNICADO

CAMARADAS:

1. Há indícios de que o patronato se prepara para vibrar mais um golpe nos nossos legítimos direitos, descontando o dia de greve no nosso já magro salário.
2. Nós, trabalhadores, unidos e organizados, não permitiremos que os patrões levem por diante a sua intenção, já que só a eles (patrões) deve ser imputada a responsabilidade por não nos terem deixado outra alternativa senão a greve, quando se recusaram a sentar à mesa das negociações.
3. Pretendendo descreditar os trabalhadores aos olhos da opinião pública, os patrões agitam o espantalho da «greve selvagem», mentindo descaradamente, pois sabem que tal greve foi conveniente e correctamente decidida pela classe e decretada pelo Sindicato.
4. No próximo dia 27, dia de pagamento, os trabalhadores deverão opôr-se ao desconto do dia de salário, **apondo no respectivo recibo a menção de que o recebimento é feito com salvaguarda do direito àquela importância.**
5. Nos casos em que tal acontença, deverão os trabalhadores denunciar essas situações, dirigindo-se ao Sindicato, no dia 28, às 15 horas, a fim de informarem quanto às anomalias verificadas.
6. O Sindicato adoptará, para estes casos, a forma de luta que entenda mais conveniente, de forma a salvaguardar os legítimos interesses da classe.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1976.

Pela DIRECÇÃO
Victor Marques

PUB

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa

COMUNICADO

Nos pretéritos dias 14 e 15 do corrente, realizou-se o I ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO SECTOR DE HOTELARIA E TURISMO, no hotel Estoril Sol. Este I ENCONTRO já se revestiu e bastante significado, pois contou com cerca de oito centenas de trabalhadores de várias regiões do País.

Dividido por 5 Secções, foram analizados dois projectos para a reconversão do turismo em Portugal: Um apresentado por um grupo de Sindicalistas do Ramo de Hotelaria, reunidos para esse fim, e um segundo apresentado por um grupo de trabalhadores Socialistas do Sector.

Relativamente ao Sector de Turismo, no ponto que se refere a Táxis sem distintivo, o Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa achou por bem fundir a sua proposta com a dos Trabalhadores Socialistas do Sector, ficando a mesma nos seguintes termos:

Anulação do Art.º 21 — Decreto-Lei 28/74 qur regula o serviço de aluguer de carros sem condutor.

Conforme referenciado no ponto anterior, este Sector deve estar somente regulamentado pelo Decreto-Lei que refere os táxis sem distintivo.

Os Alvarás destes carros, não poderão ser negociáveis e serão concedidos prioritariamente:

1 — Cooperativas
2 — Profissionais
3 — Industriais

Todos os profissionais que trabalham com estes carros, terão que possuir a carteira profissional de motorista de Turismo.

a) Exige-se que a regulamentação para estas, saia num curto espaço de tempo.

Para além destes problemas de reestruturação e exploração, haverá que tomar medidas de consciencializacão dos trabalhadores, no sentido da dignificação da profissão.

Este Sector é indispensável para serviços a Ministérios e empresas, bem como para Turismo.

Aguarda-se o apoio necessário por parte do Governo, para todas as medidas que a curto e a longo prazo se tenham que tomar, no sentido de reabilitar este Sector de grande importância na economia nacional, que abrange milhares de trabalhadores.

18 de Fevereiro de 1976

A DIRECÇÃO

Trabalho

"DIA DE SALÁRIO" GERA POLÉMICA

Ex-gabinete de Costa Martins contesta nota oficiosa de Tomás Rosa

No dia 6 de Outubro de 1974, o povo correspondeu ao apelo de Vasco Gonçalves: trabalhou no domingo. O dia de salário reverteu para um fundo do Ministério do Trabalho, cuja utilização está a ser investigada pela actual equipa daquele Ministério. O antigo gabinete de Costa Martins dá agora mais uma achega

As questões levantadas a respeito dos fundos recolhidos no «Dia de Trabalho para a Nação» continuam a ser o centro de polémica pública que opõe a actual equipa dirigente do Ministério do Trabalho, capitaneada por Tomás Rosa, ao antigo gabinete do ex-ministro Costa Martins.

Mais uma vez, Carlos Carvalhas, João Amaral, Maria Odete Santos, Daniel Cabrita e Eugénio Rosa, vêm a público contestar por carta declarações oficiais dos responsáveis pelo Ministério do Trabalho, e denunciar uma «campanha» que, segundo os signatários, visaria «distrair a opinião pública dos reais problemas com que se defrontam hoje os trabalhadores» e, também, «dar satisfação a rancores pessoais».

A polémica deriva de afirmações produzidas em conferência de Imprensa, por um inspector-geral do Ministério, em resultado do que se afirmou terem sido as investigações preliminares sobre o destino dos fundos oferecidos pelos trabalhadores, no tempo de Costa Martins. Recorde-se, a propósito, que o Ministério de Tomás Rosa respondeu com uma nota oficiosa, obrigatoriamente publicada em todos os jornais diários, à primeira carta dos elementos do gabinete do antigo ministro, que só encontrou acolhimento em alguns órgãos dessa mesma Imprensa (entre os quais, o nosso, como o leitor decerto estará recordado).

O documento que agora nos foi remetido data de 12 de Fevereiro, aqui fica na íntegra.

«Através de «nota oficiosa» publicada nesse órgão de comunicação social, o Ministério do Trabalho afirma «responder» ao esclarecimento dos signatários (que, curiosamente só alguns órgãos de informação publicaram), a respeito do significado político e moral da campanha difamatória alimentada pelos actuais responsáveis daquele Ministério, com insinuações, meias-verdades e rotundas mentiras acerca da conta «Ofertas dos Trabalhadores».

Tal campanha visa primeiro que tudo distrair a opinião pública dos reais problemas com que se defrontam hoje os trabalhadores e a grande massa da população portuguesa, problemas em relação aos quais o Ministério do Trabalho tem pesadas responsabilidades e que mais cedo ou mais tarde terá de responder perante o nosso Povo:

. —a política de recuperação capitalista, escandalosamente conduzida por aquele Ministério, traduzida no cancelamento de credenciais e no namoro ao patronato reaccionário e sabotador da economia;

. —o congelamento de salários, com que aquele Ministério paralisa a iniciativa dos trabalhadores tendente à recuperação do seu poder de compra, permanentemente degradado pela alta do custo de vida;

—o ataque às conquistas revolucionárias (quem já se esqueceu dos ataques públicos à Reforma Agrária?);

—o ataque às organizações dos trabalhadores e a ingerência **ilegal e abusiva** nos assuntos internos dos sindicatos e comissões de trabalhadores, etc.

Tal campanha visa ainda dar satisfação a rancores pessoais, acumulados pelo tempo e resultantes do prestígio do então ministro do Trabalho e Conselheiro da Revolução Costa Martins junto das massas trabalhadoras, prestígio resultante da condução duma política de avanço para o socialismo. Outra política, outros resultados...

O uso e abuso da «nota oficiosa» para alimentar essa campanha, com o deliberado esquecimento de afirmar o essencial — a límpida verdade de que **nenhum dos responsáveis do Ministério, nomeadamente o então ministro Costa Martins usou esse dinheiro para fins pessoais, dele retirou benefício directo ou indirecto ou tem a repor qualquer importância** — são os traços dominantes da actuação do Ministério do Trabalho no caso presente.

O Ministério do Trabalho, continua a insinuar que a conta tinha um saldo negativo, quando a verdade é que a conta tem um saldo credor. À medida que se ia recebendo dinheiro de empréstimos anteriores iam-se concedendo novos subsídios e empréstimos, procurando-se assim uma maior extensão dos beneficiados. Se a credibilidade que gozam os actuais responsáveis, junto dos trabalhadores, não lhes permitiu a recepção de qualquer dádiva ou a recuperação de qualquer empréstimo, alguns dos jornais se estavam para efectuar em Setembro, a que se deve senão à sua prática política?

É ou não verdade que havia no Gabinete do Major Costa Martins, onde se geria a conta, uma equipe chefiada por um funcionário de carreira, há largos anos funcionário do Ministério do Trabalho com a categoria de técnico de 1.ª licenciado em Direito, tendo chegado a ser assistido na escrituração por um antigo técnico de contabilidade da I. O. C., para proceder ao registo de entradas e saidas e encaminhar as verbas para os destinatários?

. Não foram a viagem à U. R. S. S. e à Madeira viagens oficiais? Não são as respectivas despesas suportadas pelo Orçamento Geral do Estado? Um dos signatários, directamente nomeado na nota oficiosa, José Barros Moura, só foi à Madeira acompanhando o ministro do Trabalho, **e no exercício das funções públicas que lhe estavam cometidas.** É manipulador da opinião pública, falso, mal intencionado e lesivo da dignidade pessoal do signatário, o que se relata na nota oficiosa. **O signatário em questão nada tem a reembolsar e manifesta desde já publicamente a decisão de propor na instância judicial competente o adequado procedimento criminal.**

A presente campanha difamatória é um aspecto duma política conduzida pelo Ministério do Trabalho de que só a direita fascista e terrorista poderá aproveitar.

Os signatários nao vao alimentar tal estratégia, não farão o «jogo» do ministro do Trabalho. Sabem que existem potencialidades na actual situação política para a classe trabalhadora, os seus aliados de classe e as organizações progressistas e antifascistas afastarem o perigo (real) do regresso do fascismo, que é dizer o perigo duma ditadura terrorista, com a recuperação do controlo político e económico pelos monopólios, a exploração violenta dos trabalhadores com todo o cortejo de misérias de que o Chile é um exemplo.

Na história da luta heróica dos trabalhadores portugueses não há lugar para aqueles que em «notas oficiosas» lhe põem reticências e aspas.

Mas que nenhuma dúvida reste: a direita fascista, também não reconhecerá nem premiará os que lhe abriram caminho.»

A LUTA CONTINUA!

AVISO A TODOS OS TRABALHADORES

As organizações promotoras da Concentração — Comício marcado para o próximo dia 20, avisam todos os trabalhadores e a população em geral que, aquela Concentração-Comício, **foi adiada para o próximo dia 25** (Quarta-Feira) pelas 19 horas, no Pavilhão da Feira Internacional de Lisboa — FIL.

Para resistirmos à ofensiva da direita, que visa roubar-nos as conquistas alcançadas durante meses e meses de luta, teremos de nos unir e organizar.

— CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
— CONTRA O CONGELAMENTO DE SALÁRIOS!
— CONTRA O REGRESSO DOS PATRÕES!
— CONTRA O TERRORISMO!
— A LUTA CONTINUA

Todos à Feira Internacional de Lisboa — FIL, no próximo dia 25 (Quarta-Feira), pelas 19 horas.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1976

A COMISSÃO PROMOTORA

Sindicatos dos Metalúrgicos de Lisboa, Químicos de Lisboa, Construção Civil de Lisboa, Electricistas do Sul, Rodoviários de Lisboa, Transportes Colectivos de Lisboa, Texteis, Lanifícios e Vestuários do Sul, Ferroviários do Centro, a Cintura Industrial de Lisboa, e o Conselho de Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa em nome da Comissão Organizadora Alargada.

Camionagem de Famalicão

"O QUE NÓS QUEREMOS É UM HORÁRIO DECENTE"

Pegar o serviço às cinco da manhã e largar às onze da noite. Destituir delegados sindicais em «plenário» convocando e dirigindo a contento dos patrões e dos gerentes das empresas. Manter os novos «delegados sindicais» contra o ofício do Sindicato que declara nulas e sem efeito essas manobras. Fazer comunicados em nome de trabalhadores. Avisar os patrões que o trabalhador fulano foi ao Sindicato fazer queixa. Etc. É assim, por exemplo, em Famalicão.

Famalicão é hoje um dos pontos nevrálgicos da vasta região nortenha de trabalhadores semiproletários semicamponeses, terra fértil para sementeira de ameaças e boatos que acabam em «manifestações», planeadas à distância, para o regresso dos patrões que chegam, finalmente, acenando ao povo com um papel assinado no Terreiro do Paço...

Na empresa de camionagem de Abílio da Costa Moreira os patrões não vão chegar com o passaporte assinado no Terreiro do Paço, porque nunca abandonaram os seus lugares. O problema é outro, porque outras, muitas, são as formas de levar os trabalhadores a descrer da luta pelos seus próprios direitos.

Em Junho do ano passado um panfleto distribuído na empresa e que circulou na vila convocava os trabalhadores para um «plenário» que teve lugar no dia 7. A luta centrava-se em torno do horário de trabalho e do pagamento de horas extraordinárias em atraso. Luta que já vinha de longe. O panfleto ladeava a questão e referia-se expressamente aos que «falam do M.F.A. que é actualmente a capa com que se cobrem os fascistas e os sociais-fascistas para as manobras divisionistas na procura de implantação da ditadura».

HORÁRIOS

Atentos, os patrões souberam impedir as «manobras divisionistas» e a «ditadura». Como? Alguns trabalhadores disseram-nos como foi e aqui damos a palavra transcrevendo um pedaço do nosso diálogo.

«Nesse plenário feito à vontade do patrão, foi decidida a suspensão de um delegado sindical e outros foram ameaçados de levarem o mesmo destino. Esse delegado sindical a bom dizer, foi privado do seu trabalho na empresa até hoje.»

«Mas, se ele se havia destacado na vossa luta como é que os colegas permitiram que ele fosse saneado?»

«Bem, há delegados sindicais de muitas qualidades. O que foi afastado sempre lutou por um horário de trabalho que nos defendesse, mas outros entendem-se melhor com o patrão... Esse delegado sindical não queria horas extraordinárias, queria um horário da lei e a criação de mais postos de trabalho já que o movimento da empresa assim o exigia.»

«Mas nisso estavam todos de acordo, ou não?...

«Estavam e não estavam. Há os que até aceitam trabalhar ao domingo em serviço de «aluguer» e não folgam depois dentro do prazo. Acabam por não ter folga, nem horário, nem nada. Desses é que o patrão gosta.»

«E o sindicato aceitou os novos delegados sindicais?»

«Olhe, isto do Sindicato dos Motoristas de Braga é uma história muito comprida, já vem de longe, do tempo em que apareceu morto o presidente que nunca ninguém soube como foi. Mas lá quanto a aceitar esses tais delegados dos patrões, não aceitou. Mandou até uma carta a dizer que eram ilegais e que não valiam nada.»

«Mas ficaram...»

«Lá isso ficaram, e o outro nosso companheiro que foi afastado continua a não trabalhar. Mas dentro da empresa é que está o mal, as pessoas têm medo aceitam tudo. E o medo tem-nos dividido. Mas olhe que houve um motorista que escreveu para o Sindicato a denunciar toda essa história dos horários e das horas extraordinárias que havia lá dentro, com pessoas a pegar o serviço às 5 da manhã e a largar às 11 da noite.»

Continua na pág. 18

Trabalho

Têxtil de Famalicão

Forças policiais prontas a intervir

. Segundo informação recolhida esta manhã junto do Quartel General da Região Militar do Norte não está prevista qualquer intervenção militar por parte daquele comando face à situação da Têxtil Manuel Gonçalves, na sequência do pedido de intervenção das forças de ordem naquela empresa, feito pelo Ministério do Trabalho.

A mesma fonte indicou-nos que o problema estava afecto às forças locais da G.N.R. as quais, contactadas por nós afirmaram «estar de aviso, segundo ordens dadas pelos superiores de Braga». A G.N.R. de Famalicão, bem como o comando de Braga, informou-nos que «estao apenas atentos aos acontecimentos» não havendo qualquer ordem concreta de intervenção. Por outro lado, esta manhã as autoridades e elementos do sindicato têxtil informaram-nos que não se têm registado quaisquer incidentes nas instalações da empresa, em S. Cosme do Vale, onde se encontram as duas unidades (tecelagem e fiação) directamente afectadas pela paralisação dos dois últimos dias.

Trabalhadores da empresa informaram-nos que «a situação se mantém instável» quanto ao recomeço do trabalho, havendo trabalhadores dispostos a ocupar os seus postos e prosseguir a laboração como já pretenderam fazer nestes últimos dias, após a paralisação que lhes foi imposta. Confirmaram-nos também que não se verificou ainda, durante a manhã de hoje, qualquer intervenção das autoridades.

Entretanto, esta madrugada deslocou-se a Lisboa uma delegação constituída por grande parte dos 17 trabalhadores suspensos que se avistará com entidades oficiais e com o Ministério do Trabalho.

Ontem, ao fim da tarde, elementos do grupo dos suspensos bem como grande número de trabalhadores que os apoiam e pretendem a reabertura da fábrica com trabalho para toda a gente e o cumprimento das ordens do Conselho de Ministros e do Ministério do Trabalho, reuniram-se em conferência de Imprensa com os jornalistas, na sede da União dos Sindicatos do Porto fazendo o ponto da situação e dando informações mais concretas sobre o ambiente vivido nos dois últimos dias na Têxtil Manuel Gonçalves.

Um dos trabalhadores afirmou que «a força e o apoio aos 17 aumentou muito de ontem para hoje» e que a situação vivida e as pressões a que têm estado sujeitos confirmam que elevado número de trabalhadores da empresa não aceitam as manobras decorrentes de plenários, nomeadamente no dia 4 do corrente que decorreu num ambiente de violência e de impossibilidade de livre expressão da vontade.

Diversos trabalhadores deram-nos igualmente, informações sobre as actividades desenvolvidas nestes últimos dois dias pelos grupos de pressão afectos ao patronato. Disseram-nos concretamente que na secção de tecelagem quando uma delegação escolhida pelos trabalhadores procedia à elaboração de um telegrama para evitar ao M. T. foi interpelada bruscamente por um daqueles grupos e obrigada a sair porque «se não iam a bem, iam a mal». Por outro lado, prosseguem as ameaças daqueles grupos sobre trabalhadores, através de frases como «tu estás na lista», querendo significar que existem listas para o saneamento dos trabalhadores que não apoiam o patronato. Foram ontem feitas buscas a viaturas de trabalhadores conhecidos por não acatarem as manobras dos grupos de pressão, chegando à insinuação de que as buscas iriam até às saias das trabalhadoras.

Finalmente, há a registar um plenário efectuado ontem em S. Cosme, onde foi escolhida uma «comissão de luta» que deverá acompanhar hoje a «comissão sindical» da empresa numa deslocação a Lisboa. Os trabalhadores afirmaram aos jornalistas que esta «comissão de luta» é constituída por elementos já conhecidos dos grupos de pressão, e que o tal plenário foi convocado por boca sendo a própria «comissão sindical» alheia à mesma.

Finalmente os trabalhadores referiram aos jornalistas um comunicado assinado por uma «célula do M.R.P.P. da T.M.G.», distribuído ontem,

HORÁRIO DIURNO

Panificação responsabiliza o Governo

Os trabalhadores da panificação «responsabilizam o Governo por todas as consequências das formas de luta que virão a adoptar, face à impotência das entidades responsáveis em fazer aplicar a Lei», afirmaram os dirigentes sindicais da panificação, em conferência de Imprensa efectuada esta manhã.

A situação na indústria panificadora atingiu um ponto crítico, com a recusa dos patrões em dar cumprimento à portaria do Ministério do Trabalho, que consagra o horário diurno, velha aspiração dos trabalhadores do sector. O caso mais patente terá ocorrido no Porto, onde o patronato se constituiu em «comissão de luta» destinada a pôr em prática o antigo horário de trabalho nocturno.

«Os trabalhadores não são bolas de ping-pong», afirmou-se no encontro com a Imprensa, para ilustrar o facto de as autoridades contactadas recusarem competência para tratar do assunto — designadamente o Ministério do Trabalho e a Presidência da República.

Sabe-se, entretanto, que o patronato pretende um aumento do preço do pão, para 18 escudos o quilo, argumentando com as onerações derivadas do cumprimento do horário diurno.

Estiveram presentes na conferência de Imprensa dirigentes de 15 sindicatos da Panificação e delegados sindicais da zona Norte.

PUB

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

II FASE

INFORMAÇÕES

Está neste momento a decorrer o trabalho de colocação dos candidatos incluídos na II Fase pelo que como sucedeu nas fases anteriores não são prestadas quaisquer informações no CIREP e na Comissão Central de Colocações sobre o andamento dos trabalhos e até à conclusão desta fase.

No entanto, o MEIC irá fornecendo aos órgãos de Informação os elementos indispensáveis para uma constante informação sobre o andamento da actual fase do processo de colocações.

O MEIC solicita a compreensão de todos os interessados, pois esta medida visa apenas acelerar a conclusão dos trabalhos em curso.

«Não nos disseram os motivos que levaram o Governo a demitir-nos», afirma a C.A. dos «supermercados integrados» agora arredada de funções

"SUPERMERCADOS INTEGRADOS"

C.A. demitida pelo Governo dá contas da sua actividade

. «Porque fomos demitidos?» A pergunta foi posta (e ficou sem resposta) pelos elementos que integravam a Comissão Administrativa da cadeia de supermercados A.C. Santos, Boa Auda Modelar, Nutripol e Pão de Açúcar, durante uma conferência de Imprensa realizada esta manhã.

A TV, a Rádio e alguns jornais ouviram, ainda, que a resolução do Conselho de Ministros não indica quaisquer motivos para a demissão. «É evidente que não somos da confiança do VI Governo e, nomeadamente, da confiança política do actual ministro do Comércio Interno» — afirmou um elemento da C.A. cujo «arredamento foi consumado ontem em letra de forma no *Diário do Governo*.

REFORMA AGRÁRIA

Historiando o que foi a sua acção e os objectivos com ela visados, sublinharam os elementos da C.A. afastada pelo ministro Magalhães Mota que, «sem abandonar as fontes tradicionais de abastecimento», desenvolveram relações directas com algumas unidades da zona da Reforma Agrária, tendo-se procedido dessa maneira «não só ao escoamento de produtos existentes (frutas, verduras e carnes) mas também a experiências de encomendas de culturas, com garantia de compra na colheita». Ao que nos disseram, «as perspectivas eram de um alargamento destas relações a novas unidades e a novos produtos».

Consumado o seu afastamento, a Comissão Administrativa dos supermercados acima referidos faz notar: «Quanto à política, do Ministério do Comércio Interno em relação à Reforma Agrária, bastará recordar que já por duas vezes as cooperativas se viram obrigadas a recorrer a fortes pressões para que os seus problemas fossem resolvidos — foi o caso dos adubos e, agora, o da batata de semente».

. Adiantaram-nos a este propósito: «Estará o sr. Ministro interessado no desenvolvimento de acções de apoio efectivo à Reforma Agrária? Neste momento há fortes razões para recear que a política desenvolvida por esta Comissão Administrativa não tenha continuidade, sob o pretexto de certas dificuldades, inevitáveis mas resolúveis.

INTERMEDIÁRIOS

«Foi sempre nossa orientação manter rigorosamente as margens de comercialização dos artigos de primeira necessidade. Isso contribuiu, sem dúvida, para uma contenção dos preços nas áreas de influência das lojas dos «Supermercados Integrados» — afirmaram-nos.

Com o desenvolvimento da política adiptada pela C.A., teriam beneficiado os produtores e os consumidores, ficando prejudicados os intermediários parasitas. A tal propósito foi-nos adiantado: «Seria arriscado afirmar que o Ministério do Comércio Interno favorece deliberadamente os intermediários parasitas, mas o certo é que, em quase seis meses de Governo, não foram desenvolvidas quaisquer acções consequentes no sentido da sua eliminação. Em contrapartida, os intermediários têm beneficiado (ou iriam beneficiar) objectivamente com certas acções do Ministério — a não importação de carne e a «liberalização» da importação de batata de semente permitiram-lhes especular com os «stocks» que detinham».

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA MARINHA MERCANTE, AERONAVEGAÇÃO E PESCA

MOÇÃO

Os trabalhadores das Agências de Viagens reunidos em Plenário no dia 17/2/1976 tendo conhecimento da decisão do Secretário de Estado dos Assuntos Sociais de extinguir o Conselho Coordenador da Previdência, órgão através do qual os trabalhadores exerciam o controle sobre o organismo da Previdência com vista à sua gestão democrática e à melhoria do seu funcionamento, decidem:

— **Afirmar que só os trabalhadores são donos da Previdência, porque só eles contribuem, de facto para aquela instituição.**

— **Repudiar a atitude reaccionária do Governo de afastar os trabalhadores da gestão das instituições da Previdência, de que verdadeiramente são os únicos donos.**

— **Declarar que lutarão por todas as formas contra tal atitude do Governo, que visa roubar aos trabalhadores esta importante conquista alcançada depois do 25 de Abril de 1974.**

Lisboa, 17-2-1975

DATSUN 1200

ROUBADO

HN - 26 - 57. CASTANHO. ESTOFOS PRETOS

ALVÍSSARAS. TELEF. 36 27 25

ORDEM DOS ENGENHEIROS

REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO DA ORDEM

RECORDATÓRIA

Sessão de esclarecimento e debate amanhã, 6.ª feira, dia 20 de Fevereiro, às 21.30 horas no anfiteatro do edifício principal do LNEC, com a presença dos colegas de Lisboa, Porto e Coimbra.

Estrangeiro

ESTADOS UNIDOS

Os comandos da estratégia

HENRI PIERRE

WASHINGTON — Do Círculo Polar Árctico ao Sul do Equador os Estados Unidos assumem, em vários graus, a responsabilidade administrativa de terras, ilhas e ilhotas disseminadas por milhares de quilómetros. Estas dependências foram colocadas sob a autoridade do departamento do Interior, a 1 de Março de 1873. Antes disso, a administração dos «territórios» — continentais ou do ultramar — era assumida pelo secretário de Estado.

Os territórios do ultramar foram obtidos por conquista (Porto Rico, Guam, as Filipinas; por compra, como as ilhas Virgens; em consequência de um acordo internacional como a ilha de Samoa; ou devido a um mandato internacional, caso da Micronésia, de que os Estados Unidos se encarregaram devido a um acordo de tutela feito com as Nações Unidas. Acrescentemos a «concessão perpétua» dos 1.435 quilómetros quadrados da zona do canal do Panamá, que tem um governador nomeado por Washington.

Se excluirmos o Alaska e o Hawai que em 1959 ascenderam ao estatuto de Estados, e a Common wealth de Porto Rico (1952), os territórios sob autoridade do departamento do interior limitam-se às ilhas Virgens, nas Caraíbas, e, no Pacífico a uma paete do arquipélago das Samoa, Guam e as ilhas da Micronésia. A maioria das outras ilhotas e «atolls» do Pacífico são desabitadas e dependem da autoridade militar (marinha e aviação), que criou neles bases aéreas e outras instalações militares.

Todas essas dependências formam um conjunto variado. A sua população global não ultrapassa os duzentos mil habitantes, muito diferentes pelos recursos económicos e nível educativo. A política dos Estados Unidos tal como é oficialmente definida pela direcção dos territórios no departamento do Interior, teve de se dar conta dessa diferença, nos seus esforços constantes», diz-se, para auemtnar o grau de autonomia dessas dependências. Cada território tem as suas próprias fontes de rendimento, mas é o departamento do Interior quem reparte os créditos votados pelo Congresso.

Para mais, convém distinguir entre o estatuto dos **territorrios** e das **possessões**. Na verdade, já não há territórios onde a Constituição dos Estados Unidos esteja em vigor, como foi o caso do Alasca e do Hawai antes da sua incorporação na União. A constituição americana não se aplica nas ilhas Virgens, em Guam e em Samoa, que se tornaram territórios, respectivamente em 1931, 1949 e 1959. Deve também distinguir-se entre os territórios para os quais o Congresso votou leis orgâncias (caso das ilhas Virgens e de Guam) e os outros. Os habitantes das ilhas Virgens e de Guam são cidadãos americanos, administrados por um governador que, depois de ter sido designado pelo Governo de Washington, é, desde 1970, eleito.

De dois em dois anos, os habitantes elegem uma assembleia única. O poder judicial é assegurado pelos tribunais locais, mas os juízes são nomeados pelo presidente dos Estados Unidos. Em contrapartida, em Samora, o governador e o seu adjunto são nomeados pelo departamento do Interior. Há duas assembleias: os membros do Senado são designados, segundo a tradição do país, por conselheiros locais. Os da Câmara são eleitos por sufrágio universal. Um presidente do tribunal, nomeado pelo secretário do Interior, exerce a sua autoridade no sistema judicial.

O estatuto do «Trust Territory» das ilhas do Pacífico foi fixado pelo acordo de 18 de Julho de 1947 entre os Estados Unidos e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Um alto-comissário assistido por um gabinete de funcionários, assume a sua administração. O poder legislativo é confiado desde 1965 ao Congresso da Micronésia, composto por duas Câmaras. As relações entre os Estados Unidos e a Micronésia evoluiram sensivalmente. De 1947 a 1951, o Governo americano concebia-os sob um ângulo estritamente militar, mas o departamento do Interior substituiu progressivamente a autoridade da U.S. Navy pela sua. O movimento para a autonomia acelerou-se. Só em 1981 é que deve entrar em vigor o novo estatuto constitucional em elaboração, que assegurará à Micronésia a autonomia interna, mantendo os Estados Unidos a responsabilidade dos Negócios Estrangeiros, da Defesa e das Finanças. Os micronesianos reservam-se o direito de pôr fim à sua associação com os Estados Unidos.

Surgiu uma complicação com a decisão de as ilhas Marianas negociarem bilateralmente com Washington uma nova fórmula constitucional. As outras ilhas da Micronésia (Marshall e Carolinas) viram com maus olhos tal iniciativa que a 15 de Fevereiro de 1975, após dois anos de negociações, conseguiu a criação da Commonwealth das ilhas Marianas do Norte. A 17 de Julho de 1975, um plebiscito controlado pelas Nações Unidas aprovou o novo estatuto, por uma maioria de 80 por cento. Durante um período transitório, as Marianas manter-se-ão legalmente no «Trust Territory». O Congresso da Micronésia vai abandonar as suas responsabilidades sobre essas ilhas. As funções de comissário-presidente, nomeado pelo departamento do interior, limitar-se-ão de futuro a fazer observar as obrigações internacionais contraídas pelos Estados Unidos no acordo de tutela.

À excepção de alguns incidentes violentos mas isolados, a presença americana, tanto nas ilhas Virgens como no Pacífico, não criou grande correntes de hostilidade. O contágio cubano mantem-se limitado (exceptuando Porto Rico) e nenhum movimento revolucionário de envergadura conseguiu impôr-se com duração nas Caraíbas ou no Pacífico. Em todo o caso, o Governo americano vigia atentamente a evolução política e económica desses territórios, principalmente no Pacífico. No momento em que, após a derrota no Vietname, a tendência do Pentágono é dar maior atenção às ilhas do Pacífico ocidental (Okinawa, Guam, Filipinas, Taiwan), a ilhas e ilhotas do Pacífico adquirem uma nova importância estratégica.

A independencia das colónias portuguesas, o abandono do Sara Ocidental pelos espanhóis, a emancipação da ex-Guiana holandesa (Surinam) e de vários arquipélagos anglo-saxónicos do Pacífico, das Caraíbas e do oceano Indico, ainda diminuíram em 1975, o que restava dos grandes impérios coloniais. Claro que há casos de «domínio colonial»: a Groenlândia sob tutela dinamarquesa; Macau, última possessão portuguesa da Ásia, onde está a caminho uma evolução para uma maior autonomia; Hong-Kong, território britânico no flanco da China e que esta tolera devido às vantagens económicas que de aí lhe advêm; Porto-Rico, Commonwealth americana das Caraíbas desde 1952; ou até, no Pacífico, Hawai, que em 1959 se tornou o quinto Estado americano. Sem falar, claro está, da África do Sul e da Rodésia, últimos bastiões «brancos» do continente negro. Mas pode dizer-se que, no essencial, a tutela ocidental já não se exerce no ultramar, a não ser em ilhas e territórios minúsculos.

Mesmo que sejam exíguos negligenciáveis, estas últimas possessões nem por isso deixam de pôr às metrópoles, problemas políticos delicados. Essas metrópoles são essencialmente os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, os Países-Baixos e a França. No que respeita a esta última, a sorte dos DOM-TOM (departamento e territórios do ultramar) foi longo tempo consequência do conservantismo dos Governos U. D. R. Uma evolução política foi bloqueada de modo por vezes contestável, por exemplo, em Djibuti. O Governo de Giscard d'Estaing afirma querer suavizar a situação política dos DOM-TOM.

Londres e a Haia favoreceram na maioria das suas pequenas dependências, uma autonomia política progressiva que deve preparar a sua emancipação. Os Estados Unidos fizeram o mesmo em toda a parte, desde que os seus interesses estratégicos não estivessem em causa.

O CLUBE DA "COMMONWEALTH"

As «dependências» britânicas e os Estados associados são membros de direito da Commonwealth, que hoje reagrupa 34 Estados, e à volta de 870 milhões de habitantes. Definido pela declaração Balfour de 1926, a Commonwealth não é uma federação nem uma confederação, mas um conjunto de países ligados por um passado comum de colonização britânica, uma lingua veicular, interesses políticos, estratégicos e económicos, e um soberano comum: a rainha Isabel. À falta de melhor, é por vezes descrito como um clube.

O número dos membros do clube vai crescendo à medida que as antigas possessões britânicas se tornam independentes. Houve algumas excepções: a República da Irlanda em 1948, a África do Sul em 1961, o Paquistão em 1972. A Birmânia recusou aderir, em 1948.

INGLATERRA

Progressos da autonomia inte

LONDRES — Quando há pouco tempo os cidadãos do Reino Unido souberam que tinham sido enviados reforços militares para Belize (que já nem mesmo usa oseu velho nome de Honduras britânicas) muitos deles perguntaram a si próprios porque misterioso processos iam os **tomies** arriscar-se a lutar em nome da rainha, contra as forças da Guatemala. É tal a confusão no que respeita os territórios do ultramar, que mesmo no Foreign Office as pessoas têm que consultar os dossiers antes de estabelecer a lista completa dos restos do império.

Os territórios «dependentes» britânicos representam no entanto, uma população de uns seis milhões de habitantes.

Mais de quatro milhões concentram-se é certo, no minúsculo território de Hong-Kong, ao passo que a ilha de Pitcairn no Pacífico, conta menos de cem. Nem todas as «dependências» atingiram o mesmo grau de autonomia interna que prepara o caminho da independência. As sobrevivências da época imperial, ainda se manifestam em certos conflitos diplomáticos que duram há anos.

O último incidente foi o de Belise, cujos cento e vinte mil habitantes não desejam, ao que parece, ir até à independência. No sistema actual a Grã-Bretanha assegura a defesa do território das ambições guatemaltecas. Em Londres dispensava-se de boa vontade um tal fardo que obriga à manutenção de uma guarnição permanente de seiscentos homens a que recentemente se juntaram quinhentos soldados e meia dúzia de caçadores do tipo Harrier.

Embora a China tenha ocasionalmente denunciado a presença britânica em Hong-Kong, parece ter-se habituado ao actual **modus vivendi** que é para ela, muito vantajoso. Uma das consequências desta situação paradoxal é Hong Kong continuar submetida ao regime mais classicamente colonial.

As ilhas Falkland, no Atlântico Sul, a 450 quilómetros do estreito de Magalhães, são reivindicadas pela Argentina que lhes ambiciona o petróleo. Mas os mil novecentos e cinquenta e sete habitantes do arquipélago, que nem mesmo formaram partidos políticos, parecem também resolvidos a manter-se sob a soberania da Grã-Bretanha. O governador das Falkland é também o alto comissário responsável pelo território britânico da Antártida, cuja única população é composta por uma equipa de investigação científica.

O caso de Gilbraltar é ainda mais claro: a esmagadora maioria da população do «rochedo» pronunciou-se no referendo de 1967, pela **manutenção voluntária dos elos com o Reino Unido**. Dois anos depois, uma nova constituição acelerou de maneira notável a democratização do regime de Gibraltar.

Um dos princípios da política inglesa desde o fim da guerra é não **impor a independência** aos territórios que não a desejam. Trata-se de uma tese um tanto hipócrita. Muitas vezes Londres bem desejaria libertar-se do **fardo do homem branco**.

Estas preocupações contraditórias tal como a diversidade das situações explicam a variedade dos regimes que vão desde as «colónias da coroa» aos «Estados associados», cuja constituição prevê o próximo acesso à independência. Entre estes dois extremos encontram-se regimes de autonomia interna um **estabelecimento** (o da ilha Pitcairn, cujos sessenta e um habitantes descendem, quase todos eles, dos amotinados da **Bounty**), e um protectorado nas ilhas Salomão.

De modo geral, a maioria das «dependências» conheceram, por volta de 1970, modificações constitucionais que não deixam aos Governos britânicos muito mais do que poderes reservados para a defesa os negócios estrangeiros, a segurança interna, e por vezes as finanças.

Há regimes de autogestão mais ou menos em vigor nas numerosas ilhas britânicas do Atlântico e do Mar das Caraíbas. É o caso das Bermudas (53.000 habitantes), a 800 quilómetros do cabo Hatteras, na costa americana; da parte britânica das ilhas Virgens

Na foto, o príncipe de Gales presidindo à solene abertura do Parlam mesmo no «Foreign Office» a confusão sobre os «restos» do Im têm que consultar «dossiers» antes de estabelecer a lista co

S RESTOS OS IMPÉRIOS COLONIAIS

erna

JEAN WETZ

(10.500 habitantes); das ilhas Caimão (13.000 habitantes); da de Monserrate (12.302 habitantes); das ilhas Ivrks e Caicos (5680 habitantes); e de Santa Helena que, com as suas dependências (Ascensão e Tristão da Cunha), conta 5 000 habitantes.

UM FRACASSO: A RODÉSIA

A evolução política prossegue de modo bastante semelhante na maioria das «dependências» do Pacífico e do Oceano Indico. As Ilhas Gilbert (54.000 habitantes) têm uma nova constituição desde 1 de Outubro de 1975. As antigas Ilhas Ellice, longo tempo associadas às Ilhas Gilbert separaram-se destas a fim de formarem o território de Tuvalu (6.000 habitantes). Uma metade de bandeira britânica ainda flutua nas Novas Hébridas, condomínio anglo-francês onde em 1975 se realizaram as primeiras eleições. Elas permitiram ao National Party, favorável à independência que se afirmasse.

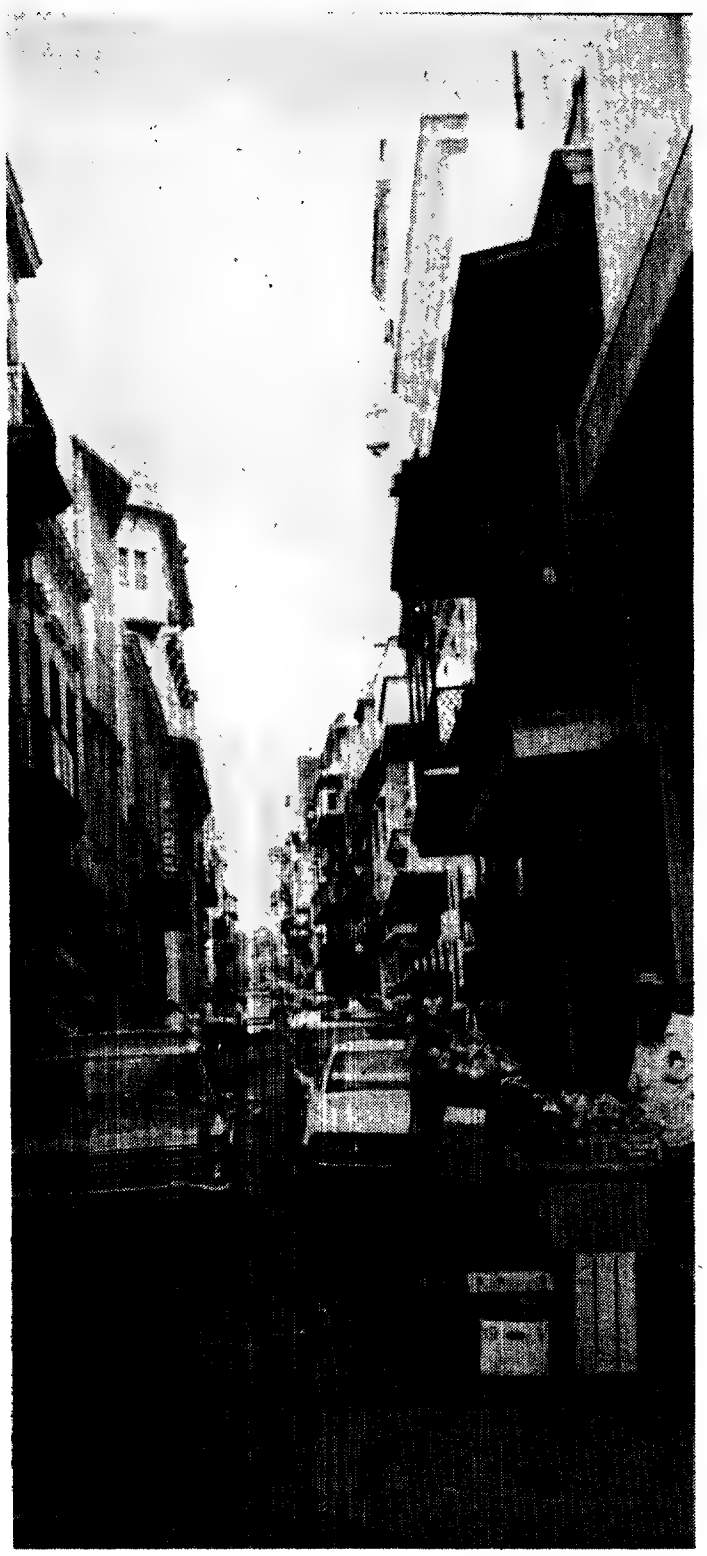
As eleições de Abril de 1974 nas Ilhas Seychelles, no Oceano Índico (56.000 habitantes) revelaram que dois partidos em presença estavam pelo menos de acordo em reivindicar a independência.

Esta será ganha, em princípio, antes de 30 de Junho de 1976. Emtodo o caso Londres mantém a sua autoridade numa série de ilhotas e «atolls» dantes unidos às Seychelles ou à Ilha Maurice. Estas ilhas formam hoje o território britânico do Oceano Indico. Trata-se de Aldabra, Farquhar, Desroches e, sobretudo dó «atoll» de Diego Garcia onde a Grã-Bretanha propõe conceder facilidades portuárias e aéreas às tropas americanas.

A sorte das ilhas antilhanas associadas à Grã-Bretanha poderia ser decidida em breve. Grenada tornou-se independente em 1974. As outras ilhas do grupo — Antígua, Dominica, Santa Lúcia, São Cristovão, Nevis, Angila e São Vicente — resolveram com efeito, no Verão passado, durante uma «Cimeira» nas Caraíbas, romper a sua associação de oito anos. Antígua e Santa.Lucia reivindicam a sua independência para o próximo ano. São Cristovão, Nevis acaba de eleger um primeiro-ministro que agita idêntica bandeira. Tudo indica que São Vicente vai seguir o mesmo caminho, enquanto a Dominica ainda se mantém silenciosa. Decorrem em Londres negociações que dizem respeito ao futuro desses territórios.

O principal problema constitucional do antigo império que, até hoje, se mostrou insolúvel, continua a ser o da Rodésia, que em 1965 proclamou unilateralmente uma independência favorável à minoria de origem europeia.

mento das Bermudas. Entretanto, npério é tal que os funcionários ompleta desses territórios.



Cena de rua em S. Juan de Puerto Rico. Este território norte-americano do «ultramar» foi obtido pela conquista, tal como a ilha de Guam e as Filipinas

HOLANDA

Ilhas assustadas pela independência

MARTIN VAN TRAA

Amsterdão — Quando, durante a sua viagem às Antilhas, Chirac fez escala na ilha de Saint-Martin, poucas coisas lhe mostraram que a ilha é metade holandesa. Com efeito, em Saint-Martin, só os uniformes de alguns empregados da aduana recordam que o reino dos Países Baixos aí exerce a sua soberania. Os nove mil holandeses que habitam a ilha só falam inglês e nos negócios fala-se mais de dólares do que de florins. Os hóteis de luxo e os casinos estão cheios, e os aviões transportam de Miami e Nova Iorque vagas de turistas, porque, para eles, Saint-Martin fica mais perto do que Las Vegas. Para mais podem mandar-se de Sain-Martin para Nova Iorque os lucros do hotel ou das mesas de jogo, sem que a administração dos impostos intervenha. (Há quem diga mesmo que a Mafia está dentro destas operações). Os sindicatos não são reconhecidos na ilha.

Saint-Martin faz parte de um conjunto de seis ilhas que constituem as Antilhas holandesas. Esta última relíquia do império colonial dos Países Baixos — a outra colónia, o Surinam, tornou-se independente em Novembro passado — é composta por três ilhas que se situam perto de Guadalupe: Saint-Martin, Saba, (oitocentos habitantes) e Saint-Eistatius (mil e quatrocentos). As três restantes ilhas ficam em frente da costa venezuelana: Curaçao (cento e cinquenta mil habitantes), Aruba (sessenta mil) e Bonaire (nove mil).

As Antilhas Holandesas beneficiam de um estatuto de autonomia interna. Encontra-se nelas a mesma situação paradoxal que havia no Surinam: o Governo de Haia deseja dar-lhes uma independência total o mais depressa possível. Mas ainda não há um sentimento nacional antilhano. A situação geográfica do arquipélago explica-o facilmente. Saint-Martin e as outras duas pequenas ilhas encontram-se a 1000 quilómetros de Curaçao, Aruba e Bonaire que, por sua vez só estão a 60 quilómetros da costa venezuelana. A uni-las só há a bandeira holandesa, a língua oficial (o holandês), e um passado colonial comum.

UM BOM ECONÓMICO TEM AMANHÃ

A situação político é o reflexo desta separação. O Governo antilhano, dirigido por Juancho Evertz, de Curaçao, acaba de afastar três dos seus ministros, todos eles da vizinha ilha de Aruba. As coisas não correm bem entre Aruba e Curaçao desde que esses três ministros quiseram separar Aruba das outras ilhas. Uma delegação de Aruba fez visitas «oficiais» à Venezuela e ao Panamá, a fim de discutir um projecto de **status aparte**. Este **status aparte** é o **slogan** do partido maioritário de Aruba, que desconfia de Curaçao. Quanto ao resto, os projectos de Aruba são extremamente vagos: primeiro tratava-se de manter um «elo especial» com a rainha da Holanda, mas um estatuto especial de cooperação com a Venezuela parece ter agora a preferência dos «dissidentes».

Nos anos 50, quando as Antilhas Holandesas obtiveram a sua autonomia, Aruba e Curaçao, de longe as mais importantes, tieram um «bom» económico sem igual. A refinação do petróleo levou a riqueza a essas ilhas sem recursos naturais e tem indústria. Após a guerra da Coreia havia duas refinarias de petróleo a trabalhar em pleno: em Aruba a da companhia americana Standar Oil, e, em Curaçao, a da Shell anglo-holandesa. O nível de vida era então duas vezes mais elevado do que na metrópole.

Nos anos 60, a Shell e a Standar Oil resolveram bruscamente automatizar as suas refinarias e despedir mais de metade do pessoal. A amplidão do drama não foi compreendido pelo Governo antilhano, que não se opôs a tais despedimentos. Na mesma altura, a Venezuela começava a ter atritos com as companhias petrolíferas que faziam a prospecção do golfo de Maracaibo.

O sistema económico das Antilhas desconjuntou-se rapidamente. Os salários, duas vezes mais altos que os dos países vizinhos, desencorajavam as indústrias estrangeiras. Com o auxílio dos Países Baixos e do Mercado Comum, os antilhanos lançaram-se então no Turismo, e contruíram hotéis e casinos, explorados por grandes cadeias como Hilton, Sheraton, etc. Mas os contratos foram feitos de tal modo que os lucros são entregues aos proprietários americanos sem nenhum levantamento fiscal.

Em 1969, o sistema sofreu um duro choque. Uma parte da população não compreende porque baixa tão depressa o nível de vida. Há motins, e ruas inteiras são incendiadas. A Haia manda então militares para que a revolta cesse. Há quem se revolta contra o sistema que consiste em dar empregos no funcionalismo a uma família, em troca de votos seus nas eleições. O desemprego, que afecta 25 a 30 por cento da população activa e a ausência de toda e qualquer prospecção, são igualmente denunciados.

O resultado imediato desses motins é o crescimento da Frente dos Trabalhadores (Frente Obrero). O seu líder, «Papa Godet» veste-se como Fidel Castro e usa uma linguagem revolucionária. Mas evolui de um modo diferente. Embora em 1975 o jornal cubano **Granma** lhe chamasse **o nosso camarada antilhano**, o certo é que Godet já se uniu à coligação governamental.

Seja como fôr, as Antilhas são demasiado pequenas para se tornarem, na verdade, independentes. O Governo holandês, que não quer manter elos políticoscom essas ilhas longínquas, evita cuidadosamente fixar uma data para a sua emancipação definitiva. A Haia pensa que deve encontrar-se uma forma aceitável de «interdependência, antes de «deixar» as ilhas. É quase certo que depois a Venezuela exercerá nelas uma certa tutela. Alguns meios de willenstad já olham na direcção dos Estados Unidos para fazer contrapeso à influência do grande vizinho rico em petróleo.

Podem ir-se embora mas têm que pagar a conta. Vendo bem, é melhor ficarem, declarava recentemente um dos dirigentes do partido revolucionário «Frente Obrero» do representante dos Países Baixos.

Nacional

A zona norte da freguesia de Nossa Senhora de Fátima é habitada pela pequena burguesia, operariado, e tem também «barracas»; a zona sul é a dos prédios da média e alta burguesia

EM VÉSPERAS DE RECENSEAMENTO

Lei de Marcelo Caetano para N.ª S.ª de Fátima

Um artigo do Código Administrativo de Marcelo Caetano foi evocado pelo Governo Civil de Lisboa para substituir a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

Às 19 horas do dia 11, quando dois elementos da CA se dirigiam àquelas instalações para trabalhar, deparam com um edital dimanado do Governo Civil, dactilografado (não impresso, como habitualmente), não assinado, não chancelado (como habitualmente), ali afixado pouco antes por dois indivíduos que não se tinham identificado, no qual se dava conhecimento público da destituição da Comissão Administrativa eleita em plenário de moradores da freguesia a seguir aos 25 de Abril de 74, e da sua substituição por uma nova comissão nomeada pelo governador civil nesse mesmo dia. Para sancionar tal atitude, evocava-se o artigo 409 do Código Administrativo (ainda o de Marcelo Caetano), que possibilita ao governador civil fazer substituições por motivos urgentes.

Surpreendidos pela situação e pelo estranho modo como aparecia consumada, aqueles dois elementos da CA ainda não haviam tido tempo de se refazer do espanto, quando nova surpresa os alvejou: um grupo de sete pessoas, seis homens e uma mulher, irrompiam pelas instalações, declarando-se como nova Comissão Administrativa, nomeada e empossada nesse mesmo dia, e manifestando urgência de entrar em funções imediatamente. Dado que as ditas pessoas não apresentavam qualquer credencial, e que àquela hora não era possível averiguar da autencidade do edital, e que nem o presidente nem o tesoureiro da Comissão Administrativa em exercício se encontravam presentes, os dois elementos da CA não aceitaram a exigência. Consideraram-na, aliás, uma provocação, dado que estavam a decorrer operações de recenseamento. Perante isso, os sete indivíduos forçaram um funcionário da Junta a abrir-lhes o cofre e a fazer, na sua presença, a conferência dos valores ali depositados. A partir do que consideravam um abuso, os dois elementos da CA em exercício abandonaram as instalações da sede da Junta de Freguesia e procuraram outros seus camaradas que de nada tinham conhecimento. O presidente da CA destituída, foi notificado, no dia seguinte, da sua demissão, pelo Governo Civil.

Entretanto, a nova e inesperada Comissão Administrativa pediu a comparência nas instalações da Junta de um guarda da PSP para impedir a entrada a quem quer que fosse. Só poderiam entrar os membros da nova CA...

PROCEDIMENTO INÉDITO

No dia seguinte, a anterior CA tentou ser atendida no Governo Civil. Foi-lhe respondido que teria que se inscrever e aguardar vez para ser recebida pelo governador civil. Tratando-se de um assunto urgente, a CA poderia fazer uma exposição por escrito... Esclarecidos quanto à rapidez com que veriam o seu caso resolvido no Governo Civil, os componentes da CA dirigiram-se então, na companhia de um membro do Secretariado das Juntas de Freguesia, ao Ministério da Administração Interna. Aqui, não puderam ser recebidos pelo ministro, que acabava de chegar dos Estados Unidos, e tão pouco também pelo secretário de Estado da Administração Regional e Local, que chegava de Paris, mas conseguiram ser recebidos, finalmente, pelo chefe de gabinete deste último membro do Governo, que manifestou não só ignorar a questão, mas igualmente a sua estranheza pelo método utilizado pelo Governo Civil. «Este procedimento é inédito» — declarou.

Mais adiantou o chefe de gabinete do secretário de Estado da Administração Regional e Local, que nesse mesmo dia iria com ele a despacho, num encontro que proporcionaria qualquer resposta. A CA destituída voltou, ao fim da tarde, ao Ministério, obtendo como resposta que nada havia para lhe dizer, mas que no dia seguinte, de manhã, mais propriamente às 9.30 h, a resposta seria dada. A CA expôs então alguns pontos que considerava mais graves dentro da sua contestação: o facto de o presidente da Comissão Administrativa não ter sido notificado antecipadamente pelo governador civil da demissão da CA; a publicação da demissão através dum edital dactilografado, não assinado nem chancelado; a tomada de conhecimento por parte da CA destituída às 19 horas, não havendo portanto possibilidade de confirmar a autencidade do documento; a rapidez com que o governador civil procedera à substituição da CA, porquanto tanto o despacho da exoneração, como o da nomeação da nova CA são do dia 11, entrando a inesperada CA em funções pouco depois de o edital ter sido afixado. Salientaram ainda os elementos da CA que, estando-se em época de recenseamento eleitoral, e, portanto, em vésperas de eleições, o caso assumia aspecto de manobra política.

No dia seguinte, a CA destituída soube através do chefe do gabinete do secretário de Estado que também este estranhava o procedimento e, por tal motivo, fora pedido um relatório escrito ao governador civil de Lisboa, documento que os componentes da CA demitida aguardam, para saber quais os motivos que levaram aquela entidade a invocar o artigo 409 e a demiti-los.

PRIMEIRA ARBITRARIEDADE

Mas a nova Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima já se encarregou de dar a «sua» justificação do processo em resultado do qual se encontra à frente dos destinos da Junta.

Num comunicado distribuído à população no dia 14, afirma que «houve motivo, isto é, muitos motivos. Era uma comissão sem qualquer representatividade, cuja actividade foi constantemente sectária...»

Acrescenta o texto que a CA destituída, encarregada de enviar à Câmara Municipal os nomes que constituiriam a Comissão de Recenseamento para as próximas eleições, apresentou quatro pessoas «escolhendo para presidir a afecta ao Partido Comunista Português e, dos três elementos restantes, dois ligados ao PPD e outro à FSP!» Depois de apresentar as percentagens representativas dos partidos, na população da freguesia, apuradas nas últimas eleições (PS, 39,3 por cento); PPD (22,9 por cento); CDS (12,6 por cento); PCP (11,2 por cento); MDP (2,8 por cento) e FSP (1 por cento), conclui a nova CA: «A Comissão representaria, portanto, apenas 35 por cento dos eleitores, seria presidida pelo Partido que vem em quarto lugar e não incluiria um único representante do Partido mais votado!».

Houve de facto um incidente entre a CA destituída e o Governo Civil relativamente à constituição da comissão de recenseamento para as próximas eleições, em que a CA demitida procedeu, como comprova, dentro da legalidade. Um telefonema da Câmara Municipal de Lisboa informou a CA de que a Comissão de Recenseamento deste ano seria composta pelos elementos da comissão do ano passado. Embora estranhando o carácter compulsivo, a CA contactou as pessoas, das quais apenas uma aceitou. Esse componente pertencia ao PS à data da nomeação da comissão anterior, tendo posteriormente passado para a FSP. Dos outros elementos, um, que pertencia ao PPD, respondeu que não podia aceitar, mas indicou dois camaradas do seu Partido para a Comissão; um terceiro elemento, do PCP, também não aceitou, mas indicou um substituto do mesmo partido; o quarto elemento, do MDP, não aceitou nem indicou substituto, o mesmo acontecendo com o componente independente da Comissão de Recenseamento, ficando portanto a lista apresentada pela CA constituída por dois «PPD», um «PCP» e um «FSP». A CML reconheceu, mediante edital, esta Comissão, só que, ao apresentarem-se os elementos para a tomada de posse, tiveram conhecimento de que o único elemento da comissão anterior que transitava para a deste ano (pertencente à FSP como já foi referido), fora substituído por dois elementos pertencentes ao PS: dois elementos nomeados, e nem sequer submetidos como os restantes, à ratificação da população...

Estranhando o procedimento, a CA, nas suas diligências veio a verificar que a constituição da Comissão de Recenseamento fora impugnada pelo PS e a primeira substituição se fizera por indicação do Governador Civil. Junto deste reclamou a CA que, evocando o art.º 14 do Decreto-Lei n.º 25-A/76, de 15 de Janeiro, chegou à conclusão de que «o governador civil não pode de modo algum, à face da letra e do espírito da lei, designar novos membros, a acrescentar aos designados pelo presidente da Câmara Municipal ou da Comissão Administrativa ou eliminar outros». E requereu a revogação da decisão tomada pelo governador civil.

Não houve resposta. A Comissão ficou então constituída conforme a indicação do governador civil.

300 OCUPAÇÕES

Para melhor situar a questão, será conveniente avaliar da «história» da Comissão demitida. Eleita em plenário da população após o 25 de Abril de 74 e ratificada pelo ministro da Aministração Interna, constituída por sete pessoas, das quais quatro pediram a exoneração em 75, a sua composição à data da destituição era a dos três elementos eleitos primitivamente e quatro nomeados posteriormente, tendo estes até então desempenhado funções de colaboração junto da Comissão Administrativa.

Desde o início das suas actividades, a CA fez incidir a sua actuação de acordo com os interesses da população menos favorecida da freguesia, que tem cerca de 40 mil habitantes, 24 mil eleitores (segundo o último recenseamento), e se encontra dividida em duas zonas de características sociais bem definidas: a zona Sul, habitada pela alta e média burguesia, área onde, com o apoio da CA, se procedeu à ocupação de cerca de 300 casas devolutas; e a zona Norte, onde vive a camada constituída por pequena burguesia e operariado. Nesta zona Norte, encontram-se também dois bairros de barracas: a Quinta das Covas e a Azinhaga da Torrinha. Foi sobretudo esta a população que mais preocupou a CA que, através da nomeação de várias comissões, promoveu ou apoiou a realização de alguns melhoramentos como, por exemplo, instalação de canalização, esgotos, electrificação, obtenção de um terreno em zona próxima para casas a construir pela Cooperativa 25 de Abril (sita noutra quinta de barracas ali próxima, a Quinta das Fonsecas) e constituição de comissões de moradores locais. No âmbito das actividades socio culturais, a CA apoiou a actividade das brigadas do Serviço Cívico Estudantil no sentido de ocupar os tempos livres das crianças daqueles bairros de lata, promoveu cursos de alfabetização, convívios por altura dos Santos Populares e uma festa na Gulbenkian, como meio de aproximar as várias camadas da população local. A CA apoiou ainda uma sessão de esclarecimento do MFA também na Gulbenkian. Participou em duas assembleias populares. No eu âmbito funcionavam actualmente Comissões de Moradores, de ocupantes, comissão de dinamização e comissão para melhoramentos no mercado. Todas estas comissões trabalhavam em estreita colaboração com a CA pelo que todas as actividades desta eram orientadas de acordo com as directrizes dos representantes da população.

DIREITOS DO HOMEM EM CAUSA

Após a sua demissão, a CA, além das diligências oficiais, reuniu com as Comissões de Moradores da freguesia e trabalhadores, que lhe manifestaram toda a sua solidariedade e simultâneo repúdio pela demissão. Por seu lado, as Comissões de Moradores, as comissões administrativas e outras organizações populares da terceira zona municipal de Lisboa elaboraram a propósito desta exoneração, um documento em que manifestam «a sua profunda preocupação pelo futuro das instituições democráticas do nosso país».

«O método utilizado», afirmam, «é atentatório dos Direitos do Homem, e que demonstrou a maior indiferença e desrespeito pelos direitos e dignidade dos cidadãos, está inteiramente em desacordo com as leis e objectivos de um Estado democrático». Os signatários do documento reservam-se o direito de «adoptar as medidas que considerarem necessárias para defender de quaisquer situações menos claras o passado e a honra de antifascistas de sempre», e de «continuar a luta contra as manobras e ataques de todos aqueles que pretendam destruir, sejam quais forem os processos utilizados, a Democracia e a Liberade».

O documento foi enviado ao governador civil, secretário de Estado Regional e Local, Conselho da Revolução, Presidente da República, Primeiro-Ministro e aos órgãos de Informação.

Depois do relatório do governador civil, prometido para esta semana, a Comissão Administrativa destituída da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima deliberará qual o procedimento a adoptar. É a seguinte a sua composição: dr. Manuel Gantes (advogado), presidente; António Oliveira Cruz (professor), secretário; António Jorge Costa (empregado de escritório), tesoureiro. Vogais: Florinda Freire (bancária), João Fialho (funcionário público), José Manuel Vidas (empregado de escritório), Alberto Noronha (empregado de escritório), e Nuno Costa (delegado de propaganda médica).

A nova Comissão Administrativa é constituída por Maurício António Azevedo Reis Machado Santos (técnico de contas); Ana de Freitas Branco de Herédia (funcionária pública); António Joaquim Oliveira Granja (chefe de serviços de propaganda médica); António Luís Lopes Vieira de Sampaio (proposto de agente oficial de propriedade industrial); Arnaldo Ferreira Luís Lopes (gerente industrial); Luís Abreu Falcão Mena (engenheiro de minas); e Rui Alberto Gonçalves Marques de Castro (profissional de seguros).

Estrangeiro

ESPANHA

Difícil situação económica

O modesto e incompleto programa de reformas democráticas e a situação económica do novo Governo espanhol, composto pelos partidários da «continuidade» do franquismo e pelos «reformistas», não conquistaram a confiança dos espanhóis com o seu modesto e incompleto programa de reformas democráticas, segundo um comentário distribuído pela Interpress.

A Espanha encontra-se actualmente numa difícil situação económica. Depois de recente desvalorização da peseta, os preços começaram a subir vertiginosamente, embora já antes tivessem registado acentuado crescimento. A onde de greves, desencadeada em Janeiro e sem precedentes na História daquele país, continuou este mês. Os operários lutam contra a subida dos preços contra os salários baixos e contra a restrição dos direitos e liberdades sociais.

Por outro lado o produto nacional bruto foi inferior, em 1975, ao ano anterior. O saldo negativo das relações comerciais externas fixou-se em 8,7 mil milhões de dólares. O défice da balança de pagamento aproximou-se dos três mil milhões de dólares. Resultado: a Espanha terá de continuar a contrair dívidas para manter o seu ritmo de desenvolvimento.

A presidente da Argentina não volta a candidatar-se

BUENOS AIRES, 19 — (ANOP e R.) — A presidente da Argentina, sra. Maria Estela Peron, declarou a noite passada que continuaria na Presidência a despeito das constantes pressões para se demitir. Acrescentou, no entanto, que não se candidataria à reeleição nas eleições previstas para o fim deste ano.

A sra. Peron explicou o seu ponto de vista durante um inesperado discurso ao país que teve a duração de três minutos.

No decorrer da comunicação, a sra. Peron prometeu que as eleições gerais se realizariam antes do final de 1976.

Nos termos dos actuais regulamentos, a sra. Peron terá de entregar os poderes ao seu sucessor eleito em 25 de Maio de 1977.

Entretanto o Partido Peronista e o Movimento Operário Argentino expressaram o seu «inquebrantável apoio» à presidente Maria Estela Peron, no momento em que se receiam actuações parlamentares para a sua destituição e versões sobre a possibilidade de um golpe militar.

Estas declarações, que, pela sua simultaneidade, parecem corresponder a uma decisão conjunta, contradizem versões anteriores no sentido de que o peronismo tinha considerado a possibilidade de se aliar aos que promovem a «saída» da Presidente, como recurso para evitar um possível pronunciamento.

O diário peronista «Mayoria» afirmou hoje na primeira página que o Movimento Nacional Justicialista e o Movimento Operário «estariam de acordo em promover o desalojamento da cúpula estatal e a sua substituição constitucional».

Segundo este diário, os «leaders» políticos e sindicais do peronismo exigiram à presidente que se desfaça dos seus acessores que proceda à remodelação total do seu Gabinete ministerial e à legalização doutrinária do Governo».

«A resolução inclui a remoção da própria presidente pelos mecanismos constitucionais. se ela se opuser ao que, em princípio, apareceria como a vontade do conjunto peronista», concluía o diário.

APOIO ABSOLUTO

Contudo, ao meio da tarde de ontem o Conselho Nacional do Partido Justicialista resolveu reiterar o seu apoio total, absoluto e incondicional à excelentíssima presidente da nação e ao seu Governo».

Ao mesmo tempo, a confederação Geral de Trabalho e as 63 organizações associadas declararam numa decisão conjunta que a situação institucional «não chega ao ponto de afectar a investidura presidencial de Estela Peron, a qual foi decidida pelo povo argentino».

Esta declaração foi emitida no final de uma prolongada reunião dos dirigentes da Confederação Geral de Trabalho e dos representantes das 62 organizações a ela associadas.

Por seu lado, o mesmo documento adverte de que devem ser destituídos ou agressores presidenciais, os quais são responsáveis directos «pela situação de crise que intentamos superar».

Outras organizações de menor importância do peronismo emitiram declarações coincidentes com as anteriores.

Tudo isto constitui uma ofensiva do peronismo destinada a desanimar as intenções dos partidos da oposição, os partidos aliados do peronismo na Frente Justicialista de Libertação e alguns parlamentares do próprio peronismo de recorrerem aos mecanismos constitucionais que prevêem a destituição da presidente.

O ministro do Interior, Roberto Ares, que ontem realizou uma larga série de reuniões com os presidentes da Câmara de Deputados e do Senado, negou que tenha sido considerada a renúncia de Estela Peron.

KISSINGER NO PERU

Estudantes apedrejaram a Embaixada dos E.U.A.

L[illegible], 19 — (R.) — Estudantes p[illegible]anos da esquerda apedre[illegible] ontem, à noite, a Embai[illegible]ada dos Estados Unidos em Lima, quando o secretário de Estado americano, Henry Kissinger, pedia o termo de um confronto entre países desenvolvidos e o Terceiro Mundo.

Kissinger afirmou aos seus anfitriões peruanos, num banquete oficial, que as nações ricas e pobres devem resolver as suas diferenças por meio de negociações, não de confronto.

Com demasiada frequência, prosseguiu, países não alinhados tendiam a formar bloco rígidos de confrontação, por sua própria iniciativa, para se escudarem das pressões de outros blocos mundiais.

«A variedade das nações do mundo é muito grande e os nossos problemas comuns bastante urgentes para tais práticas ultrapassadas, que apenas agravam as nossas divisões e impedem o nosso progresso mútuo», declarou.

Durante o seu discurso no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a polícia disparou granadas de gás lacrimogénio para repelir um ataque de estudantes contra a Embaixada dos Estados Unidos, situada perto. As autoridades informaram que foram presas, pelo menos, 20 pessoas.

Foi a segunda vez que Kissinger deparou com protestos contra a sua viagem, a primeira de grande duração que efectua à América do Sul. Em Caracas, a sua última escala, um estudante foi morto a tiro na terça-feira, quando manifestantes travaram recontros com a polícia e elementos da guarda nacional.

Kissinger teve ontem conversações com o presidente Francisco Morales Bermudez, do Peru, e o primeiro-ministro, Jorge Fernandez Maldonado, que descreveu como construtivas e úteis. Os Estados Unidos simpatizavam com os objectivos da revolução socialista no Peru, desencadeada pelas Forças Armadas em 1968, observou.

A nacionalização de bens pertencentes a norte-americanos no Peru e a defesa enérgica feita por Lima à política do Terceiro Mundo tornaram tensas as relações entre os dois países.

Contudo, o ministro peruano dos Negócios Estrangeiros, Miguel Angel de La Flor, afirmou ontem, à noite, que esperava que os Estados Unidos se afastassem do que parecia ser uma atitude negativa em relação ao Terceiro Mundo.

«A vossa presença entre nós é em si própria um sinal auspicioso», salientou o general de La Flor.

Registara-se indicações de que o Governo peruano exprimira simpatia acerca da política norte-americana de não ingerência em Angola.

«O Peru não aceita a intervenção de qualquer outro país no Peru e, do mesmo modo, o Peru respeita os outros Estados», disse o ministro dos Negócios Estrangeiros.

Funcionários norte-americanos revelaram que o Governo peruano, que tem dívidas com o estrangeiro atingindo 3000 milhões de dólares, não apresentara qualquer pedido específico de auxílio.

VIAGEM A ÁFRICA

O secretário norte-americano de Estado, Henry Kissinger, planeia visitar África na primeira quinzena de Abril, segundo revelou a noite passada em Lima um alto funcionário da sua comitiva.

Esse funcionário disse que Kissinger não tinha quaisquer projectos de se deslocar ao Médio Oriente antes da planeada visita do presidente Gerald Ford a essa região.

Acrescentou que não se sabia ainda ao certo se se realizaria a visita do presidente ao Médio Oriente, planeada para Abril ou Maio.

O Senado americano corta o fornecimento de armas ao Chile

WASHINGTON, 19 — (ANOP e R) — O Senado norte-americano aprovou ontem um orçamento de 8 biliões de dólares, destinado a auxílio militar ao estrangeiro, tendo, no entanto, novas disposições quanto aos fornecimentos e vendas ao estrangeiro, com vista à impedir a assistência a Governos ditatoriais.

Esta proposta de lei foi aprovada por 60 votos contra 30, tendo sido anteriormente aprovada uma emenda para o corte imediato de assistência do Chile, a qual registou 48 votos pró e 39 contra, enquanto uma outra, contra o auxílio a Angola foi adoptada por 76 a favor e 16 contra.

Uma proposta apresentada pelo senador Barry Goldwater, propondo a cessação de vendas de alimentos e computadores à União Soviética, até este país retirar de Angola, foi rejeitada por não ser considerada pertinente.

O decreto-lei inclui uma clásula que estipula que o departamento de Estado americano deverá informar o Congresso se tal lhe for solicitado —, se um determinado país comete violações dos Direitos Humanos. Em caso afirmativo, tanto o Senado como a Câmara dos Representantes têm autoridade para ordenar a suspensão imediata do auxílio militar a essa nação.

O senador Hubert Humphrey, principal responsável pela lei declarou: «Não cremos que os Governos que violam os direitos humanos sejam dignos de continuarem em exercício, com o auxílio do programa de assistência ao estrangeiro.

«Porque deveríamos nós desperdiçar dinheiro em tiranos, fornecendo-lhe armas para subjugarem o seu próprio povo e atacarem os nossos vizinhos?» — pergunta o senador Alan Cranston que disse ainda: «Creio que neste caso o idealismo é a melhor parte do realismo».

Na sua versão final, o decreto-lei empossa o Senado com autoridade para monitorizar todas as vendas de armas ao estrangeiro, independentemente dos quantitativos envolvisos.

A emenda aprovada em relação ao Chile reforça as restrições já contidas na lei, que proibia dádivas e créditos, mas que não proibia vendas comerciais ou vendas Governo-a-Governo.

Corte de relações Islândia-Inglaterra?

REYKJAVIK, 19 (R) — O governo islandês reune-se hoje em sessão para tomar a decisão formal de cortar as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, segundo revelaram em Reykjavik fontes fidedignas.

A decisão é aguardada há duas semanas, mesmo apesar da Grã-Bretanha anunciar que ia retirar navios de guerra da disputada zona de pesca ao largo da Islândia, que forneciam protecção a arrastões ingleses.

O corte de relações seria o primeiro entre dois países da NATO na história de 26 anos da Aliança Atlântica.

Ontem, a situação agudizou-se quando a vedeta patrulha islandesa «Thor» e a fragata britânica «Lowestoft» chocaram ao largo da costa nordeste da islândia. Ambos os lados atribuiram a culpa do incidente ao outro.

Enquanto o jogo do gato e do rato continuava no mar alto. A comissão de relações externas do Althing (parlamento) e grupos parlamentares governamentais reuniram-se ontem em sessão separadamente e aprovaram o corte dos elos com Londres.

O primeiro-ministro Geir Hallgrimsson e os seus colegas no governo de coligação deverão reunir-se hoje, esperando-se uma decisão à tarde.

Se, como é esperado, for pedido ao embaixador britânico Kenneth East para abandonar o país juntamente com o seu pessoal, haverá certa dificuldade em cumprir a ordem.

Na verdade, a Islândia acha-se presentemente a braços com uma greve geral e estão canceladas todas as carreiras aéreas para fora da ilha.

JUDO CLUBE DE PORTUGAL

CONVOCAÇÃO

Ao abrigo do preceituado no Artigo 26.º dos Estatutos convoco a Assembleia Geral para reunir, em sessão Ordinária, no dia 20 de Fevereiro de 1976, às 21.00 horas, na nossa Sede na Rua D. Carlos de Mascarenhas, n.º 36-A, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Leitura do Aviso convocatório; leitura, discussão e aprovação da Acta da última reunião da Assembleia Geral;

2.º - Leitura, apreciação e votação das conclusões do Relatório e das Contas do exercício do ano de 1975;

3.º - Eleição dos Corpos Gerentes para o ano de 1976.

Não se encontrando presente à hora marcada, a maioria dos sócios efectivos, a Assembleia reunirá meia hora mais tarde em 2.ª convocação com qualquer número de sócios.

Lisboa, 23 de Janeiro de 1976.

O PRESIDENTE
DA ASSEMBLEIA GERAL
Fernando Silveira Ramos

PUB

MOÇÃO

Os representantes das Direcções dos Sindicatos de Pescadores de Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Porto, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Peniche, Portimão, Vila Real St.º António, Lagos, Olhão, Fuseta e o Sindicato Livre dos Pescadores reunidos em Assembleia Geral no dia 15/2/76, para estudarem em conjunto um Projecto de Federação Nacional dos Sindicatos de Pescadores, aprovaram, por unanimidade, o seguinte:

Repudiar todas as manobras sabotadoras, por parte de alguns armadores da pesca artesanal, nomeadamente de Sesimbra, de não quererem descontar 1 % (um por cento) para a Mútua dos Pescadores, a fim de ela aumentar as regalias concedidas aos pescadores.

Apoiar os centros de pesca que já fazem estes descontos, concretamente os maiores centros.

17 de Fevereiro de 1976.

O porta-voz eleito desta Assembleia:

DIRECÇÃO DO SINDICATO LIVRE
DOS PESCADORES

Manuel Joaquim Tavares Marques

Espectáculos

Ada de Castro: o povo a cantar

É indubitável que Ada de Castro se mantém na fila preferencial dos portugueses amantes de fado. E que, no propósito de revalidar (manter) os seus créditos, vai apresentando no mercado discográfico edições interpretativas que retratam, com fidelidade, o seu modo de cantar.

O mais recente LP de Ada de Castro dispersa-se por vários autores. Que, como pode ler-se, são responsáveis por diferentes estilos da chamada «canção nacional». Títulos e autores: «O Povo a cantar» (Elvira de Freitas), «Mãos frias, coração quente» (Elvira de Freitas-Augusto Gil), «Amor de Primavera» (José Maria Nobrega-Mário Martins), «A minha esperança» (António Chaínho-Mário Martins), «Silêncio de mágoas» (Ada-Alice Maria), «Dá-me o braço, solidão» (Elvira de Freitas-Heloisa Cid), «Guitarra, meu encontro» (Frederico de Freitas-J. Bragança), «Vira», do filme «A Severa» e «Novo fado da Severa» (Rua do Capelão) da autoria da dupla Frederico de Freitas-Júlio Dantas, «Velho fado da Severa» (Freitas-DR), «Baila Lisboa» (Verónica) e «Um Certo pecado» (Nobrega e Sousa-Rui Pilar).

Os acompanhamentos têm assinatura prestigiada: António Chaínho e José Maria Nobrega, enquadrados pelo guitarra Domingos Manuel e pelo viola Mário Pacheco.

Para quem gosta de fado, na sua expressão mais noctívaga, Ada é artista e não perder.

Ada de Castro: «LP» para quem gosta de fado

"A BARRACA" VEM AÍ

Um novo grupo de acção teatral, «A Barraca», prepara o seu primeiro espectáculo, com a peça «A Cidade dourada ou nem tudo o que luz é oiro», texto do teatro «La Candelária» da Colombia.

«A Barraca», que funciona o Centro de Cultura Popular de S. Mamede, tem a participação, neste seu primeiro espectáculo, de Virgílio Martinho (adaptação do texto), Ary dos Santos (poemas), Samuel (poemas e interpretação), Fernando Tordo (música e interpretação), José Manuel Osório (música), Fernando Alves (coordenador da encenação), Mário Alberto (cenários e figurinos), Carlos Gameiro (luzes e som), Fernando Alves, Maria do Céu Guerra, Maria José Belo Marques, Manuel Matcelino, Nuno Carinhas e Alexandre Melo (intérpretes).

«A Cidade dourada ou nem tudo o que luz é oiro» é uma peça que mostra as atribulações, e também as esperanças, às vezes perdidas, de uma família de camponeses. Obrigada a vender o seu bocado de terra começa a descer os degraus de degtadação social que lhe é imposta pelos mecanismos da exploração. Para sobreviver desloca-se para a capital. Mas também aqui as coisas não melhoram. É então, através de um dos seus elementos, que a sua luta passa da mera sobrevivência para um campo mais actuante e necessário.

O quarteto Stradivari, que dará um espectáculo amanhã na Gulbenkian

O QUARTETO STRADIVARI DÁ CONCERTO AMANHÃ

Com interpretações de Mozart e de dois compositores do nosso século, o russo Chustakovitch e o norte-americano Charles Ives, o quarteto Stradivari apresenta-se na sexta-feira, às 18.30 h, no Grande Auditório Gulbenkian.

Quarteto de cordas formado em 1960, na Universidade de Iowa, o grupo tem realizado concertos nos Estados Unidos, Canadá, países da Europa e do Médio Oriente.

É constituido pelos violinistas Allen Ohmes e Don Haines, o violetista William Prencile o contrabaixo Charles Wendt. Os três primeiros são diplomados pela Eastman School of Music e o último é graduado pela Juilliard School of Music e pela Indiana University.

O quarteto interpretou já mais de cem obras, incluindo todos os quartetos de Beethoven, Mozart e Bartók.

NOVAS GRAVAÇÕES

Dois discos de «conteúdo» acabam de ser introduzidos no mercado comercial: José Barata Moura e o «Adoque, Grupo de Teatro» são os responsáveis directos.

No primeiro 45 rotações, Barata Moura interpreta composições de sua própria autoria: «Hei-de cantar» e «Cravo vermelho ao peito», com arranjos e direcção orquestral de Pedro Osório. Por seu turno, o «Adoque» surge em «O Povo é quem mais ri no fim» e «O Chile vencerá», trechos muito aplaudidos da revista «A CIA dos cardeais». Assinaturas no texto: Francisco Nicholson, Mário Alberto e Gonçalves Preto. Autores musicais: Luís Gomes e Braga Santos.

OEPdo«Adoque»ofereceainda, uma curiosa particularidade: a voz de Ermelinda Duarte, a jovem actriz que se projectou com «Gaivota» e é já figura exponencial do grupo independente de Teatro idealizado por Nicholson.

MARIA VITÓRIA

TODOS OS DIAS

2 SESSÕES

Não aconselhável a menores de 18 anos em novos horários:

1.ª SESSÃO, às 20.30
2.ª SESSÃO, às 22.45
terminando os espectáculos à 1 hora

Força, Força,

Camarada Zé!

FLORBELA em «A Visita da Velha Senhora»

Salvador•Florbela
Henrique Santana

Vítor Mendes
Carlos Gonçalves

Atracção:
Cidália Moreira

LOURDES LIMA ★ DANIEL GARCIA ★ ODETE ANTUNES ★ NELA DUARTE ★ IGOR SAMPAIO ★ AIDA GOUVEIA à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

●

AOS DOMINGOS E FERIADOS
«MATINÉE» às 16 horas
Às 2.ªs-feiras: Descanso da Companhia

●

TEATRO INFANTIL
AOS SÁBADOS
às 16 horas (para todos)
«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»

●

Entradas a 10$00, 15$00 e 20$00 (Só !)

Teatro Maria Matos

A RTP apresenta

«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL»
de Bertolt Brecht
com
RAUL SOLNADO
no protagonista

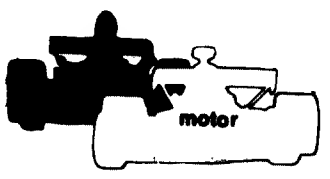
Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matinées», às 16 horas. Segunda-feira — Descanso da Companhia
Bilheteira Tel.: 897017
A.B.E.P. Tel.: 328823
Não aconselhável a menores de 13 anos

COMUNA
Teatro de Pesquisa

DIARIAMENTE, às 21.30

FOGO!

2.º MÊS
DOMINGO — Matinée às 18 h.
2.ª FEIRA — DESCANSO
Preço único — 20$00
PRAÇA DE ESPANHA
METRO - PALHAVÃ
Tel. 762624



e EUROVISÃO CANÇÃO EUROPA

RTP

1º PROGRAMA
dia 22-2-76 às 21,30 h.
2º PROGRAMA
dia 23-2-76 às 21,30 h.

1	ONDE É QUE TU MORAS?		5	NO TEU POEMA	
2	ESTRELA DA TARDE		6	MARIA-CRIADA, MARIA-SENHORA	
3	OS LOBOS E NINGUÉM		7	CANTIGA DE MAIO	
4	NOVO FADO ALEGRE		8	UMA FLOR DE VERDE PINHO	

Assinale com uma X a canção da sua preferência e só uma

Localidade _____ Profissão _____
Idade _____ Sexo _____

R. T. P.
APARTADOS 3011 ou 3088
Lisboa

colar no local do endereço

REGULAMENTO

1 — A classificação das 8 canções concorrentes ao concurso «Uma Canção para a Europa», promovido pela RTP para seleccionar **uma** que representará este organismo no Concurso Eurovisão da Canção — 1976 é efectuado por votação pública, expressa através do boletim que publicamos.

2 — O público-votante indicará no boletim a canção **(e apenas uma)** que escolhe para representar a RTP no referido concurso europeu. Deverá atender a que o número que antecede o título da canção indica a ordem da sua apresentação nos espectáculos dos dias 22/2 e 23/2 (1.º e 2.º Programas, respectivamente); e que a casa em branco após o nome da canção e o local onde deverá marcar com **uma cruz** (e apenas com uma numa só casa) aquela que, em seu entender, deve representar a RTP no Concurso da Eurovisão.

3 — Depois de recortados pela linha de contorno, os boletins de voto serão colados em postais, modelo normal dos C.T.P. na fase lisa, após o que devem ser remetidos, por via postal, para os apartados 3011 ou 3088 de Lisboa. Para o efeito, o votante poderá utilizar, recortando-o, o endereço que figura à direita do boletim, colando-o no respectivo local do rosto do postal.

4 — Só serão considerados para efeitos de votação os boletins que derem entrada nos apartados referidos no número anterior até às 24 horas do dia **28 de Fevereiro de 1976**, e destes, aqueles que tenham indicado **apenas uma** canção. Os boletins incorrectamente preenchidos, rasurados, emendados, ou que não tenham carimbo dos C.T.P., serão considerados nulos.

5 — O escrutínio será efectuado pelos Serviços da RTP até ao dia 3 de Março de 1976, sendo dado conhecimento público do resultado na transmissão final das canções em concurso (dia 7 de Março) fazendo-se então a sua apresentação pela ordem inversa da classificação obtida pelo número de votos.

6 — O não preenchimento das respostas aos elementos que se solicitam no rodapé do boletim de voto **não o invalidam**. Pretendem os Serviços da RTP recolher, através dessas respostas, uma série de dados estatísticos que se afiguram da maior utilidade. Por tal motivo, agradecem toda a colaboração que vier a ser prestada pelo preenchimento correcto desse breve questionário.

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

TÊXTIL: UM TESTE PARA A REVOLUÇÃO

Do Porto tivemos notícias da Têxtil Manuel Gonçalves. Com um mínimo de equidade, desta vez.

Há dias, se bem estão lembrados, do mesmo Porto nos veio entrevista com um tal eng.º Jorge Monteiro, da Manuel Gonçalves, expressando pontos de vista simpáticos ao patrão. Para os representantes dos 17 trabalhadores suspensos, nada mais houve que silêncio.

Não agora. Primeiro falou Manuel Cunha, dos patrões, a seguir um dos suspensos, Francisco Guimarães. É certo que a posição do primeiro se encontrava psicologicamente reforçada com uma reportagem da multidão de trabalhadores, não referenciada nas suas atitudes, nas suas movimentações, no seu significado.

Manuel Cunha: que a paralisação da Têxtil fora espontânea, não houvera nenhumas interferências. Paralisação, portanto, em estado cristalino...

Francisco Guimarães: a paralisação fora compulsiva, pois alguém neutralizara as caldeiras. Apontava um dado importante: para o seu afastamento, e dos 16 camaradas, não lhes fora feita qualquer acusação concreta!

O processo é conhecido: suspende-se e depois se verá... O Cunha foi nebuloso: os trabalhadores seriam readmitidos caso se provasse *não terem qqualquer culpa no acontecido...*

No acontecido ou seja no afastamento do patrao...

Quer-se indício mais claro da repugnante manobra que está atrás das 17 suspensões?

. Claro que as razões desta situação devem ir procurar-se além do Gonçalves, do Monteiro, do Cunha. A recuperação do patronato tem patronos mais importantes. E ou conseguimos dominar essas forças, ou...

ENCONTRO DESENCONTRO

António Pedro de Vasconcelos entrevista Manuel de Oliveira. António Pedro está muito à vontade, Manuel muito recolhido na sua toca. O primeiro avança, o segundo retrai-se. António Pedro, rococó e Mozart; Manuel de Olibeira: sozinho, com pequenas aparelhagens, a dificuldade, o risco e o prazer de dirigir quem nunca havia usado de cinema. António Pedro com uma leitura muito curiosa (haverá poucos jogos tão apaixonantes como o de inteligência) de uma cena do «Passado e Presente»; Manuel de Oliveira, que gostava mais de fazer os seus filmes do que de vê-los...

Assim foi todo aquele *encontro* ou, para ser mais claro, todo aquele desencontro. Não é raro que os artistas se deixem ultrapassar pela sua própria obra. Não sei mesmo se algum consegue furtar-se à sua inferioridade de criador perante a riqueza do objecto criado. Assi, temos um Manuel de Oliveira, artista, sem capacidade ou vocação para exibir seus dons especulativos. Esses os guardou para a obra criada. Talvez até um pouco ignorante deles.

Claramente António Pedro de Vasconcelos pretendeu dar um pouco de asas àquele encontro. Terá pretendido passar além das limitações naturais. As coisas, porém, são o que são. O bom-senso parece, assim a posteriori, apontar para um diálogo mais simples. As observações suas podiam vir, por exemplo, quando da exibição na TV de um filme de Manuel de Oliveira. Um encontro com alguém onde esse alguém nos aparece com a imagem de um intruso, de um a mais, perturba.

Não precisamos de ouvir Manuel de Oliveira: precisamos de ver os seus filmes. Por outro lado, talvez precisemos de ouvir António Pedro de Vasconcelos. Se possível, menos rococó.

O TROPA E A FÁBULA

Tropa falou. Sibilino, entre dentes. Quase uma invocação de abracadabra. Sincopado, com fundo de bateria de água benta ficava perfeito.

Falou para explicar mais uma vez porque mudara o título da rubrica de *Cinema Ano Dois* para *Cinema 76*. Diz que a alteração se deve a razões de carácter operacional.

A explicação é convincente, completa, cabal. Só que, porquê o *Cinema Ano Dois* passou a chamar-se *Cinema 76?*

. Não explique mais homem. Deixe lá. A gente prescinde. Se há tanta coisa no comportamento de certas pessoas da Televisão que nós não compreendemos, por que diabo haveríamos de exigir a compreensão desta, que é das menores?

. Isto não interessa mais. Interessa, sim, aquela entrevista com o responsável pelo cinema das Caldas da Rainha, segundo a qual o público aflui às coboiadas, à pornografia e aos karates e afasta-se nos filmes de qualidade.

Claro que sim. Cinquenta anos de fascismo e dois anos de nervosismo não se passam sem consequências. Em política e em questões de mudança de mentalidade, uma varinha de condão fazia muito jeito. Mas. Paciência. Uma árvore que dá pepedês e cedeesses dá o resto. Lógico. Chama-se a isto «democracia», não é?

Voltamos ao Tropa.

Na emissão anterior, Fernando Matos Silva referia-se à existência de censura na Televisão, o que dificultava a produção independente. Foi bem claro, sem ambiguidade.

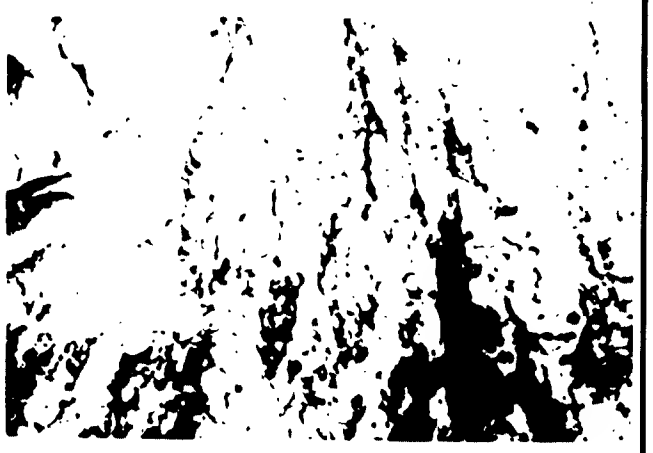
Curiosamente, Tropa observa que ninguém veio à Televisão contestar essas afirmações. Donde se poderá concluir que quem cala...

Curiosamente também, se ninguém veio, veio Tropa. Não o disse na altura própria, mas di-lo agora: «A Televisão não faz censura»

. Esclarece (agora): *Não sei se o Fernando Matos Silva estaria a referir-se aos impedimentos que este programa sofreu durante a vigência na cultura de um engenheiro que estava ligado ao cinema amador.*

Só os burros, nas fábulas, aproveitam a queda do leão para lhe pregar uns coices impunes.

Não só nas fábulas acontece. Nada mais digno de lástima do que um homem pequeno por dentro.



LUIZ VAZ 73

envolvimento audio-visual de

jorge peixinho e ernesto de sousa

participação do grupo de música

contemporânea de lisboa

sexta, sábado e domingo na galeria

de belém - mercado do povo. 21H30

OS BONECREIROS

EM MOSCAVIDE

Representam:

«A SOMBRA DE UM FRANCO-ATIRADOR»

de Sean O'Casey

::

4.as, 5.as, 6.as e sábados, às 21.30 horas

R. António M.a Pais, 6-A

Tel. 251 50 07 / Moscavide

ORIGINAIS

de ROMANCES, CONTOS, DOCUMENTÁRIOS, etc., susceptíveis de tradução ou publicação em França. Resposta até 24, com todos detalhes possíveis, ao n.º 1627.

MÁQUINAS DE ESCREVER «BROTHER»

PORTÁTEIS

A PREÇOS POPULARES

Óptima oportunidade

Av. Almirante Reis, 10-C

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalo-Mecânica do Distrito de Lisboa

AVISO

A Direcção comunica a todos os sócios do Sindicato que já se encontram publicados e para distribuição, na sede do Sindicato, exemplares dos Estatutos aprovados na Assembleia de 27 de Julho de 1975.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 1976

A DIRECÇÃO

NOTA: Para levantar os Estatutos é necessária a apresentação do cartão de sócio.

Hoje

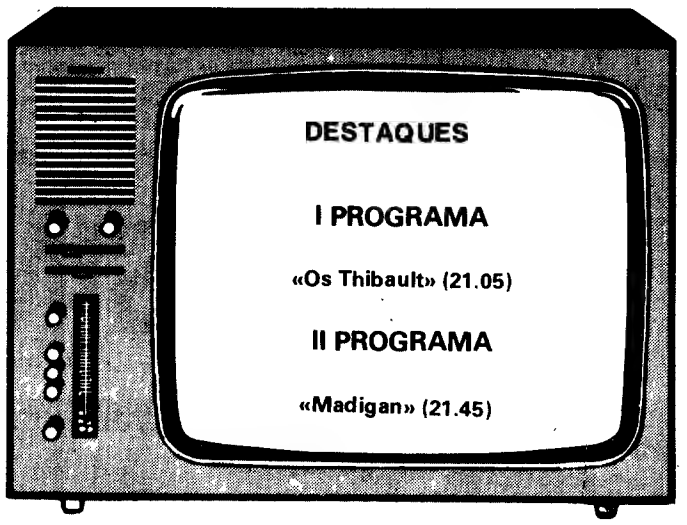
«Os Thibault»

I PROGRAMA

19.00 Abertura e **Vem Ver como se Faz** — cabeleiras e bigodes postiços.
19.30 **Momento Desportivo**
19.55 **Da Saúde e da Vida**
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 **«Os Thibault»** — série realizada para a Televisão Francesa por André Michel e Alain Boudet e inspirada na famosa obra com o mesmo título da autoria de Roger Martin du Gard, Prémio Nobel da Literatura.
22.05 **Temas e Problemas** — para todo o serviço (criadas). Rubrica apresentada pelo Departamento de Programas Político-Sociais.
23.00 **Telejornal** — 3.ª edição
23.15 Fecho

II PROGRAMA

20.30 Abertura e **«O Golfinho Branco»** — série filmada
20.45 **Vivendo o Futuro**
21.00 **Impacto**
21.45 **«Madigan»** — série policial, com Richard Widmark.
22.30 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
23.00 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período — **12.45**: Abertura e Saber não Faz Mal; **13.00**: Desenhos Animados; **13.15**: Telejornal — 1.ª Edição; **13.30**: Documentário; **14.00**: Logo à Noite — cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e da TV. **Ciclo Preparatório TV** — **14.10**: Língua Portuguesa (2.º ano); **14.35**: Matemática (1.º ano); **15.00**: Francês (2.º ano); **15.25**: Ciências da Natureza **18.00**: Trabalhos Manuais (2.º ano). **2.º Período** — **19.00**: Programa produzido pelo Departamento de Programas Infantis e Juvenis; **19.35**: «A Flecha Negra» — série filmada; **19.55**: Concerto; **20.30**: Telejornal — 2.ª edição; **21.05**: Eleonora» — série filmada produzida pela Radiotelevisão Italiana. Realização de Sílvério Blasi com Giulieta Massina; **22.20**: Aborto: Silêncio ou debate? **23.15**: Telejornal — 3.ª edição; **23.30 Fecho.**

II PROGRAMA

20.30: Abertura e Documentário; **20.55**: Noite de Cinema — «Como Triunfar em Amor»; **22.40**: Telejornal — em diferido a edição transmitida às 20 e 30 no I Programa; **23.05**: Fecho.

Desporto

A equipa de basquetebolistas juniores do Iliabum, campeã aveirense.

Portugal

Assembleia geral dos sócios do Vitória de Setúbal, na noite de 23 do corrente, para eleição dos novos corpos gerentes.

Adeptos do futebol, de idade compreendida entre os 13 e 17 anos, podem experimentar as habilidades no Benfica, acorrendo ao Estádio da Luz e apresentado-se no Departamento de Futebol da «águia».

Um regresso que efusivamente se regista: o massagista João Silva, curado da doença que o afastou do trabalho, voltou às suas funções, em «Os Belenenses» e na Selecção Nacional de Futebol.

Festival internacional de natação, a 26 e 27 de Junho, no programa comemorativo dos 100 anos de existência do Clube Fluvial Portuense.

A Associação Académica de Espinho desistiu da participação no campeonato portuense de voleibol, em juniores.

Emblemas reunidos numa Comissão Representativa dos Clubes da Associação de Andebol de Lisboa tornaram público um extenso comunicado que critica, frontalmente, o actual momento da modalidade, em especial no que toca à gerência federativa.

Apesar de sucessivos malogros, o Sporting não desanima, e continua de olhos fitos no Brasil, à espera de um goleador que tenha condição técnica para alinhar imediatamente no seu ataque futebolístico. Outro «craque» vem aí: anuncia o jornal do clube de Alvalade.

O relatório e contas da gerência actual do Judo Clube de Portugal, agora divulgado, indica o número de associados da agremiação: 1994. No mesmo documento fica clarificada a política de divulgação do judo, processada através de diversos escalões para um volume considerável de praticantes.

Os associados do Sporting que quiserem assistir ao jogo de futebol com o F. C. Porto (domingo próximo) terão de munir-se de bilhete especial, dado ser «Dia do Clube».

Os mundiais de golfe serão em Portugal: a confirmação vem de Paris, da entidade que rege a prática daquele desporto.

Sporting e Benfica acordaram, com a RTP, a gravação magnética de diversos encontros de futebol a disputar nos estádios dos dois clubes, com «cachet» igual para «leões» e «águias».

Carlos Grilo, antigo lutador «leonino» (há seis anos radicado nos Estados Unidos) veio a Portugal de férias. Na eventualidade, voltará a representar os **verde-brancos**, actuando no próximo sábado, na turma que disputa a taça «António Carvalhinho».

A secção de atletismo do Sporting tenta realizar, em Maio, um «meeting» feminino em Alvalade, com a colaboração de atletas espanholas.

Nacional de basquetebol feminino: Algés, 27-CIF, 41 e Nacional, 52-Benfica, 31. Para a zona sulista do nacional de juniores (masculino) outros três embates: Atlético, 69-Benfica, 63; Sporting, 70-Universitário, 55 e Algés, 56-Ateneu, 43.

Luís Horta (24 anos, rapaz do Casal Ventoso que Carlos Silva projectou no primeiro «team» futebolístico do Atlético) será o eventual substituto de Freitas, no grupo do Restelo. O parceiro de Candeias na cobertura da baliza alcantarense, que não se importaria de prosseguir a carreira na Tapadinha se pudesse juntar um emprego estável às funções de futebolista (remuneradas com 10 contos mensais) recebeu uma negativa da direcção do clube, impotente para resolver a questão colocada por Horta: assim, este assinou contrato com o Belenenses, numa substancial melhoria de vida. No Atlético só ficará até fins de Julho.

O Oriental reúne-se, em assembleia magna, na noite do próximo sábado.

Em Angola (para onde tinha seguido, como informámos oportunamente, no mesmo avião em que viajou o almirante Rosa Coutinho) o «internacional» futebolista Dinis, actualmente ao serviço do F.C. Porto, anunciou que, em Agosto, já se radicará em Luanda, sua terra natal, dizendo adeus ao chuto em Portugal.

Continua a decorrer a «Volta à Andaluzia», onde actuam, sob patrão espanhol, os portugueses Agostinho e Mendes. Ambos têm tido comportamento mais que discreto: após a 5.ª etapa, o antigo «leão» encontra-se em 26.º lugar (a 5 minutos e 59 segundos do «leader», o holandês Karstens) e o exbenfiquista ainda mais abaixo (43.º, a 12m. e oito segundos do melhor colocado). Uma pequenina compensação: Mendes é 2.º, na tabela para o «Prémio da montanha».

O Belenenses actuará, em França, perante o Paris St. Germain, jogando futebol com o clube de Humberto Coelho a 19 de Abril.

Prosseguem as comemorações do 44.º aniversário da Associação de Ténis de Mesa de Lisboa. Sábado, no Laranjeiro, pelas 15 horas, haverá uma competição entre seniores de Lisboa e do Porto, a que se segue um colóquio sobre a modalidade.

Indisciplina na bola: Benavente "afogada"

Não se vislumbra um travão para a indisciplina que avassala o futebol português: ante a passividade das entidades superiores, que não criam o «Tribunal Desportivo» nem advertem, seriamente, praticantes e público sobre o que deve ser entendido por «Desporto», assiste-se, semanalmente, após as reuniões do Conselho de Disciplina da Federação, à saída de extensos comunicados em que centenas de futebolistas (mesclados com algumas plateias e bastantes dirigentes) são envolvidos nas malhas de castigos e repreensões. Uma lástima, que a Imprensa (mau grado todas as suas campanhas) não pode, só por si, atenuar...

Ontem, por exemplo (e a nível de 1.ª divisão) foram suspensos dois profissionais: Taí (do Boavista) e João Pedro (Companhia União Fabril), ambos a ficarem por um jogo na bancada. E houve **repreensão** ao (ainda) leixonense Albertino, mais **advertência** a Eurico (do Benfica) e ao luso-brasileiro Joaquim Rocha (mal acabado de chegar da América do Sul para fortalecer o «team» do Académico de Coimbra).

Na 2.ª divisão, o rol é espantoso: vai desde os dois jogos de obrigatória suspensão a Carlos Alberto (Sporting de Espinho) e Emílio Santos (Torres Novas) até uma repreensão ao dirigente do Feirense (António Aureliano Rodrigues Cunha), com passagem por multas ao Salgueiros, Paços de Ferreira, Desportivo de Chaves, Vilanovense e União de Tomar. Mais para baixo, é de corar com vergonha: oito jogos de castigo a Viana (Freamunde) e Ruivo (Benavente), ambos por «por tentativa de agressão ao árbitro, agravada por sucessão e acumulação de faltas», mais seis jogos de travagem a Festas (Leça), «por tentativa de agressão ao árbitro, com sucessão de faltas»; cinco a Oliveira (Benavente), «por injúrias ao árbitro, com acumulação de faltas» e três domingos de repouco não previsto para Dantas (Limianos), Ramusga (Vieirense) e Domingos (Benavente).

Aliás, o grande «tocado» pela justiça do futebol foi o Benavente que, além dos castigos já tocados, ainda foi «contemplado» com outros: um jogo de suspensão aos futebolistas José Maria Correia Silva e João António Correia Oliveira e repreensão ao chutador Aníbal João Oliveira Domingos. Numa síntese: 18 jogos de castigo apenas a cinco jogadores de Benavente...

Convenhamos: um pobre panorama desportivo fica aqui espelhado. A enegrecer um desporto - espectáculo - profissão que, entendido sob o conceito para que foi criado, deveria ser exclusivamente recreio e saúde. Física e moral.

Chutos de reservas: golos para as moscas

Meio incógnitamente, com a maioria dos intervenientes a fazerem um grande *frete* e as bancadas desertas como muda moldura, lá se realizou ontem a 2.ª jornada de uma prova rotulada de «lisbueta de reservas», em chuto. Dezoito golos foram marcados em três encontros: Benfica, 8-Atlético, 0; Sporting, 6-Sintrense, 0; Oriental, 3-Torriense, 1. A vantagem (clarissima) dos emblemas que melhor pagam aos seus trabalhadores futebolistas.

Equipas e marcadores de turno nos dois jogos principais:

Benfica: Fidalgo; Nelinho, Eduardo Luís, Malta da Silva e Alberto; Salvado, Fonseca e Romeu (Carlos); Moia (Ibraim), José Domingos e Cavungi.

Atlético: Fernando Barbosa (Damião); Vaz, Alípio, Ernesto e Quim; Humberto (Miranda), Florêncio, Costa e Júlio; Seidi e Luís Filipe.

Marcadores: José Domingos (2), Alípio na própria baliza, Fonseca (2), Moia, Cavungi e Salvado.

Sporting: Matos; Inácio, Laranjeira (Quaresma), Amândio e Da Costa; Paulo Rocha, Garcez e Vítor Gomes; Líbano, Baltazar (Barão) e Palhares.

Sintrense: Gomes (Tó); Pedroso, Sacon, Vítor Marques e Salvador; João Marques II (Salgado) e Sérgio; Arnaldo, Abrantes e Caetano.

Marcadores: Gomes, na própria baliza; Garcez (4) e Líbânio.

Classificação: 1.ºs, Sporting, Benfica e Oriental, 6 pontos; 4.ºs, Torriense, Sintrense e Atlético, 2.

Ponta-de-lança oferece-se

O anúncio vinha ontem no colega «Diário de Notícias». Textualmente, rezava assim:

. **Ponta de lança, oferece-se. Chuta com os dois pés. Boa cabeça. Júlio, 2761811.**

Nos tempos que correm um ponta de lança ao pé de semear é raridade a merecer destaque. Daí o telefonema. E a resposta:

. **— Foi uma brincadeira de Carnaval, de alguém que me conhece bem e sabe que eu, de bola só tenho a experiência da «trapeira» e de uns chutos dados antes de umas almoçaradas.**

Júlio, tem 25 anos. É empregado de escritório, numa empresa da margem sul do Tejo. Ontem, foi um corrupio pegado até ao telefone:

. **— Dezenas, largas dezenas de chamadas, todas a fazerem-me convite para ir mostrar as habilidades. De vários clubes; até o Arrentela, aqui perto, queria à força que eu passase por lá, para falar....**

Paciência, ilustres dirigentes do futebol luso. Ainda não foi desta que se descobriu um sucessorpara Eusébio. O 276 qualquer coisa foi sonho em noite de Inverno.

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 25 DE 22 DE FEVEREIRO DE 1976

A Comarca de Arganil — x11 111 12x 21xx; Cavalgada do Ritmo — 211 x11 x21 2xx2; Rádio Totobola — x1x 111 12x 2xxx; O Concelho de Estarreja — 111 11x 12x xx1x; Correio dos Açores — 111 21x x2x 212x; Correio de Coimbra — 11x 11x 121 x112; Correio do Vouga — 111 x1x 12x 1121; A Defesa — 2x1 112 11x 11x2; Diário de Lisboa — xx1 x1x x2x 2xxx; Ecos de Cacia 211 x1x 12x 2x12; Estrela da Manhã — 211 11x 121 x111; Eu Sei Tudo — x21 x11 12x 1xx2; Folha do Domingo — 111 11x 121 x1xx; Jornal da Beira — x11 11x x21 11x1; O Jornal de Felgueiras — x11 211 12x xxx1; O Jornal da Lixa — 211 x1x 12x x11x; Jornal de Sintra — x11 x1x 12x 2x21; Notícias de Viseu — x11 x1x x12 1x11; Jornal de Lafões — x11 x1x 12x 1x11; O Mensageiro — xx1 11x 121 x2x1; Linhas de Elvas — 111 11x 22x x111; Litoral — x11 112 122 x11x; Manchete Desportiva — 211 x12 12x xx21; Maria da Fonte — 211 x1x 12x 21x1; Mundo Desportivo — 211 11x 12x 2xx2; Notícias de Chaves — x11 x11 x2x x11x; O Norte Desportivo — x11 21x 122 2xx2; Notícias de Évora — x11 11x 12x 11x1; Notícias de Felgueiras — 11x x12 x21 x1xx; Notícias de Gouveia — xx1 2x1 1xx 2122; Alvo Desportivo — x11 x1x 12x x111; Boletim Desportivo — 211 11x 12x x2x2; Clube do Ar — x11 x11 12x 11x2; Diário do Porto — 211 21x 122 111x; Miscelânea Musical — 2x1 x12 x2x 2xxx; Montra do Êxito — 11x 112 x21 11x1; Música e Desporto — 211 21x 221 21x2; O Primeiro de Janeiro — 211 x1x 12x x1xx; Programa da Manhã — x11 21x 122 x2x2; Rádio Alvo — 211 x12 x21 2x1x; Rádio Sports — 111 111 121 2111; Ritmo e Amizade — x11 x21 xx2 111x; Só Rádio — 111 x12 x21 1112; Auto Rádio — 111 211 1x1 2122; O Comércio de Leixões — x11 x11 12x 11x1; Às 10 Espere por nós — 2x1 x11 1x1 212x; Estúdio 64 — 211 x11 12x x121; Dos Fracos Não Reza a História — x21 2x2 2x2 1xx2; Jornal da Graça — 111 111 111 1111; A Ordem — 111 11x 12x 21x2; Placard Desportivo — x1x 112 x2x xx11; Programa Sem Nome — 211 x11 12x 222x; Quadrante Desportivo — 211 21x 12x xx22; Quadrante Norte — x11 x1x 122 x1x2; Panorama — x1x 21x x2x x1x1; Rádio Placard — 111 111 111 1111; Repórter do Dia — 211 21x 12x 21xx; Resenha Desportiva — 111 11x x2x 2x22; A Voz dos Ridículos — x11 21x x2x xx11; O Porto — 11x 2xx 1xx x1xx; A Voz do Casa Pia — 1x1 x11 12x 2111; Notícias de Guimarães — 11x 21x 12x 2x12; Penalti — 111 11x 121 1111; Póvoa de Lanhoso — 111 x1x 12x 21xx; Presença Coimbrã — 211 x1x 12x x1xx; Rádio Altitude — x11 111 12x 1111; Reconquista — 111 x1x 121 2111; Renovação — 1x1 x11 122 111x; Encontro Musical — x11 11x 121 x21x; A Voz das Beiras — 111 x1x 22x x1xx; A Voz do Domingo — 2x1 x1x x2x 1xx1; Voz de Lamego — 111 x1x x2x 2111; Jornal de Notícias — 211 x1x 12x x111.

	RESUMO 1	X	2	BOLAS 1	X	2	(a)
1. FARENSE-BELENENSES	24	27	22	4	4	4	
2. BRAGA-ACADÉMICO	62	9	2	9	2	1	
3. CUF-UNIÃO TOMAR	65	8	0	11	1	1	
4. SPORTING-PORTO	24	34	15	4	6	2	
5. BOAVISTA-SETÚBAL	69	3	1	10	1	1	
6. LEIXÕES-GUIMARAES	20	43	10	3	7	2	
7. BEIRA MAR-ESTORIL	51	18	4	8	3	1	
8. ATLÉTICO-BENFICA	4	6	63	1	1	10	
9. RIOPELE-SALGUEIROS	19	45	9	3	7	2	
10. FAFE-PAÇOS FERREIRA	20	27	26	4	4	4	
11. SINTRENSE-PENICHE	46	22	5	7	4	1	
12. U.LEIRIA-MARITIMO	29	33	11	5	5	2	
13. E.PORTALEGRE-PORTIMONENSE	29	24	20	5	4	3	

a) Nos termos do Artº. 10º. do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será: X11 X1X 12X X1X1

Nacional

É URGENTE ABRIR AS PORTAS DO MUSEU DA NAZARÉ

No museu dr. Joaquim Manso devem reunir-se os elementos mais importantes do património cultural daquela região piscatória

O Museu Dr. Joaquim Manso, na Nazaré, continua de portas fechadas, enquanto (por exemplo: num colóquio realizado na Figueira da Foz) se considera do maior interesse a participação popular neste tipo de actividade cultural.

O Museu da Nazaré dispõe de edifício, a própria casa que pertenceu ao dr. Joaquim Manso, ocupada, para esse efeito, em 1968, pelo seu último proprietário, Amadeu Gaudêncio.

Há dois anos foram iniciadas as necessárias obras de adaptação, pelos Edifícios Nacionais do Centro, que se prolongaram até há meses atrás.

O Museu da Nazaré destina-se à etnografia, devendo caber-lhe um papel primordial na divulgação da problemática local e da indústria que deu impulso ao desenvolvimento da vila — a pesca.

A Nazaré tem sido alvo da destruição do seu património cultural, pelo que a abertura do museu é aguardada com natural expectativa, de modo a poder constituir, ainda uma «barreira» que possa salvar o que resta da herança artística da região.

O Museu Dr. Joaquim Manso está a ser organizado pelo dr. João Saavedra Machado.

GRAVURAS DE I. NEVELSON

. Com as presenças do secretário de Estado da Cultura e do embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, é inaugurada no sábado, às 18 e 30, na Galeria de Belém, uma exposição de gravuras de Louise Nevelson, seguindo-se a projecção de um filme sobre a actividade da artista.

A mostra, que estará patente ao público até 7 de Março próximo, pode ser visitada todos os dias, das 15 às 21 horas.

C.I.C.A.P. vai passar a hospital

PORTO, 19 — «Símbolo do 25 de Abril», segundo as palavras do general Carlos Fabião, o antigo quartel do C. I. C. A. P. vai ser ocupado com instalações hospitalares.

A unidade que serviu de ponto de arrancada para os militares que fizeram cair o regime caetanista servirá agora para a instalação de serviços de medicina física, traumatologia, ortopedia e consulta externa do Hospital de S. João. Terá, ainda, quartos particulares dependentes do Hospital Geral de Santo António.

Na parada e nos jardins prevê-se, também a construção de dependências de apoio a actividades hospitalares e ainda salas de cuidados intensivos para o Hospital de Santo António.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS DE LISBOA. LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

MANIFESTAÇÃO

TERREIRO DO PAÇO, DIA 20, 6.ª-FEIRA, 19 HORAS

MOÇÃO

A reunião geral de delegados do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, realizada no dia 18 de Fevereiro de 1976 na delegação do Sindicato de Moscavide;

— CONSIDERANDO QUE os militares antifascistas e revolucionários se encontram na prisão por em todas as circunstâncias terem dado o seu incondicional apoio às lutas dos trabalhadores e dos moradores e de todo o Povo Português pela melhoria das condições de vida e de trabalho e contra o fascismo;

— CONSIDERANDO QUE se a luta contra o congelamento da contratação colectiva e a carestia da vida é uma luta em que nos temos de empenhar, no entanto essa luta só será vitoriosa se conseguirmos **travar o avanço das forças de direita que querem o regresso do fascismo;**

— CONSIDERANDO QUE a luta desenvolvida pelo C. L. A. R. P. **e que mereceu o apoio unânime da assembleia geral do nosso Sindicato se enquadra na luta geral contra o fascismo;**

DECIDE:

1.º — **APOIAR INCONDICIONALMENTE** A MANIFESTAÇÃO PELA LIBERTAÇÃO IMEDIATA E INCONDICIONAL DE **TODOS** OS ANTIFASCISTAS E REVOLUCIONÁRIOS PRESOS QUE TERÁ LUGAR NA **PRÓXIMA SEXTA-FEIRA, DIA 20 DE FEVEREIRO, PELAS 19 HORAS, COM PARTIDA DO TERREIRO DO PAÇO;**

2.º — **APELAR A TODOS OS TRABALHADORES PARA COMPARECEREM EM MASSA A ESTA MANIFESTAÇÃO.**

— LIBERTAÇÃO IMEDIATA E INCONDICIONAL DE TODOS OS ANTIFASCISTAS E REVOLUCIONÁRIOS PRESOS!

— O FASCISMO NÃO PASSARÁ!

— UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Esta foi uma moção aprovada na reunião geral de delegados e realizada no dia 18/2/76 e que foi aprovada com um voto contra e 6 abstenções.

A DIRECÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL APELA PARA A CLASSE NO SENTIDO DE SE MOBILIZAREM PARA ESTA GRANDE JORNADA DE LUTA.

O LOCAL PARA A CONCENTRAÇÃO DOS TRABALHADORES DO NOSSO SECTOR SERÁ JUNTO AO CAIS DAS COLUNAS NO TERREIRO DO PAÇO, PELAS 19 HORAS.

— TODOS AO TERREIRO DO PAÇO, DIA 20 (6.ª-FEIRA), ÀS 19 HORAS!
— EXIJAMOS A LIBERTAÇÃO E REINTEGRAÇÃO IMEDIATAS DOS MILITARES ANTIFASCISTAS E REVOLUCIONÁRIOS!
— PRESO **OTELO**, É O 25 DE ABRIL QUE ESTÁ NA PRISÃO!
— LUTAR CONTRA A REPRESSÃO É LUTAR CONTRA O FASCISMO!
— UNIDOS E ORGANIZADOS O FASCISMO NÃO PASSARÁ!
— UNIDOS E ORGANIZADOS, **VENCEREMOS!**

Para agradar a gregos e lusitanos
ESTREIA 6ª FEIRA
ADÓQUE teatro
NO MARTIM MONIZ - TEL. 87 42 80
MUITO MAIS QUE UMA REVISTA!
taran tan-tan NÃO ENCHE BARRIGA!

Versão livre de
FRANCISCO NICHOLSON
sobre a "Lisistrata" de Aristófanes
Coreografia: Fernando Lima
Cenários e figurinos: Madalena Fernandes
Música: Joaquim Luis Gomes, Correia Martins, Braga Santos
Direcção musical: Correia Martins
Encenação: Francisco Nicholson
UM SUPER MUSICAL
SÓ POSSIVEL GRAÇAS A ZEUS!

Caso encontrem semelhanças entre "T.T.T.N.E.B.!" e pessoas ou factos da actualidade nacional, vão-se queixar ao Aristófanes!

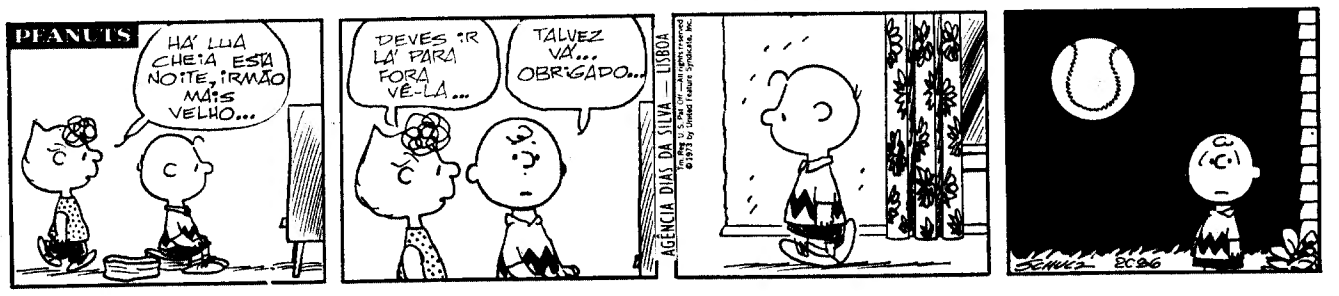
ANIMADÍSSIMO & MUSICALÍSSIMO!
Bilhetes à venda DESDE 40$00
Int. men. 18 anos
Contém cenas chocantes (eventualmente)

Geral

Turismo português bem acolhido em França

O Centro de Turismo de Portugal em Paris, a delegação de Turismo da Madeira e a Comissão Regional do Algarve, representaram o nosso País na Semana Mundial do Turismo, inaugurado no dia 6 no Palácio dos Congressos da capital francesa.

Pode dizer-se que uma vez mais despertámos a curiosidade de todos os franceses que visitaram o «Palais» dos Congressos, tornando-se igualmente bem patente o interesse que por Portugal e pelo turismo demonstraram os jornalistas franceses especializados neste ramo de actividade, designadamente os representantes de orgãos da província (Lille, Brest, Estrasburgo, Nantes, Mulhouse e de outras cidades), quando se encontraram com o director-geral do Turismo, dr. Freitas da Fonseca, e o embaixador de Portugal em Paris, dr. Coimbra Martins.



CAMIONAGEM DE FAMALICÃO

Continuação da pág. 8

«Mas têm intervalos...»

«Sim temos intervalos, mas que vale isso, um homem está todo o dia, está 16, 17 e 18 horas ocupado em serviço da empresa. Deita-se de noite e levanta-se de madrugada. Não são horas extraordinárias que nós queremos, que ainda por cima não eram pagas a tempo e horas. O que nós queremos é um horário decente. Uma coisa é o contrato outra coisa é a nossa vida. E os patrões sabem no próprio dia o nome do trabalhador que foi ao sindicato fazer queixa».

«DITADURAS»

Abílio da Costa Moreira, empresa de transporte de passageiros de Famalicão. É assim. Entretanto, soubemos também que muitas dessas horas extraordinárias em atraso foram pagas. Mas, e os horários? E as ameaças de despedimento nos «plenários»? E o «saneamento» dos que defenderam os colegas depois do 25 de Abril?

«Há aqui um trabalhador que foi delegado sindical, ou da comissão de trabalhadores, não sei bem. Defende-nos, isso é que é certo. Já o ameaçaram de ser saneado. Ele, que sempre lutou contra os saneamentos mesmo quando se tratava dos que trairam os colegas e fizeram ameaças ao serviço dos patrões. Mas ele já disse que os seus filhos tanto passam fome se ele estiver desempregado como se ele estiver na cadeia...»

Entretanto, o delegado sindical saneado não tem lugar ao volante do autocarro que lhe tiraram um dia em pleno serviço. Por outro lado, os «delegados sindicais» escolhidos pelo patronatosubstituemosescolhidos pelos trabalhadores e o Sindicato continua em Braga. Famalicão não fica longe.

R. C.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado o vento era fraco e chovia nas regiões de Norte e Centro.

TEMPERATURAS DO AR 09.00 H.

PORTO	9º
P.DOURADAS	
COIMBRA	9º
PORTALEGRE	6º
LISBOA	11º
FARO	13º
FUNCHAL	15º

TEMPERATURAS EXTREMAS

PRAIA DA ROCHA
Máxima 16,0º

F.DE CASTELO RODRIGO
Mínima 04,6º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 13,5º
Atmosfera 8º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
6.38	4,3 m		
19.01	4,1 m	12.22	0,7 m
Dia 20			
7.23	4,1 m	0.40	0,8 m
19.48	3,9 m	13.08	0,9 m
Dia 21			
8.12	3,8 m	1.30	1,0 m
20.40	3,7 m	14.00	1,2 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; vento fraco a moderado a Sul soprando com rajadas fortes no litoral a Norte do Tejo; período de chuva ou aguaceiros a partir da madrugada.

AMANHÃ

NASCER ÁS 8.23
OCASO ÁS 19.19

DIA 22 — DIA 1 — DIA 9 — DIA 16

BARES • BOITES

RESTAURANTES TÍPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções Rua Paiva de Andrade, 7-13 T.elef. 364859/368197. Tina, Stripteaseuse

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais T. 261461/164526/264596/264621/264946

PUB

ORGANIZAÇÃO PRÓ-SINDICAL DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

Comissão Directiva Regional Provisória

TEXTO DA EXPOSIÇÃO ENTREGUE PELA C.D.R.P. AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Ao Ex.mo. Senhor
Presidente da Assembleia Constituinte

Tendo tido conhecimento que se processa neste momento a discussão nessa Assembleia da parte da Constituição relativa à Administração Pública (Título IX) e mais especificamente o que respeita ao regime da Função Pública (Art.º 4.º), a Comissão Directiva Regional Provisória da Organização Pró-Sindical dos Trabalhadores da Função Pública considera oportuno comunicar a V. Ex.ª que:

1 — Os trabalhadores da Função Pública, em abaixo-assinados com centenas de assinaturas, em dezenas de moções aprovadas em reuniões gerais de trabalhadores e finalmente em moção aprovada por unanimidade e aclamação na Assembleia Regional de Delegações de 3 de Julho de 1975, manifestaram expressamente e de forma inequívoca e exigência de revogação do Art.º 50 da Lei Sindical (Decreto-Lei N.º 215-E/75 de 30 de Abril), que dispõe: «lei especial regulará o exercício da liberdade sindical dos servidores do Estado, das autarquias locais e dos títulos públicos que não sejam empresas públicas ou estabelecimentos de natureza comercial ou industrial».

2 — Na sequência desta tomada de posição têm os trabalhadores da Função Pública desenvolvido grande mobilização em torno da constituição legal do seu Sindicato a realizar dentro de dias e cujos trabalhos preparatórios já foram mesmo reconhecidos pelo despacho do Primeiro-Ministro de 31 de Dezembro de 1975 («Diário do Governo» de 27 de Janeiro de 1976, I Série).

Consciente de interpretar o sentir generalizado dos trabalhadores da Função Pública, vem a Comissão Directiva Regional Provisória apresentar a V. Ex.ª com o pedido de que seja comunicado aos Senhores Deputados a vontade expressa destes trabalhadores em verem consignados na Constituição direitos sindicais e laborais iguais aos de todos os trabalhadores portugueses.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1976

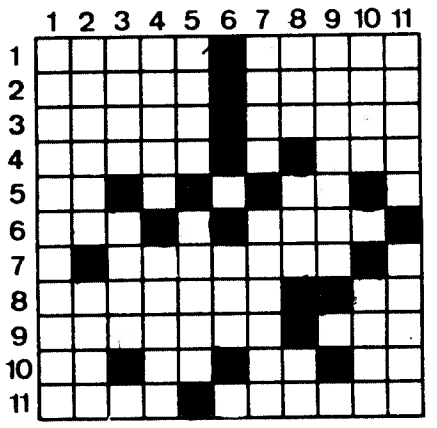
A COMISSÃO DIRECTIVA REGIONAL PROVISÓRIA
C D R P

Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11300

HORIZONTAIS:

1 Aguço. Pertencer.
2 Guardar segredo. Afie.
3 Freguesia do concelho de Guimarães. Ri sem ruído.
4 Simples. Felicidade.
5 Antes de Cristo. Ruim.
6 Rente. Invlgar.
7 Insecto da ordem dos dípteros.
8 Ansiarem. Utensílio doméstico.
9 Terra de Moiros. Sossego.
10 Língua antigamente falada ao sul do rio Loire. Artigo definido. Rádio (s.q). Ilha francesa do oceano Atlântico.
11 Sadios. Ganhar.



VERTICAIS:

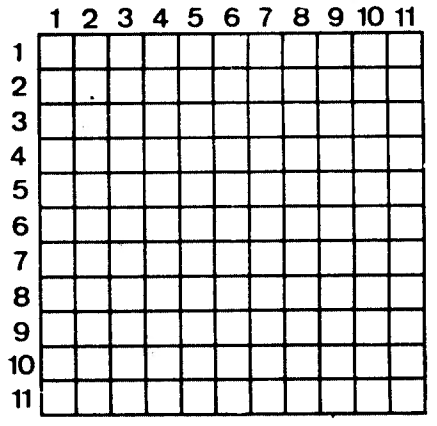
1 Adoeceríamos.
2 Consta. Cabo da costa de Portugal.
3 Impulso. Cidade e porto de Marrocos.
4 Nivelar. Invulgares.
5 Rezas. Atravessas.
6 Artigo definido. Virtude.
7 Vivenda. Movera os remos.
8 Mulher chinesa da classe baixa. Matemática. Brisa.
9 Nome de mulher.
10 Vagueie. Um dos Estados do Brasil.
11 Bruma. Inventar.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7460

HORIZONTAIS:

1 Fêmeas dos bois. Região da Etiópia, ao N. do lago Tsana.
2 Errguer. Exércitos.
3 Gago. De cobre.
4 Sufixo que designa pequenez. Viração. Centiare.
5 Colocaríamos sobre.
6 Seduzes. Reis.
7 Seguiam. Época.
8 Pico do distrito de Goa (antiga Índia Portuguesa). Assustem.
9 Cabeleira. Sódio (s.q). Patrão.
10 Transferir para outro dia. Pronome pessoal.
11 Metal precioso de cor amarela. Divisões de um acasa.



VERTICAIS:

1 Pessoa sacrificada aos interesses de outrém. Preguiça.
2 Respeito. Gavinha.
3 Alforje asiático. Califa que mandou incendiar a biblioteca de Alexandria.
4 Anel. Gorjeio.
5 Cobre.
6 Pronome pessoal. De Roma.
7 Plebe. Criança francesa célebre pelo seu heroísmo.
8 Trituraras.
9 Mulher chinesa da classe baixa. Prendia com elos.
10 Rádio (s.q). Deslizamos.
11 Carta de jogar. Queimamos.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11299

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Carda. Morfa.	1 Cansar. Essa.
2 Atei. A. Cão.	2 Atuam. Amara.
3 Nua. Caloira.	3 Reatara. Faz.
4 Satã. Aço.	4 DI. Arestas.
5 Amargara. At.	5 A. Ga. Er.
6 Reatara.	6 Aa. Aturam.
7 Aas. MLV.	7 Lara. Au.
8 Em. Teriamos.	8 Oco. Arma. Rn.
9 Safara. Aso.	9 Raia. Alma.
10 Sras. Mar. Sm.	10 FORÇA. Vossa.
11 Aaz. UNIÃO.	11 Aoto. Somo.

Provérbio: A UNIÃO FAZ A FORÇA.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7459

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Orça. Ícaro.	1 Oc. Música.
2 Cora. Matava.	2 Rocim. Salta.
3 Carmona. Am.	3 Cravaram. Um.
4 MIV. Acero.	4 Aar. Sarau.
5 Umas. Oral.	5 Mu. Ripa.
6 Rasoira.	6 Imo. Oó. Avô.
7 Isar. V. S.	7 Canário. Ala.
8 Câmara. Gr.	8 Atacar. Grãs.
9 Al. Uivarias.	9 Rã.Ela. Rica.
10 Tu. Polaco.	10 Ovar. Roa.
11 Rampa. Asara.	11 Amorosos.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO A-1

TODA A NOITE

ALCÂNTARA
BAirrão, R.Prior Crato, 25 (T.661321)
ALVALADE
Lusitana, Av. de Roma, 18-A (T.725443); **Rio de Janeiro**, Av. Rio de Janeiro, 4-C (à Av. dos Estados Unidos da América) (T.721409)
AVENIDAS NOVAS
Sá da Bandeira, R.Marquês Sá da Bandeira, 36-42 (T.41961/54672)
BAIRRO ALTO
Pinharanda, R.da Rosa, 94-96 (T.321534)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, P.Norte, 11-A (T.311216)
BAIXA
Silva Carvalho, R.dos Fanqueiros, 126 (T.326575)
CAMPOLIDE
Ronil, R.Rodrigo da Fonseca, 153 (T.683438)
CAMPO DE OURIQUE
União, R.Saraiva de Carvalho, 145-F (T.663643)
ESTEFÂNIA
Estefânia, R.Pascoal de Melo, 90 (T.44438)
LAPA
Neves, R.da Bela Vista (à Lapa), 37 (T.661251)
LUMIAR
Douro, Al. das Linhas de Torres, 93-A/B (T.791131)
PENHA DE FRANÇA
Carrondo, R.Padre Sena de Freitas, 10-A (T.842518)
PICHELEIRA
Marluz, C.da Picheleira, 140-B (T.720703/728395)
S.VICENTE
Santo António, R.Leite de Vasconcelos, 72-C (T.862333)
XABREGAS
Conceição, C.de D.Fastão, 30-32 (T.381279)

TURNO A-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALMIRANTE REIS
Lusa, Av. Almirante Reis, 199-A (T.41269)
ALVALADE
Zil, Av. da Igreja, 9-D-E (T.711780)
AVENIDA DA LIBERDADE
Galénica, R.das Pretas, 12-14 (T.322588)
AVENIDAS NOVAS
Santa Maria, Av. 5 de Outubro, 288-A (à Feira Popular e Av. 28 de Maio (T.763016); **Cardeira**, Av. Duque d'Ávila, 32-C (esquina da Av. da República) (T.43495)
AMEIXOEIRA
S.Bartolomeu, Av. Paulo Jorge, 1 (às Galinheiras) (T.790969)
BELÉM
Gomes, R.da Junqueira, 326 (T.638193)
BENFICA
Benfiluz, E.de Benfica, 444-A (T.782606)
CAMPOLIDE
Nove, R.de Campolide, 297-C (T.687475)
CAMPO DE OURIQUE
Pinheiro, R.de Campo de Ourique, 131-133 (T.68660)
CONDE BARÃO
Marcos do Nascimento, C.do Marquês de Abrantes, 36-A (T.664238)
OLIVAIS
Olivais, R.Alves Gouveia, 19 (T.311237)
RATO
Soares, Av. Álvares Cabral, 1 (T.684282)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. C.G.Guerra, 29 (T.2112081)
PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R.Costa Pinto, 184 (T.2432034). Até às 22 horas
OEIRAS
Godinho, R.Cândido dos Reis, 98 (T.2430090). Toda a noite
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central. Toda a noite
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Macau, R.J.Elias Garcia, 60-C (T.2471785). Toda a noite
MURTAL
Primavera, R.das Parreiras, 2 (T.2472278). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira. Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Lopes, R.Hangar, 3 (T.260008). Toda a noite
CASCAIS
A.Costa, R.Freitas Reis, 24-C (T.280214). Até às 22 horas; **Cordeiro**, Av. C.G.Guerra, 40 (T.1280170). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo, P.D.João I, 9-B (T.932756); **Central**, Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210); **Igreja**, P.da Igreja, 22-A (T.937740); **Jardim**, Av. Conde de Oeiras, 120 (T.938424)
DAMAIA
D.João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (T.970461)
QUELUZ
Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (T.950123)
CACÉM
Araújo e Sá, E.de Paço de Arcos, lote 1-B (T.2940781)
MEM MARTINS
Química, E.de Mem Martins, 285 (T.2910012)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Misericórida, Vila (T.2930391)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T.204250)
ALMADA
Magalhães, R.Capitão Leitão, 8-B (T.2750242)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E.Nacional, 244-A (T.2040141)
BARREIRO
Normal, Av. Alfredo da Silva, 116 (T.2073035)
COVA DA PIEDADE
Rainha Santa, E.das Barrocas, 50-A (T.2494182)
MOITA
Silva Rocha, P.da República, 16 (T.239029)
MONTIJO
Giraldes, R.Almirante Reis, 45 (T.2310008)
SESIMBRA
Lopes, R.Cândido dos Reis, 21 (T.2233028)
SETÚBAL
Costa, L.da Misericórdia (T.22760); **Brasil**, P.do Brasil (T.24788)
SEIXAL
Godinho, L.da Igreja, 51 (T.2218560)

PORTO

TURNO 29

ATÉ ÀS 22 HORAS

Nau Vitória, R.Nau Vitória, 723; **Ordem da Trindade**, R.Heróis e Mártires de Angola; **Confiança**, R.de Santa Catarina, 960; **Antas**, Av. Fernão de Magalhães, 1076; **Antiga Porta do Olival**, Campo Mártires da Pátria, 122; **Ferreira**, P.D.Afonso V, 55-B; **Lousada**, L.do Campo Lindo, 62

TODA A NOITE

Alves da Silva, Av. da Boavista, 1016; **Azevedo**, R.do Azevedo, 136; **Gomes Ferreira**, R.Faria Guimarães, 449; **Falcão**, R.de Santo Ildefonso, 61

COIMBRA

Cruz e Costa, R.António de Vasconcelos, 71 (T.22715); **Silva Soares**, R.Mouzinho de Albuquerque, 28 (T.71454); **Vilaça**, R.Ferreira Borges, 132 (T.22042)

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

COLISEU
21.30 (6 anos)
1.ª Companhia Internacional de Circo 1976
VILLARET
21.30 (13 anos)
«Godspell»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Força, Força Camarada Zé»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Família Até Certo Ponto»
COMUNA
21.30 (18 anos)
«Fogo»
MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«Schweyk na II Guerra Mundial»
CAPITÓLIO
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Mostra-Me a Tua Piscina»
A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Afinal como é?»

LISBOA/Cinemas

CINE-BOLSO
21.30 (18 anos)
«Kermesse Erótica»
S.LUIZ
21.15 (13 anos)
«Bernilde ou a Virgem Mãe»
EUROPA
21.30 (18 anos)
«Júlia e os Homens»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Cama com Música»
PARIS
21.00 (18 anos)
«Lso Amigos»
ARCO
21.30 (6 anos)
«Os Dominadores»
SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Borboleta de Sangue»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«O Campeão»
JARDIM
21.15 (18 anos)
«Por Amor ou à Força»
PALÁCIO FOZ
21.00 (13 anos)
«Amor de Perdição»
PROMOTORA
21.00 (18 anos)
«Os Centuriões»

LINHA DE CASCAIS

PAREDE
Royal-Cine
21.15 (18 anos)
«A 1.ª Entrega de uma Mulher de 30 Anos»

ESTORIL
Palácio
21.30 (18 anos)
«Onde o Sol Nunca Brilha»
CASCAIS
S.José
21.15 (18 anos)
«O Homem-Lei»
CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«Madly, a Outra Mulher»

LINHA DE SINTRA

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.00 (18 anos)
«Adolescente Perversa»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (13 anos)
«Esta Tarde às 5 Horas»

PORTO/Teatros

ANTÓNIO PEDRO
22.00 (18 anos)
«O Solda do e o General»
SÁ DA BANDEIRA
21.15 (18 anos)
«Lisboa Acordou»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO FOCO
21.15 (18 anos)
«O Dia da Violência»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aáina»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«Processo Arquivado»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«As Rivais»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«O Paraíso das Damas»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«A Grande Luta»
RIVOLI
21.15 (6 anos)
«Sim, Sim, Meu Coronel»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»
S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«O Oportunista»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«A Volta de Billy Jack»
ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Tão Sério como o Prazer»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«A Religiosa»
JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«Uma Loira Para todos»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«O Justiceiro da Noite»
AVENIDA
21.15 (13 anos)
«O Gato, o Medo, o Rato e o Amor»
GIL VICENTE
21.15 (13 anos)
«O Pai Natal dos Olhos Azuis — Passeio ao Campo»
S.TEOTÓNIO
21.15 (6 anos)
«Vencedores e Vencidos»

cinemas ●cinemas● cinemas

CASTIL
T. 530194 — 15.30, 18.30, 21.15

(Não acons. m. 18 anos)
AS INSACIÁVEIS
C/Doroty Malone
Realização de Alberto de Martino
2.ª Semana

IMPÉRIO
T.555134 — 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos
A epopeia de um povo...
Que salvaram uma nação!
67 DIAS
Que salvaram uma nação!

ROYAL
T.865037 — 15.15 e 21.15

Não acons. men. de 13 anos
O PROFESSOR NUDISTA

POLITEAMA
T.326305 — Hoje às 21.30

Não acons. men. de 18 anos
CAMILE 2000
A vida difícil de uma p. da alta roda

VOX
T. 720808 — 14.15, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. men. 18 anos
O MALUQUINHO DO SEXO
um filme de Marco Vicário

MUNDIAL
T. 538743 — Estreia às 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
O VENTRE DE DEBORAH
com Bradford Dillman e Marina Malfatti

D. JOÃO V — DAMAIA

Grupo B (M de 10 anos)
O EXPRESSO DE VON RYAN

rádio

1.º Programa

15.00 Painel da tarde
18.00 Música portuguesa
18.30 Temas sobre a condição de retornado
19.05 A criança, programa do Emissor Regional de Coimbra
19.30 A situação da agricultura na Revolução portuguesa — reportagem sobre a Cooperativa Agrícola da Herdade do Zambujal
20.00 Jornal da noite
21.00 Painel da noite
22.00 Falar educação, programa do I.T.E.
23.30 Programa desportivo
00.00 Último jornal
00.30 Retrospectiva
01.00 Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite
02.00 Música na noite

2.º Programa

16.20 Concerto para flauta e orquestra, de Khachaturian
17.00 Sinfonia n.º 3, em lá menor, op. 56, «Escocesa», de Mendelssohn
17.40 Concerto n.º 2, para piano e percussão, de Milhaud
18.00 Que quer ouvir
19.00 O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas
20.00 Música sinfónica
21.05 Cantatas
22.00 Concerto de câmara
22.45 Concerto para orquestra, de Purcell, arr. sir John Barbirolli
23.00 Intercâmbio musical
23.20 Música sinfónica
00.10 Música de câmara
01.00 Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

Emissão contínua — Onda Média (Lisboa), 233,2 m — «»?! KHz; Modulação de Frequência (Lisboa), 93,2 MHz

CALEIDOSCÓPIO
T. 795093 — 14, 16.30, 19 e 21.15

Para todos
UM ESPADA PARA HOLLYOOD
Um filme de Frank Tashlin
2.ª Semana
Jerry Lewis, Dean Martin

EDEN
T.320768 — Hoje estreia às 21.15

Interdito a men. de 18 anos
O PADRINHO DE HARLEM
Um filme de Larry Cohen
Hoje às 14.00, 16.30 e 19.00
AS SOBRINHAS

ODEON
T. 326283 — 15.15, 18.15, 21.15

Interdito a menores de 18 anos
13.ª Semana e última
A comédia de sexo e de pecado à solta
COMO CAÇAR UM MARIDO
Um festival malandrices «secretas»
Contém cenas eventualmente chocantes

APOLO 70
T. 763319 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA
8.ª Semana
Hoje às 24.00 (G. D - 18 anos)
SENTIMENTO

CASINO ESTORIL
T. 26 4621 — 17.15 e 21.15

Não acons. men. 13 anos
A LINDA PAMELA

S. JORGE
T. 54153/4 — 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
A SÉTIMA ALVORADA
2.ª Semana
Uma história de amor e aventura

RESTELO
T. 610375 — 21.00

(Int. men. 18 anos)
A FÚRIA DO DEAGÃO

AVIS
T. 47163 — 15.30, 18.30 e 21.15

Para todos maiores de 6 anos
OS MALUCOS VÃO À GUERRA
13.ª Semana
Amanhã, o mesmo programa

CARLOS MANUEL — SINTRA
T.2930394 — 15.00 e 21.00

Não acons. a men. de 13 anos
ESTA TARDE ÀS 5 HORAS

ESTÚDIO
T. 555135 — 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
A FILHA DO GUARDA DA PASSAGEM DE NÍVEL
4.ª Semana

ESTÚDIO 444
T. 779095 — 14.30, 16.45, 19 e 21.15 h

Interdito a menores 18 anos
O RALLY DAS GOZONAS
Este filme contem cenas event. chocantes
8.ª Semana

ROMA
T. 727778 — 15.30, 18.30, 21.15

(Int. men. 18 anos)
AS INSACIÁVEIS
Com Luciana Paluzzi, Robert Hoffman 2.ª Semana

UNIVERSAL
T. 774402 — 17 e 21 h

Não acons. a menores de 18 anos
SANGUE DE CONDOR
Ás 15.00 e 23.00 h.
Não acons. a menores de 13 anos
QUE VIVA MÉXICO E VIVA CUBA
Ás 19 h Não acons. men. 13 anos
A CORAGEM DO POVO

CONDES
T. 322523 — 14.00, 16.30, 18.45 e 21.45

Não acons. men. 13 anos)
Ele aí está — tremendo — Bud Spencer
O INSPECTOR MARTELADA

BERNA
T. 776098 — 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
«HENNESSY» (O Miliante)
Em 2.ª Semana
um filme de Don Sharpp

LONDRES
T. 801313 — 14.15, 18.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
CENAS DA VIDA CONJUGAL
c/ Liv Ulhmann-Bibi Anderson

ROXY
T. 48560 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos
EMILIENNE
Com Betty Mars, Nathalie Gurin
Colorido
AVISO: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

TIVOLI
T. 57055[illegible] — 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
«HENNESSY» (O Miliante)
Um filme de Son Sharp
2.ª Semana

ALVALADE
T. 897480 — 15.30, 18.30 e 21.15

(Não acons. men. 13 anos)
O INSPECTOR MARTELADA
com Raymond Pellegrim

PATHÉ
T.821933 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos
Quente como fogo, duro como aço
JUSTIÇA DE MULHER
com Pam Grier e William Elliot

NIMAS
T. 574362 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.45

Não acons. a menores de 13 anos
NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA
Um filme de Marco Ferri
2.ª Semana

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

M.P.L.A. administra todas as províncias libertadas

. LUANDA, 19 — (do «Diário de Luanda, especial para o «DL») — A situação em Angola não se alterou substancialmente nas últimas vinte e quatro horas, havendo no entanto a assinalar que todas as províncias do Centro-Sul do país, estão neste momento sob administração de «Comissões de Emergência», cuja composição envolve comissários provinciais, elementos do partido e técnicos especializados nos mais diversos domínios. Estas «Comissões de Emergência» já funcionam nas províncias do Kuanza-Sul, Benguela, Huíla e Moçâmedes. A província do Moxico, que acaba de ser totalmente libertada, tem igualmente norma de uma «Comissão de Emergência». O aspecto mais importante desta província, é o caminho-de-ferro de Benguela, que se encontrava paralisado há cinco meses, entre Huambo e Bié.

Neste momento, estão a ser organizados combóios a partir do Lobito para o interior, mas, nesta primeira fase, as composições não devem chegar à fronteira de Teixeira de Sousa, local onde o caminho-de-ferro de Benguela se ramifica para a República do Zaire e para a Zâmbia.

Na zona Sudoeste, província de Cuando-Kubango, as F.A.P.L.A. tomaram a capital, Menongue, sem qualquer resistência das forças da U.N.I.T.A. que ali se encontravam. Neste momento, os invasores apenas estão isolados na província do Cunene, onde os sul-africanos ocupam o complexo do Kalueke, importante barragem e canal de irrigação, que fornece luz e água para grande parte do território da Namíbia.

HOUVE ALIANÇA WASHINGTON/PRETÓRIA

JOANESBURGO, 19 — (R.) — O senador Denis Worrall, membro do Partido Nacionalista, que ocupa o Poder, afirmou que a África do Sul recebera garantias dos Estados Unidos antes de enviar tropas para Angola.

A afirmação do senador foi feita num discurso que proferiu anteontem a estudantes na universidade do Natal e cujo texto somente foi distribuído ontem à Imprensa, numa divulgação aparentemente deliberada.

O senador Worrall disse que Washington tinha dado «certas garantias» a Pretória antes do Governo enviar tropas para Angola.

O senador Worrall declarou que a África do Sul resolvera, ao princípio, que não interviria na guerra de Angola a não ser que fosse apoiada por outros países africanos. «Esse apoio teria vindo da Zâmbia, Zaire e a Costa do Marfim», notou.

Caxias quase sem detidos

O Forte de Caxias, entre hoje e amanhã, «deve ficar sem nenhum dos militares ali detidos em consequência dos acontecimentos de 25 de Novembro» — disse-nos esta manhã (10 horas) um oficial daquele estabelecimento prisional.

Àquela hora, encontravam-se ainda no Forte de Caxias vinte e um militares. No Hospital de S. João de Deus únicamente um: major Dinis de Almeida.

O mesmo oficial afirmou-nos que estavam previstas para esta tarde «novas libertações».

Entretanto, ontem à tarde abadonaram Caxias, em liberdade condicional, os seguintes doze militares:

Capitão Barbosa Pereira, tenente Ernesto Ferreira Cariz, alferes Pina Parracho e Pereira Lima, primeiros-sargentos Amadeu Alves, Joaquim Pedroso Teodósio, Ciro Martins, João Saragoça, José Jacinto e Correia Ferreira, furriel Pinto Balsemão e primeiro-cabo António Oliveira.

TUDO COMO DANTES EM SANTARÉM

Um contacto estabelecido com o Presídio Militar de Santarém deu-nos a entender que ali «não haveria libertações ainda hoje.»

Como é do conhecimento público, encontram-se no Presídio entre outros oficiais, o major Otelo Saraiva de Carvalho, o capitão Faria Paulino, o comandante Almada Contreiras e o major Queirós de Azevedo, este último colocado na EPAM durante muito tempo.

País ameaçado de boicote a partir de Rio Maior

Agricultores de várias regiões do País reuniram-se mais uma vez em Rio Maior e decidiram iniciar um boicote por não terem sido atendidas reivindicações há tempos apresentadas ao almirante Pinheiro de Avezedo.

Segundo um matutino portuense, que cita um porta-voz da Confederação dos Agricultores Portugueses — C.A.P, entidade promotora da reunião, o boicote far-se-á por fases e, numa primeira fase, os agricultores aderentes deixarão de pagar impostos e de liquidar dívidas e outros compromissos assumidos com a compra de produtos.

No objectivo de paralisar toda a actividade comercial, foi ainda aprovada, na reunião de Rio Maior, uma proposta para que os agricultores com dinheiro no banco o levantem e deixem de efectuar depósitos.

Numa fase mais adiantada, o boicote preconizado pela C.A.P. visaria suspender o fornecimento de géneros alimentícios às principais cidades e, desta vez, não apenas a Lisboa.

Sá Carneiro defendeu no I.A.E.M. uma "Europa Militar Unida"

Ao concluir ontem no IAEM a sua dissertação sobre o papel em geral das Forças Armadas, o secretário-geral do P.P.D., dr. Sá Carneiro após referir algumas questões ligadas à internacionalização da vida política e seus reflexos na Europa ocidental concluiu pela necessidade de as F.A. ultrapassarem o carácter nacionalista e acompanharem esse «internacionalismo» político, participando no que designou de «Europa Militar Unida».

Acompanhado de 14 elementos do seu partido, entre eles Alfredo de Sousa, Rui Machete, Barbosa de Melo e Magalhães Mota, o dirigente do P.P.D., como justificação do seu «internacionalismo militar» invocou o avanço do «social-imperialismo» soviético e o recuo da N.A.T.O.

A este propósito pôs em dúvida as futuras relações de Portugal com as ex-colónias e afirmou igualmente duvidar que o Português venha a ser falado nas ex-colónias.

Considerou que o papel assumido pelas Forças Armadas no 25 de Novembro ficará na História do País e, como condição de que as próximas eleições não sejam «envenenadas, referiu ser dever das F. A. esclarecer todos os «golpes e contragolpes» ocorridos depois do 25 de Abril.

Barbosa de Melo, líder parlamentar do P.P.D. desde o abandono de Mota Pinto, foi o orador seguinte. Fez uma exposição essencialmente teórica sobre princípios democráticos. Os aspectos mais significativos da sua intervenção incidiram nas referências, positivas ao Pacto, na medida em que evita o «desgaste político» do C. R. e remete este órgão de soberania para funções de última instância, zelando pelo cumprimento da Constituição.

Relativamente à figura do Presidente da República o dirigente do P.P.D. afirmou que o seu partido apoiarla um militar isento, «apartidário» e sujeriu que não fossem os partidos a apresentar candidatos mas sim os próprios militares.

Acerca do Pacto, Barbosa de Melo deu a entender que só interessaria ao P.P.D. assiná-lo, depois de eleito o Presidente da República.

Alfredo de Sousa, terceiro orador, ocupou-se de aspectos sócioeconómicos, baseando-se em três pontos: desemprego, Produto Interno Bruto e Balança de Pagamentos. Mostrou-se favorável à manutenção de determinadas nacionalizações como os transportes, energia, Siderurgia, etc. e defendeu a cessação de intervenção estatal noutras empresas, citando, nomeadamente, restaurantes e agências de viagens. Considerou ainda necessário um código de investimento estrangeiro realista — que favoreça o investimento directo.

Antes do início da sessão um funcionário, do P.P.D. distribuiu pelos militares presentes um pequeno saco com o programa do partido e a última edição do «Povo Livre». Na primeira página do jornal o título: «Não ao reconhecimento imediato do M.P.L.A.». A intervenção dos membros do P.P.D. durou das 15 às 19 e 30. «Foi de mais», ouvimos a um dos militares.

Estas tarde é vez do P.C.P. que estará representado por Blanqui Teixeira, da comissão política do C.C. António Dias Lourenço também da comissão política do C.C. e director do «Avante» e Domingos Abrantes do Comité Central.

Reconhecimento da R.P. de Angola

Continuação da pág. 1

dos pontos focados no encontro, ficaram decididas ontem à noite, estando previsto, que, após estas consultas, novo contacto com o Presidente da República se realize ainda hoje, não sendo de excluir a hipótese de nova convocação extraordinária do Conselho da Revolução.

Nas actuais deligências do Chefe do Estado, que conta com o apoio de uma parte importante do Conselho da Revolução, pesam diversas razões de ordem externa e interna.

Nas primeiras, situa-se o atraso de Portugal face aos seus parceiros da N. A. T, O. e E. F. T. A. no reconhecimento da R. P. de Angola, bem como à maioria dos países da C. E. E. com quem Lisboa vem multiplicando os contactos. Actualmente, no bloco ocidental europeu, 12 países reconheceram o Governo de Luanda (Irlanda, Chipre, França, Inglaterra, Itália, Suécia, Dinamarca, Holanda, Noruega, Finlândia, Suiça, e Malta), enquanto se anuncia para amanhã igual gesto da Bélgica e se apresenta como iminente idêntica iniciativa por parte da República Federal Alemã e da Islândia.

Entre as segundas, contam-se questões relacionadas com a perda de mercadorias e a situação de milhares de retornados que, com o prolongamento da actual situação, vêem afastadas as possibilidades de um regresso a Angola, o qual, em última análise, dependem fortemente do tipo de relações que prevaleceram com o Governo de Luanda, que, hoje como no passado, continua a distinguir, correctamente, o povo português do Governo.

A necessidade de atender realisticamente a todos estes pontos, ultrapassando meros interesses eleitoralistas, terá sido posta a Mário Soares e Sá Carneiro, face ao perigo existente de uma atitude intransigente dos seus partidos (especialmente do P. P. D.) poder originar uma crise governamental pouco propícia nesta altura. Este último ponto é tanto mais grave quanto, a poucos meses das eleições, se advinham facilmente as vantagens que pelo menos um dos partidos poderia retirar de tal crise, com a sua consequente passagem à oposição.

U.D.P. vai às eleições em todos os distritos

. A Comissão Organizadora do II Congresso da U.D.P., cuja realização está prevista de 20 a 21 de Março, divulgou esta manhã em conferência de Imprensa as idéias centrais que presidem a esse Congresso. Decidiram os militantes da U.D.P. que o Congresso será «aberto a todo o povo» tendo como objectivo principal a luta «contra a miséria e o avanço do fascismo».

«A U.D.P. durante um ano de experiência aprendu o suficiente para iniciar uma nova etapa, de ligação com as massas, para resistir ao fascismo, na caminhada da libertação do povo, levantando as bandeiras da Terra, da Paz, do Pão e da Independência Nacional» (afirmou um porta-voz da U.D.P. antes do período de perguntas-respostas).

Foi ainda salientado que já há algumas semanas a U.D.P. tem promovido reuniões e encontros que visam a preparação do Congresso. Sempre abertas ao povo. Em seguida efectuar-se-ão reuniões distritais para aprovação da lista de deputados que irão concorrer às eleições para a Assembleia Legislativa. Finalmente terá lugar o Congresso no qual serão postos à aprovação os novos estatutos da U.D.P. e a eleição de um Conselho Nacional.

Entretanto paralelamente a este processo decorrerão encontros em diversas cidades do País nomeadamente de «Camponeses Pobres», em Braga, «Assalariados Rurais e Reforma Agrária», em Évora, «Luta de Mulheres», em Almada, «Desempregados», em Lisboa e «Luta nos Bairros», no Porto.

Um representante da Organização Estudantil da U.D.P. no uso da palavra salientou «que neste momento se verifica nas escolas uma avançada da direita. Em certos liceus até já aparecem emblemas nazis e algumas forças de direita conseguiram ganhar eleições. O Movimento Associativo Estudantil que tem atrás de si uma tradição progressista, encontra-se muito fraco».

Segundo a Comissão Organizadora do Congresso a U.D.P. vai às eleições com o seu nome e participará em todos os distritos. Põe, também a hipótese de concorrerem sob o seu rótulo, candidatos independentes desde que estejam de acordo com o programa da U.D.P.

A uma resposta do «DL» sobre qual era posição da U.D.P. perante o reconhecimento do M.P.L.A. foi respondido pela mesa que seria a «Comissão Organizadora do Congresso e não a Comissão Central a pronunciar-se brevemente sobre o assunto — disse.

Bispos não falam nas eleições

O direcor do secretariado da Conferência Episcopal, monsenhor Sisenando Rosa, negou que a reunião dos bispos, no santuário de Fátima, tivesse qualquer relação com o próximo acto eleitoral, conforme a hipótese que havia sido sugerida por um matutino de Lisboa.

O encontro dos bispos, ao qual não esteve presente o bispo de Bragança, por estar doente, foi classificado de «extraordinário», e tratou de assuntos de carácter pastoral e da orgânica interna da Igreja portuguesa.

nota tome

A 27.ª PROVÍNCIA

Lemos no «Le Monde»:

«Francisco Xavier Lopes da Cruz, vice-presidente do governo instalado pela facção pró-indonésia na parte Oriental de Timor, anunciou que, em seis meses, os combates causaram uns sessenta mil mortos. Declarou também que o seu governo pensava obter a vitória daqui a três ou quatro semanas, acrescentando: «Teremos em breve as nossaos representantes no Parlamento indonésio e a parte Oriental de Timor figurará na Constituição como a vigésima sétima província da Indonésia».

GRALHA?

Página 7 da edição do «Diário de Notícias» de hoje, dia 19: o C.L.A.R.P. — Comité de Luta para a Libertação dos Antifascistas e Revolucionários presos, para o «D. N.», tem outro nome. É referido com o nome de Comité de Luta para a Libertação dos Antifascistas e Revolucionários Russos». Brincadeira? Golpe político? Como «gralha», é lamentável. Como provocação, é barata.

Banqueiro regressa?

Continuação da pág. 1

em Lisboa.

Todavia, o regresso do ex-banqueiro e ex-dirigente desportivo está neste momento comprometido pela existência de dois processos: um de arrolamento de bens por sabotagem económica, a que se deverá seguir uma acção de indemnização proposta pelo Ministério das Finanças nos termos do Decreto-Lei n.º 222-B/75 de 12/5/75, e outro, este um processo-crime, por desvio de avultados fundos do B. P. M.

Como se sabe, este último processo está a ser instruído pela Polícia Judiciária do Porto e baseia-se numa queixa apresentada pela Comissão Administrativa do B. P. M. ante a denúncia escrita apresentada por um elemento do Conselho Fiscal do banco.

A instrução deste processo deveria avançar rapidamente, dadas as avultadas verbas que estão em jogo, mas a verdade é que está a seguir com muita lentidão e ultimamente não têm sido feitas quaisquer diligências. Além disso, fontes fidedignas e próximas do B. P. M. garantem que o advogado de Pinto de Magalhães fez diligências junto do C. R. no sentido de o processo-crime ser arquivado ou pelo menos transitar para a Inspecção de Crédito e Seguros.

"Mário Soares no I.A.E.M."

Por gralha fizemos referência na edição de ontem, na notícia acerca da exposição de Mário Soares no I.A.E.M., a uma intervenção, que não existiu, de Aires Rodrigues, elemento da delegação do P.S., que ali compareceu. Aqui fica o registo e do facto pedimos desculpa.